



ESPAÇO CULTURAL CASA DO MORRO

A devolução do patrimônio
histórico e cultural para a
cidade de Cruzeiro do Sul

Marcela Marmitt Rodrigues

ESPAÇO CULTURAL CASA DO MORRO

Monografia apresentada para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso – Etapa I, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, com a finalidade parcial de obter o título de graduação.

Orientador: Jamile Weizenmann, Arq. Me.

Lajeado, junho de 2019.

Dedico este trabalho a minha estrela mais brilhante (meu pai), a minha mãe, irmão, vó e namorado que entenderam minha escolha, me apoiaram e compreenderam a minha ausência em diversos momentos desta graduação. E a toda comunidade cruzeirense que assim como eu sonha em ver a Casa do Morro revitalizada e com um novo uso que sirva a população.

RESUMO

A presente pesquisa visa justificar a necessidade de um Espaço Cultural na cidade de Cruzeiro do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil e apresentar o estudo do tema embasado na prática projetual que será abordada no trabalho de conclusão de curso etapa II. O espaço abrigará sala de dança, música e salas multiusos com a finalidade de acolher atividades conforme de demanda da prefeitura, bem como atender as necessidades da população em ter espaços adequados para a realização desses serviços. O espaço também terá um auditório, para serem realizadas apresentações e palestras, pois o município não conta com nenhum local que permita atender estas atividades adequadamente. Será proposta a realocação da Biblioteca Municipal de Cruzeiro do Sul para este Espaço Cultural e assim trazer novamente o vínculo da população com o local de implantação da edificação. Esta pesquisa apresenta a análise do lugar para a proposta, o programa de necessidades e estudos sobre as questões legais pertinentes ao projeto que será desenvolvido posteriormente. Além disso, este trabalho apresenta a edificação pré-existente do terreno, a Casa do Morro, tombada pelo IPHAN, bem como as justificativas e importância deste bem para o município, trazendo uma reflexão importante sobre a salvaguarda e manutenção das edificações históricas. A implantação deste Espaço Cultural nesta cidade e no terreno em questão, auxilia no fomento ao turismo e na salvaguarda do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Cruzeiro do Sul, Casa do Morro, Espaço Cultural, Patrimônio Histórico.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Evento cultural na Praça Dona Laura, chegada do Papai Noel	
Figura 2- Evento cultural no parque poliesportivo, São João.	21
Figura 3- Atual sala de dança do município.	23
Figura 4- Apresentação da orquestra municipal de Marque de Souza no ginásio municipal e público prestigiando	27
Figura 5- Salão de eventos da prefeitura municipal de Cruzeiro do Sul.....	27
Figura 6- Primeira imagem que se tem conhecimento da Casa do Morro.....	31
Figura 7- Casa do Morro sem um dos arcos. (Entre as décadas de 1920 e 1940)	32
Figura 8- Casa do Morro em 2016	37
Figura 9- Inserção do município no Vale do Taquari, nos municípios vizinhos e o terreno no perímetro urbano da cidade.	52
Figura 10- Terreno com entorno imediato e os principais pontos de influência.	55
Figura 11- Vista da Casa do Morro.	55
Figura 12- Densidade demográfica preliminar.....	56
Figura 13- Identificação de acessos para o terreno.	57
Figura 14- Usos do entorno da edificação.....	58
Figura 15- Mapa fundo figura.	58
Figura 16- Vista do terreno.....	59
Figura 17- Vista terreno.....	59
Figura 18- Vista do terreno a partir da frente da pré existência.....	60
Figura 19- Entorno imediato do terreno.....	61
Figura 20- Área próxima ao terreno de APP, com grande massa de vegetação.	61
Figura 21- Levantamento planialtimétrico do terreno.	62
Figura 22- Evolução construtiva da Casa do Morro, em ordem 1878, 1920 e 2010.	63
Figura 23- Levantamento em planta baixa da edificação Casa do Morro.	64
Figura 24- Fachada principal da edificação.....	65
Figura 25- Corte AA e corte BB.....	66
Figura 26- Casa do Morro, fachada principal.	67
Figura 27- Casa do Morro, fachadas secundárias.....	67
Figura 28- Inserção do lote na zona ZMA 1.	68
Figura 29- Vegetação existente e orientação solar no terreno.	70
Figura 30- Inserção do lote no morro de Cruzeiro do Sul.....	77
Figura 31- Corte transversal do terreno.....	78
Figura 32- fluxograma de atividades sugerido pelo manual de programa de restaurante popular.	84
Figura 33- Dimensionamento referenciais de deslocamento de pessoas em pé	90
Figura 34- Módulo de referência de pessoa com cadeira de rodas.....	90
Figura 35- Medida de circulações adotadas para cadeira de rodas	91
Figura 36- Dimensões para vaga de estacionamento PNE.....	92
Figura 37- Vagas de estacionamento, para PNE.	93
Figura 38- Dimensionamento para sanitários.....	93



Figura 39- Dimensionamento para sanitários de pessoas com necessidades especiais	93
Figura 40- Dimensionamento de arquibancadas e plateias.....	95
Figura 41- Altura para mesas e balcão de atendimento destinado a cadeirantes	96
Figura 42- Paineis difusores.....	99
Figura 43- Isolamento acústico de paredes.....	99
Figura 44- Sala de dança com piso apropriado.	100
Figura 45- Piso elevado.....	101
Figura 46- Vidro Lâminado e vidro duplo.....	102
Figura 47- Telhado verde.	104
Figura 48- Referencial de edificação escalonada, Casa Paraty, Studio MK27.	104
Figura 49- Luz natural e vegetação, projeto Spa Querétaro, Ambrosi/Etchegaray.	105
Figura 50- Edificação integrada com seu entorno, Residências da Mata, Gui Mattos.....	106
Figura 51- Localização e entorno do Museu Rodin	108
Figura 52- O Palacete das Artes.	109
Figura 53- Relação entre o existente e o novo.	110
Figura 54- Fachada de acesso do Restaurante das Lapas	112
Figura 55- Fachada Sul Restaurante das Lapas	113
Figura 56- Planta baixa do Restaurante las Lapas.....	114
Figura 57- Vistas da Casa em Baião.	116
Figura 58- Vistas da Casa em Moledo	117
Figura 59- Fachadas da escola de dança.	118
Figura 60- Planta baixa Escola de Dança Lliria	118
Figura 61- Sala de dança.	119
Figura 62- Sala de música.....	120
Figura 63- Planta baixa da Escola de Música Tohogakuen.....	120



LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Regime urbanístico de Cruzeiro do Sul.....	69
Tabela 2- Vaga de estacionamento.....	69
Tabela 3- Uso da edificação, NBR-9077	85
Tabela 4- Classificação da edificação quanto à altura, NBR-9077.....	86
Tabela 5- Classificação da edificação quanto às suas dimensões em planta, NBR-9077.....	86
Tabela 6- Classificação das edificações quanto às suas características construtivas, NBR-9077.....	87
Tabela 7- Dados para dimensionamento das saídas, NBR-9077.....	88
Tabela 8- Distância máxima a serem percorridas, NBR-9077.....	89
Tabela 9- Espaços para pessoas em cadeiras de rodas, assentos para P.M.R e P.O	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- idade do entrevistado.	38
Gráfico 2- Já ouviu falar da Casado Morro?.....	39
Gráfico 3- Importância da Casa do Morro.	39
Gráfico 4- A casa deve ser de interesse público ou privado?.....	40
Gráfico 5- Você subiria o morro se lá tivesse algum atrativo gastronômico e cultural?.....	41



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	TEMA.....	1
2.1	Apresentação do tema.....	14
2.2	Justificativa do tema.....	15
2.2.1	Aspectos sobre a cultura no Brasil.....	15
2.2.1.1	A importância da dança, arte e cultura.	17
2.2.2	Secretaria de educação e cultura de Cruzeiro do Sul.....	19
2.2.2.1	Atividades culturais na cidade	21
2.2.2.2	Dança em Cruzeiro do Sul.....	22
2.2.2.3	Música em Cruzeiro do Sul.....	24
2.2.2.4	Palestras e teatros oferecidos na cidade.....	26
2.2.2.5	Espaço multiuso	27
2.2.3	Atividades Gastronômicas na cidade.....	28
2.2.4	Potencialidades culturais e turísticas.....	29
2.3	História da casa do Morro	30
2.3.1	Tombamento.....	33
2.3.2	Tentativas de reforma da casa.....	35
2.3.3	Importância da Casa do Morro para a população.....	38
3	PROGRAMA DE NECESSIDADES	44
3.1	Apresentação do programa.....	44
3.1.1	Tabela de áreas	46
3.1.2	Fluxograma	49
4	ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	51
4.1	A cidade	51
4.1.1	Importância da cidade para o Vale do Taquari	53
4.2	Apresentação do terreno.....	54
4.3	Justificativa do terreno.....	55
4.4	Localização do terreno	56
4.5	Levantamento fotográfico e do entorno.....	57
4.6	Levantamento Planialtimétrico	61
4.7	Levantamento da pré existência.....	62
4.8	Condicionantes legais do terreno e entorno	67
5	CONDICIONANTES LEGAIS DE TEMA E PROGRAMA	72
5.1	Diretrizes para patrimônio.....	72
5.1.1	Carta de Veneza	72



5.1.2 Carta Brasília	74
5.1.3 Diretrizes do IPHAN	76
5.2 Código Florestal.....	77
5.3 Código de obras de Cruzeiro do Sul	78
5.4 Normas e dimensionamentos para restaurante	82
5.5 NBR 9077 – Saídas de emergência.....	84
5.6 NBR 9050 - Norma de acessibilidade	89
.....	97
6 REFERENCIAIS	98
6.1 Materiais de desempenho acústico.....	98
6.2 Diretrizes projetuais para baixo impacto ambiental	103
6.3 Referencial linguagem – Museu Rodin Bahia / Brasil Arquitetura..	108
6.4 Referencial de linguagem e programa – Restaurante das Lapas / Correia / Ragazzi Architectos	111
6.5 Referencial de linguagem – Arquiteto Eduardo Souto de Moura ...	115
6.6 Referencial uso interno - Salas de dança e música	117
REFERÊNCIAS.....	121

1



1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso – Etapa I, do curso de Arquitetura e Urbanismo e tem como objetivo apresentar o tema, condicionantes e programa de necessidades e base teórica de um projeto que será elaborado no Trabalho de Conclusão – Etapa 2. Esta monografia traz a análise bibliográfica de assuntos pertinentes ao tema, assim como a justificativa do terreno e da implantação do espaço cultural na cidade de Cruzeiro do Sul.

O tema escolhido é um Espaço Cultural, que abrigará diversas atividades entre elas, dança, música, biblioteca municipal, espaços multiuso para reuniões, auditório para apresentações de diversas atrações e espaço gastronômico. A área de gastronomia pretende-se destinar a um restaurante de médio porte que atenderá clientes no horário do meio dia, e á noite e um café, com a finalidade de atender a demanda dos usuários locais.

As aulas de dança e música funcionarão durante o dia todo, atendendo diversas idades, o que trará para o espaço o fluxo de pessoas em diferentes turnos do dia, assim como as atividades de apresentações que ocorrerão conforme demanda. Outro uso que fará com os moradores frequentem o espaço será a realocação da Biblioteca Municipal, para este Espaço Cultural. A biblioteca pretende-se alocar na edificação histórica que possui valor para a memória coletiva dos cidadãos de Cruzeiro do Sul e é patrimônio cultural do município.

O trabalho abordará justificativas pertinentes para escolha do terreno e a ligação com o tema, através de análise de inserção do terreno dentro do município, análise do entorno, normas e condicionantes legais para execução do projeto, normas ambientais e de patrimônio histórico.

Apresentará também a pesquisa bibliográfica referente ao tema proposto, e a importância da valorização do patrimônio histórico trazendo assim base teórica e a devida apropriação do assunto, permitindo, então, desenvolver a segunda etapa do TCC, o projeto, valorizando todos os aspectos característicos do terreno escolhido.



Neste sentido, a proposta apresentará um local de qualidade para os moradores de Cruzeiro do Sul realizarem as atividades culturais, pois elas são feitas em locais inadequados atualmente.

Através desta pesquisa será abordada a importância em preservar o patrimônio cultural, no caso a Casa do Morro, sua história e fundamental relevância para os moradores da cidade. É notória a mudança neste lugar e a população manifesta vontade de que o bem público fosse novamente útil para todos.

Portanto, o Trabalho de Conclusão de Curso I, além de embasar o projeto futuro, trata de retomar conceitos e valores fundamentais para o patrimônio histórico-cultural e suas relações de pertencimento à comunidade.

2



2 TEMA

O tema que será desenvolvido para o Trabalho de Conclusão de Curso será um espaço cultural para a cidade de Cruzeiro do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, e será desenvolvido através de uma pesquisa qualitativa sobre assuntos pertinentes ao tema.

2.1 Apresentação do tema

Este tema tem como objetivo promover um espaço adequado de atividades culturais para a Cidade de Cruzeiro do Sul, oferecendo serviços e ambientes que atraiam o público, não apenas moradores da cidade.

Em virtude da carência de espaços culturais na cidade, optou-se por implantar este espaço cultural em uma área de grande importância para a cidade, que irá trazer mais qualidade de vida para um espaço que encontra-se degradado e abandonado, fazendo com que as pessoas possam compartilhar o mesmo espaço para diferentes setores culturais.

Este espaço cultural irá contar com aulas de dança, para grupos maiores, que já é oferecida pela prefeitura gratuitamente, aulas de música, que também são oferecidos pela prefeitura e, um auditório multiuso, no qual será possível a utilização pela cidade, reservando-o para palestras, apresentações e reuniões, visto que o Município não possui nenhum espaço de qualidade para estas atividades, sendo hoje realizados nos ginásios locais, e salão de comunidade.

Cruzeiro do Sul é uma cidade que possui muitas das atividades culturais, como dança, música, entre outras, como parte do dia-a-dia da população que é engajada e se envolve em shows, apresentações e outros eventos. Contudo, não há um local adequado para estas práticas atualmente.

O terreno para a implantação da proposta localiza-se em um dos pontos mais altos da cidade, com visuais nas quais se pode avistar o Rio Taquari e as cidades vizinhas de Lajeado e Estrela, além de possuir uma edificação histórica. A presença desta edificação remete aos colonizadores da cidade de Cruzeiro do Sul e é tombada pelo IPHAN como patrimônio histórico e cultural da cidade.

A escolha deste local é reforçada pelo potencial turístico e presença de outros locais voltados a gastronomia possibilitando, assim, um núcleo gastronômico e cultural neste ponto da cidade. Dessa forma, implantar o Espaço Cultural que envolve arte, cultura e gastronomia, impulsionará o turismo na cidade e apoio aos usuários que queiram apreciar a vista do Rio Taquari.

2.2 Justificativa do tema

Cruzeiro do Sul apresenta um histórico de grande adesão aos movimentos culturais oferecidos pela prefeitura, sejam de aulas específicas oferecidas, oficinas ou até mesmo apresentações e espetáculos, porém esses espaços onde são oferecidas essas atividades como, aula de dança, música e até mesmo de apresentações culturais, estão inadequados. Entre as questões deficientes desses espaços, destacam-se a iluminação inadequada, falta de ventilação, falta de isolamento acústico, entre outros. Isso faz com que os alunos ou telespectadores não aproveitem ao máximo estas atividades.

Ao alinhar este tema cultural com um local de valor histórico e sentimental para a população de Cruzeiro do Sul e fazer com que as pessoas voltem a frequentar este local que hoje está abandonado, é possível trazer vida ao espaço, revitalizando-o e promovendo atividades que fomentem o uso do espaço, reconstruindo as lembranças na memória dos moradores e produzindo novas experiências.

2.2.1 Aspectos sobre a cultura no Brasil

O papel da cultura é de extrema importância no desenvolvimento do ser humano, por meio de políticas públicas aplicadas, essa cultura se desenvolve e se solidifica em uma sociedade.

Segundo CARVALHO (2007) a importância da cultura já era vista pela Família Real, ao chegarem no Brasil em 1808, após a esquadra que fugir de diversas guerras Napoleônicas vieram ao Brasil numerosos artistas europeus, cujo papel era construir símbolos culturais que indicassem a presença do império

e seu poder. Neste período se dá a formação das primeiras instituições culturais como a Biblioteca Nacional, academia de Belas-Artes, o Museu Nacional, entre outras.

Anos mais tarde, quando Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil em 1937, a cultura foi um campo político bem explorado, para Dória (2007) o ponto alto do período governamental de Vargas, foi a administração cultural, na qual formou-se uma estrutura institucional de políticas públicas para a cultura. Neste momento, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além de grande incentivo para os Museus Nacionais, fazendo assim políticas de conservadorismo do patrimônio Histórico. Foi neste mesmo período que foi criado o MEC - Ministério de Educação e Cultura Gustavo Capanema no Rio de Janeiro, um marco da arquitetura moderna no Brasil, sendo projetado por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, entre outros e com a consultoria do arquiteto franco-suíço Le Corbusier.

O período que vem a seguir se inicia com o golpe militar de março de 1964 e se estende até o início da década de 1980, um momento da história marcado pelo autoritarismo e pela repressão. Dessa forma diversas estruturas públicas voltadas a cultura são criadas neste período, como o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da educação (MEC), que tem como objetivo aglomerar assuntos culturais mostrando a importância de conjuntos de políticas voltados para este assunto. Em 1978 é criada a Secretaria de Assuntos culturais que em 1981 se torna Secretaria da Cultura da Presidência da República. Mesmo com a criação de tantas secretarias culturais Cristina Amélia de Carvalho (2007) destaca que grande parte da população, principalmente os mais carentes, continuavam sem o acesso à cultura.

Este período da história teve grande ação perante a cultura da população.

Governos militares na área da cultura, se foi acompanhada da criação e da reordenação de instituições, revelando interesse de se ampliar o papel do Estado, teve também sua face repressiva ao censurar filmes, peças de teatro, publicações e outras formas de expressão cultural; ao mesmo tempo em que se criavam estruturas de apoio e de expansão das atividades culturais, restringiam-se meios de expressão artística e cultural, repetindo, de certa forma, o que havia ocorrido nos anos 30. Por isso, também no período dos governos militares, a cultura voltaria a ser objeto da ação dos 'técnicos' da área (MOISES, 1998, p.31 e 32).

Segundo a autora (CARVALHO, 2007), em 1990 uma reforma geral no Brasil ganha força e somou-se ao discurso de redução de gastos públicos como forma de resolver uma crise fiscal que rondava o país. Os governos desses anos instauram a Nova Administração Pública, que passa responsabilidades para a sociedade sem fornecer cidadania, através da democratização da administração da cultura, passando assim a responsabilidades para grandes instituições, através do fomento privado permitido por leis de incentivo à cultura. Assim grandes empresas decidem como aplicar seus lucros em prol da cultura (CARVALHO, 2007).

O Estado também incentivou a criação de redes de organização representativas, como por exemplo, sindicatos, federações e associações, que tem competência para buscar recursos diretamente com empresas, fazendo assim com que o poder público diminua seu papel de financiador direto.

Nota-se que toda transformação social e cultural define nossa identidade, e estão devidamente ligadas como poder e atuação do Estado, porém cada vez mais a atuação da população e da comunidade através de grupos e organizações conseguem mudar o futuro de uma determinada sociedade. A dinâmica cultural entre dança, teatro e música, por exemplo, desperta o senso do coletivo perante uma sociedade sem identidade, melhorando a sua condição de vida.

Por fim, ressalta-se que somente a partir da união de esforços entre governo, ou ações políticas, municipais, estaduais, em conjunto com a sociedade e comunidade, que é possível manter os caminhos da cultura viva e ativas no Brasil.

2.2.1.1 A importância da dança, arte e cultura.

Segundo a autora Maria Pires (2011), o fenômeno da “Globalização” é o responsável pelo maior intercâmbio de bens, pessoas e valores já presenciado na história da humanidade. Essa troca de valores não se dá apenas pelo comércio mundial, e pelas indústrias, mas também pela rede de comunicação, onde sua complexidade ainda não foi totalmente compreendida.

Maria Pires (2011), frisa que na medida em que se estruturam as redes sociais complexas, e permitem o acesso amplo as informações elas também atuam como instrumentos de padrões comportamentais e valorativos. O choque entre a cultura da globalização e da cultura de origem de um povo resulta no padecimento dos valores sem proteção e ainda não consolidados por sua sociedade de origem, ou ainda na quebra de autonomia, da liberdade e da igualdade, que deve ser reconhecida por todos os membros daquela sociedade.

O fato das pessoas não reconhecerem sua cultura e não a valorizarem causa uma alienação cultural, com consequências grandiosas, principalmente na autonomia dessas sociedades (PIRES, 2011). A autora também cita que os Direitos Humanos definem que toda pessoa tenha direito a cultura, seja no indivíduo ou na sociedade, para assim possibilitar a expressão e a vivência coletiva desses valores.

É nesse ponto nevrálgico que se insere a importância axial do Patrimônio Cultural material. Como representação viva da história e do legado de uma sociedade para experienciificação no espaço comunitário, o Patrimônio Cultural material é uma referência extremamente eficaz contra a “desterritorialização” por que passam grupos sociais, culturas e mesmo nações de todo o globo. Trata-se de um fenômeno de virtualização das referências ocasionado pelas rápidas transformações a que são submetidos os grupos sociais ao influxo das complexas soluções tecnológicas e consumistas. (PIRES, MARIA – 2011, p.01)

Nesse sentido, a proteção dos patrimônios culturais deve ser tratada em uma dimensão humana, as medidas de preservação são fundamentais pelos níveis de poder cultural que estes bens carregam, de referências de identidade para os humanos, pelos valores que expressam e pela capacidade de transmitir testemunhos e sentimentos de outros tempos.

A dignidade humana deve ser garantida pelo direito e acesso à cultura e atividades culturais, através de participação democrática na gestão de patrimônios culturais, respeito a diversidade ética e regional, acesso aos bens culturais, direito a informação cultural e direito a identidade com o patrimônio, afirma Maria Pires (2011), e é de extrema importância que as pessoas não precisem apenas desfrutar do legado, mas também ver-se refletidas nele.

A dança é um estudo cultural que propõe a reflexão sobre cultura, qualquer estilo que seja desenvolvida e compreende um conjunto de significados partilhados e construídos socialmente para explicar o real vivido, como as

peessoas relacionam-se cotidianamente, permitindo assim por meio das relações sociais compreender e reconstruir o universo histórico em que vivem, principalmente através de manifestações culturais (GUARATO, 2008).

A música é outro bem cultural capaz de formar o caráter de um indivíduo. Assim como tudo o que nos cerca, a música também é um espelho das mudanças sociais e por isso o uso da canção como documento e recurso didático deve dar conta de um conjunto de fatores destas mudanças sociais (NAPOLITANO, 2002).

Ferraz (2014), afirma que o maior objetivo da preservação do patrimônio histórico é educar, ajudar a compreender a complexidade de nossas cidades, e servir de referência para a população, pois o passado só nos interessa enquanto estiver vivo. E cada vez mais as nossas cidades estão deixando de lado a preservação destes bens culturais, nos deixando pobres de conhecimento e da nossa história.

2.2.2 Secretaria de educação e cultura de Cruzeiro do Sul

O município de Cruzeiro do Sul possui cerca de 12.320 (IBGE, 2010) habitantes e desenvolve diversos eventos ligados a cultura na cidade, que são promovidos pela secretaria de educação e cultura.

Na área urbana do município, local onde ocorrem a maior parte dos eventos. Pode-se citar eventos alusivos à datas comemorativas, como a programação de natal e páscoa que ocorrem geralmente durante uma semana, nos dias que precedem a data em questão, onde são enfeitados vários pontos do centro da cidade, grande parte destes enfeites são produzidos de forma voluntária em oficinas durante o ano¹. Além dos enfeites, ocorrem também programações na praça Dona Laura, que se localiza no centro da cidade, onde acontecem shows de orquestras e da escola de música local, brinquedos

¹ Um dia após a instalação enfeites de páscoa são alvos de vândalos, disponível em <<http://www.cruzeiro.rs.gov.br/um-dia-apos-a-instalacao-enfeites-de-pascoa-sao-alvos-de-vandalos/>> Acesso em: 01 de maio de 2019.



infláveis, passeio de “cruzeirinho”² e apresentações de teatro.³ Ademais destes dois eventos que são os que mais possuem dias de programações, outros eventos menores também são realizados na praça Dona Laura, como por exemplo o evento para o dia internacional da mulher, com palestra, chamarreada e outras atrações.⁴

Figura 1- Evento cultural na Praça Dona Laura, chegada do Papai Noel



Fonte: Site prefeitura Cruzeiro do Sul

Outro local no centro do município onde ocorrem diversos eventos é o Parque Poliesportivo, nele são realizados eventos de dia das crianças, com brinquedos infláveis e passeio ciclístico pelas ruas da cidade, além da festa e São João e programação da Semana Farroupilha. Neste parque também é realizada a Expo-Cruzeiro e Festa do aipim, que atrai diversas pessoas da região para a cidade e tem como objetivo fomentar o comércio, indústria e a gastronomia do município.

² Veículo formado por um semi-reboque, acoplado a um trator, devidamente preparados e ornamentados pelo Município, que faz passeios pela cidade durante o natal e a páscoa.

³ Definida programação alusiva a páscoa de Cruzeiro do Sul, disponível em <<http://www.cruzeiro.rs.gov.br/definida-programacao-alusiva-a-pascoa-de-cruzeiro-do-sul/>> Acesso em: 01 de maio de 2019.

⁴ Evento voltado para dia internacional da mulher, atrações para toda a família, disponível em <<http://www.cruzeiro.rs.gov.br/evento-voltado-para-dia-internacional-da-mulher-tera-atracoes-para-toda-a-familia/>> Acesso em 01 de maio de 2019.

Figura 2- Evento cultural no parque poliesportivo, São João.



Fonte: Blogspot “a turma do Dionísio”

Segundo a secretária de educação e cultura do município, existe um número expressivo do público que está comparecendo e prestigiando os eventos que são oferecidos, tanto na praça quanto no parque.⁵ A partir disso, pode-se concluir que a população de cruzeiro é adepta de eventos culturais, sejam eles de palestras, apresentações, encontros, entre outros.

2.2.2.1 Atividades culturais na cidade

Além dos eventos culturais que são oferecidos pela Secretaria de Educação e Cultura do município, na Praça Dona Laura e no Parque Poliesportivo, existem atividades culturais que são oferecidos para os munícipes de forma gratuita, como a invernada, grupo de danças tradicionais gauchescas, que tem suas aulas ministradas em uma escola municipal no interior da cidade, aulas de dança de estilo livre que acontecem no ginásio municipal da cidade e aulas de música que acontecem no mesmo lugar, estas atividades atendem mais a demanda de adolescentes e crianças.

⁵ Evento de páscoa reúne centenas de pessoas na Praça Dona Laura, disponível em: <<http://www.cruzeiro.rs.gov.br/evento-de-pascoa-reune-centenas-de-pessoas-na-praca-dona-laura/>> Acesso em: 01 de maio de 2019.



Para a terceira idade, existem atividades de ginástica, desenvolvida por um professor de educação física no ginásio municipal e em algumas localidades do interior do município, além dos grupos de terceira idade que envolvem em torno de 700 idosos durante o ano, e tem suas reuniões mensais em cada localidade do município, sendo atualmente atendidos 12 grupos.⁶ Estes grupos participam e sediam bailes da terceira idade, o que atrai grupos de idosos da região, fazendo com que haja interação entre eles.

As atividades esportivas também ocorrem na cidade e são oferecidas pela prefeitura, como a escola de futebol e futsal, que ocorrem respectivamente no campo do Cruzeiro, no centro da cidade e no ginásio de esportes.

2.2.2.2 Dança em Cruzeiro do Sul

No município as aulas de dança ocorreram de 1999 até 2007⁷ de maneira particular oferecidas pela professora de dança da cidade. No ano de 2008, o município passou a dispor de aulas coletivas cedidas pela prefeitura. A professora que dava as aulas particulares entrou em contato com a secretaria de educação da administração daquele ano, e demonstrou seu interesse em oferecer aulas de dança para diversas idades de maneira gratuita. Foi então que a prefeitura resolveu apoiar o projeto da escola de dança Corpo em Movimento, que passou a oferecer suas atividades totalmente gratuitas para os munícipes de Cruzeiro do Sul.

As aulas de dança são de estilo livre, para as quais a cada ano se cria uma apresentação em ritmos diferentes, geralmente o estilo de dança de rua é o mais ensaiado. Os encontros acontecem desde 2007 no mezanino do ginásio de esportes do município, localizado no centro da cidade e conta com uma sala de cerca de 100m². Neste local há um espaço de depósito de materiais que auxiliam nas coreografias de dança, pois as fantasias das apresentações são pagas pelos alunos, e os mesmos tem o direito de leva-los para casa, sem haver assim a

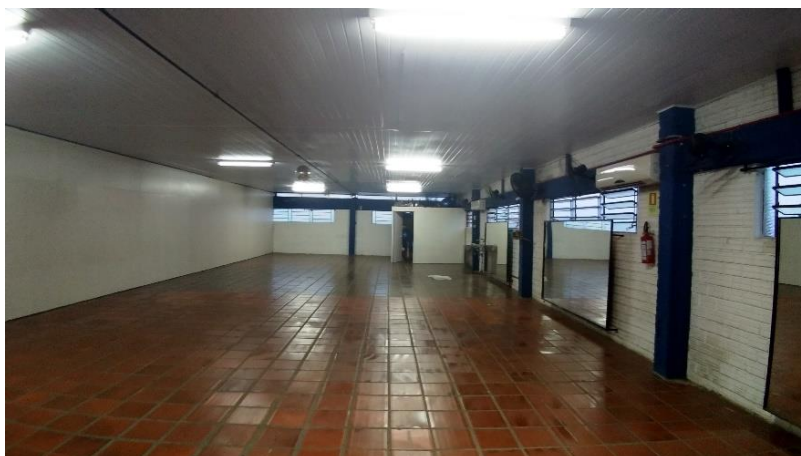
⁶ Coordenadores da terceira idade fazem reunião de avaliação e planejamento para 2019, disponível em: <<http://www.cruzeiro.rs.gov.br/coordenadores-da-terceira-idade-fazem-reuniao-de-avaliacao-e-planejamento-para-2019/>> Acesso em: 01 de maio de 2019.

⁷ Entrevistado 03: depoimento [31 mar. 2019]. Entrevistador: Marcela Marmitt Rodrigues, Cruzeiro do Sul/RS: 2019. Via whatsapp.



necessidade de um espaço para guardar as roupas. Esta sala contém características que não são adequados para um espaço onde é praticada as aulas de dança, como por exemplo piso cerâmico e escuro, pouca iluminação natural, má qualidade de ventilação do espaço e acústica inadequada.

Figura 3- Atual sala de dança do município.



Fonte: Da autora, 2019.

A professora de dança comenta⁸ que a escola Corpo em Movimento, atende cerca de 215 alunos, conforme inscrições feitas no início do ano de 2019 e são divididas em 11 turmas. Essas turmas atendem a toda população cruzeirense que tenha interesse de participar das aulas de dança de estilo livre e também na modalidade de ginástica. Os alunos da escola tem entre 5 e 60 anos de idade.

As turmas são agrupadas por idade e pelo turno inverso da aula quando se trata dos alunos mais jovens, fazendo assim com que o aluno tenha uma ocupação no turno em que não esteja frequentando a escola. Já os alunos adultos, frequentam mais a aula de dança e ginastica e este público tem como objetivo praticar algum exercício físico, e movimentar o corpo desenvolvendo a coordenação motora nas aulas de dança.

A maior turma conta com cerca de 35 pessoas, a de ginástica/dança, que acontece duas vezes por semana segunda e quarta no período da noite. Já as

⁸ Entrevistado 03: depoimento [25 fev. 2019]. Entrevistador: Marcela Marmitt Rodrigues, Cruzeiro do Sul/RS: 2019. Nas dependências do ginásio municipal Orlando Eckert, Cruzeiro do Sul/RS.

aulas para os alunos mais jovens acontecem uma vez por semana, no período da manhã e da tarde.

O encontro desses alunos tem como objetivo ensaiar coreografias para serem apresentadas durante o ano em diversos festivais pelo estado, mas, principalmente para a apresentação que acontece no final do ano. Tal evento tem ocorrido no ginásio municipal Orlando Eckert em Cruzeiro do Sul, e reúne todos os alunos da escola de dança para uma apresentação, onde mostram para a comunidade todo seu esforço e aprendizado durante o ano. Este show de final do ano, costuma mobilizar a comunidade na venda dos ingressos para prestigiar o espetáculo, que já chegou a contar com cerca de 1500 pessoas na plateia. “A comunidade espera o show de final de ano da escola, a procura por ingressos é sempre muito grande, o que mostra que a população de Cruzeiro é uma grande adepta das programações culturais da cidade”, salienta o entrevistado 03.

Além das apresentações pelo estado e pelo município a escola já ganhou diversos prêmios de destaque com suas coreografias em festivais e mostras de dança, entre eles estão, 3º lugar no Palco em Movimento de Arroio do Meio, 2º lugar no festival Dançartte em 2014 e 2016, de Lajeado, entre outros prêmios, o que traz destaque para a escola.

2.2.2.3 Música em Cruzeiro do Sul

A cidade de Cruzeiro do Sul conta também com aulas de música, oferecidas de forma gratuita para os munícipes que tenham interesse em aprender a tocar algum instrumento novo, o aluno tem direito a uma aula de 45 minutos por semana.

As aulas de música são ministradas atualmente por dois professores, sendo um responsável pelos instrumentos de sopro, e o outro pelos diferentes instrumentos oferecidos na escola. Atualmente a escola conta com cerca de 40 alunos, com idades variadas entre 10 e 65 anos, sendo que a maioria dos alunos possuem de 10 há 16 anos, e que desenvolvem suas aulas individuais ou em dupla, de segunda a sextas nos turnos da manhã, tarde e noite.

Os instrumentos oferecidos pela escola para os alunos desenvolverem suas habilidades são violão, guitarra, contrabaixo⁹, cavaco¹⁰, viola¹¹, ukulele¹², teclado, acordeom, flauta, saxofone e bateria. Sendo que os instrumentos mais praticados pelos alunos são violão e bateria.

As aulas da escola de música acontecem nas dependências do ginásio municipal Orlando Eckert de Cruzeiro do Sul, abaixo do mezanino e de parte da arquibancada. O ambiente para o desenvolvimento dessas atividades é escuro, com pouca ventilação e praticamente nenhuma luz natural, o que ocasiona o desconforto dos alunos que frequentam o espaço.

Além das aulas no ginásio, os professores da escola de música se dedicam a atividades de recreação nas escolas do município desde o pré até o 5º ano. Essas atividades acontecem nas dependências das próprias escolas e servem para apresentação e interação dos alunos com os instrumentos musicais, para despertar nos mesmos a curiosidade de praticar as aulas oferecidas pela escola de música.

A escola conta também com dois principais grupos de apresentações que ensaiam das aulas. Um grupo possui quatro integrantes, e utilizam os seguintes instrumentos: bateria, violão, baixo e voz. Já o outro grupo contém seis integrantes, violão, bateria, baixo, teclado, acordeom e voz. As idades dos integrantes destes dois grupos principais são variadas, sendo a maioria adolescentes. Estes grupos têm como objetivo realizar apresentações nas atividades culturais que acontecem na cidade, como eventos de final de ano e semana farroupilha.

Os outros integrantes das aulas que acontecem na escola de música também treinam para apresentações em duplas no show de final de ano, onde apresentam para a comunidade cruzeirense seus aprendizados durante o ano. Contudo, a escola encontra dificuldade em dar segmento em um grupo coletivo

⁹ Contrabaixo: instrumento com cordas, tem o som mais grave que do baixo.

¹⁰ Cavaco: também conhecido como cavaquinho, é um instrumento de cordas, característico da música brasileira.

¹¹ Viola: instrumento musical da família do violino, possui cordas.

¹² Ukulele: instrumento musical havaiano de cordas beliscadas.

maior, pois os alunos não persistem muito nas aulas, fazendo assim com que a evolução de cada um acabe¹³.

2.2.2.4 Palestras e teatros oferecidos na cidade

Como já foi apresentado no item 2.2.2, a prefeitura vem realizando diversos eventos culturais na cidade, e nestes eventos geralmente acontecem apresentações, sejam de orquestras, música ou teatro. O lugar em que acontecem estes eventos, são em sua maioria em área aberta, e quando ocorre más condições do tempo acabam sendo canceladas ou adiadas as apresentações e programações.

Algumas vezes os teatros oferecidos, sejam por ação da prefeitura ou de iniciativa privada ocorrem no ginásio municipal ou nos salões das comunidades, que apesar de atraírem diversas pessoas não é a melhor acústica, nem o ambiente mais confortável para oferecer este tipo de evento. Mostrar as diversas palestras, apresentações de teatro, formaturas de colégio que acontecem da cidade, em locais inapropriados. E justificar a necessidade da cidade possuir um espaço de auditório apropriado, com o devido conforto e acústica para estes eventos.

A feira do livro é um evento que ocorre no município uma vez por ano e acontece nas dependências do Ginásio de esportes Orlando Eckert, no centro do município. Durante a feira acontece a venda de livros feitas pelas livrarias da região e a apresentação de peças teatrais, de vários estilos, algumas ocorrendo durante o dia, para a participação as escolas municipais e estaduais, e a noite para a comunidade no geral¹⁴. Estas apresentações ocorrem em um palco improvisado e montado no centro do ginásio, e não possui os devidos equipamentos de som e luz, mas sempre recebem um número expressivo de pessoas para prestigiar o evento.

¹³ Entrevistado 01: depoimento [01 abr. 2019]. Entrevistador: Marcela Marmitt Rodrigues, Cruzeiro do Sul/RS: 2019. Via Whatsapp.

¹⁴ Confirmada realização da feira do livro 2016 evento será de 8 a 11 de junho, disponível em: <<http://www.cruzeiro.rs.gov.br/confirmada-realizacao-da-feira-do-livro-2016-evento-sera-de-8-a-11-de-junho/>> Acesso em 01 de maio de 2019.



Figura 4- Apresentação da orquestra municipal de Marque de Souza no ginásio municipal e público prestigiando



Fonte: Site prefeitura municipal de Cruzeiro do Sul.

2.2.2.5 Espaço multiuso

A cidade de Cruzeiro do Sul possui um salão de eventos, no qual são realizados encontros entre professores e reuniões em geral, porém sua estrutura é pequena, não possui iluminação adequada nem ventilação e, segundo a secretária de educação e cultura, seria bom que o município tivesse outras salas multiuso para abrigar clube de mães, e outras atividades que são desenvolvidas no município, como oficinas e pequenas palestras. Essa necessidade é importante pois, quando o salão de eventos da prefeitura está ocupado as reuniões e encontros tem que ser realizados em espaços inadequados.

Figura 5- Salão de eventos da prefeitura municipal de Cruzeiro do Sul



Fonte: Site prefeitura municipal de Cruzeiro do Sul.

2.2.3 Atividades Gastronômicas na cidade

Situadas na encosta do morro principal de Cruzeiro do Sul, na rua Juscelino Kubitschek encontra-se um conjunto de restaurantes que atendem o público Cruzeirense e visitantes de outras cidades.

Estes restaurantes já são conhecidos principalmente nas cidades vizinhas, local onde turistas costumam frequentar nos finais de semana. Um dos restaurantes que, atualmente está na Rua Juscelino Kubitschek, já teve sua sede dentro da Casa do Morro. Esta casa pertenceu a família fundadora¹⁵ da cidade de Cruzeiro do Sul e hoje é patrimônio tombado do município e está localizada no final desta mesma rua.

Na memória do povo cruzeirense o restaurante que se situava na Casa do Morro é recordado¹⁶, pois lá aconteciam diversos encontros de pessoas, para apreciar a vista e comer. Além de diversão este restaurante também servia para encontros políticos e eventos da sociedade como, por exemplo, casamentos. Com o prédio histórico tomado pela prefeitura a fim de salvaguardar sua importância para o município, o restaurante trocou de endereço, permanecendo na encosta do morro, porém em outro terreno e abriu suas portas em 1991 com o atual nome “Restaurante ponto de vista”.

Ao lado do edifício histórico encontra-se hoje o restaurante “Casa do Morro”, conhecido entre a população e turistas. Conforme José Alfredo Schierholt conta em seu livro Cruzeiro do Sul e sua história, o prefeito da época Silton Érico Weiland foi autorizado por todos os nove vereadores, através da lei 101-02/90 de 2/07/1990, a doar uma área de 1.080m² para um restaurante e possível hotel a ser entregue à empresa vencedora do edital a ser aberto. Durante a construção deste restaurante, que ganhou a licitação em 1991 e 1992, surgiram manifestações populares contra o prédio por desconfigurar a Casa do Morro, e degradar seu entorno. Na administração seguinte foi tentada a

¹⁵ Família Azambuja

¹⁶ Conforme pesquisa do item 2.3.4

derrubada do prédio, porém a tentativa foi sem sucesso por não haver recursos que pudessem ser tomados¹⁷.

2.2.4 Potencialidades culturais e turísticas

Cruzeiro do Sul tem um grande potencial turístico, principalmente ligados a natureza e a economia do município. A ExpoCruzeiro e Festa do Aipim por exemplo, se tratam de uma exposição comercial, agroindustrial e de serviços em Cruzeiro do Sul, que iniciou em 2003 naquela época sendo sediada na Localidade de XV de Novembro no bairro São Gabriel, as últimas edições da feira tem acontecido no parque Poliesportivo de Cruzeiro do Sul, no centro da cidade.

A feira é um evento promovido entre uma parceria da Prefeitura Municipal, câmara Municipal de Vereadores e Emater /RS-Ascar, sendo a associação Expo Cruzeiro a responsável pela gestão da feira (Jornal o Informativo–10/04/2014). A cada nova edição a feira vem crescendo e se destacando no Vale do Taquari, no ano de 2014 (quando aconteceu a última feira), era estimado cerca 60 mil visitantes e 160 estandes, com atrações de shows nacionais, oficinas culinárias, feira do produtor e artesanato e opções de lazer. Além de ser uma grande rotação na economia do município a feira já faz parte da cultura local, e sua próxima edição será em novembro de 2019.

O Aipim é a planta símbolo do município, o que faz com que a cidade seja conhecida como “capital da mandioca” no Vale do Taquari, essa fama se dá pelo município ser o maior fornecedor de aipim para a Ceasa, conforme matéria publicada no Jornal de Cruzeiro em 10/02/2007. A média de produção anual do município é de 840 toneladas, (dados de 2010), dos quais 660 são comercializados, geralmente na grande Porto Alegre, por gerar renda para muitos agricultores no município a Expo Cruzeiro faz paralelo com o evento a Feira do Aipim, na qual são degustadas comidas típicas e bebidas feitas com aipim, além de prêmio para maior ramo colhido e outras brincadeiras típicas.

A Lagoa Crispim, situada no interior de Cruzeiro do Sul possui cerca de 6km de comprimento e largura máxima de 140 metros (BIANCHINI, MORAES E

¹⁷ A posse do proprietário particular perante parte do terreno da Casa do Morro foi legítima e autorizada pelos vereadores.

ECKHARDT, 2014) possui dois campings em sua margem, e no verão as pessoas costumam se reunir para desfrutar da natureza. Outra potencialidade turística do município, são as trilhas no morro principal de Cruzeiro do Sul, próximo as antenas de comunicação, situado na Vila Italiana, próximo ao centro da cidade, a trilha chamada de “Trilha da Toca dos Corvos”, apesar de não ter infraestrutura adequada e não ser muito explorada, a trilha apresenta grande contato com a natureza e uma vista panorâmica do Rio Taquari, bem como as cidades vizinhas, de um nível mais alto que a vista da “Casa do Morro”.

A gastronomia de Cruzeiro do Sul é bem vista pela população, sendo que as pessoas de fora do município também reconhecem a qualidade dos restaurantes, que trazem mais turistas e ajudam a dinamizar a economia da cidade.

2.3 História da casa do Morro

A casa do morro foi construída por ordens do Coronel Primórdio Centeno de Azambuja em 1873, após retornar da Guerra do Paraguai. Ele era filho de Laura e João Xavier de Azambuja, principais colonizadores no núcleo urbano de Cruzeiro do Sul, quando a mesma ainda se chamava Fazenda de São Gabriel. A Família Azambuja era grande proprietária de terras e pertencia a então elite social da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a doação de sesmarias era uma prática adotada pela Coroa portuguesa, durante o período colonial brasileiro, e foi onde a Família Azambuja ganhou as terras onde hoje se encontra o município de Cruzeiro do Sul (GREGORY, 2016).

O atual terreno que hoje encontra-se a Casa do Morro, não era o primeiro local de implantação da mesma, em 1872 o Coronel Primórdio resolveu construir sua casa ao lado da de sua mãe, onde hoje encontra-se a prefeitura municipal, porém naquele mesmo ano uma grande enchente acabou inundando a construção o que fez com que o Coronel decidisse construir sua casa no ponto mais alto da cidade e, assim, ficar distante das cheias do Rio Taquari (SCHIERHOLT, 2010). Este terreno abrange uma grande área de terras com árvores nativas, na metade do morro de Cruzeiro do Sul que começa sua

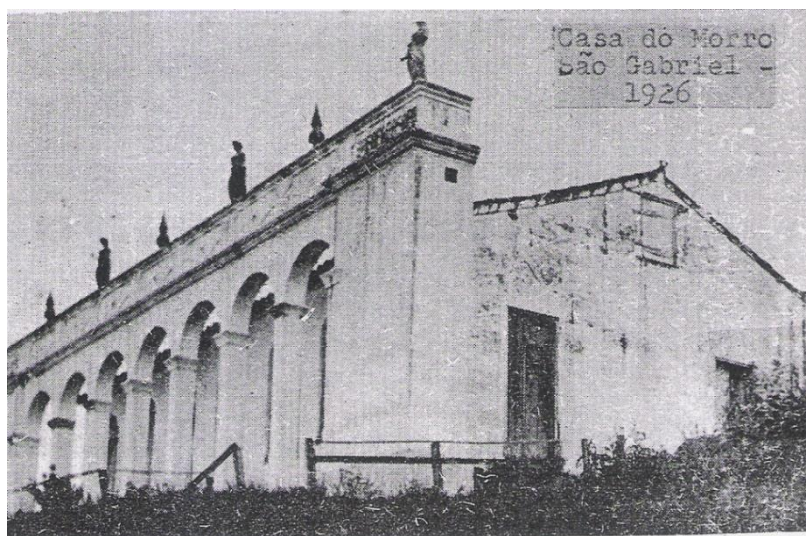


elevação próximo ao Rio Taquari, local este onde hoje situa-se o centro da cidade.

A construção da casa foi concluída em 1878, durante o período da Proclamação da República, originalmente chamada de Casa Branca dos Arcos do Morro, quando ainda pertencia ao município de Lajeado. A edificação contou com a ajuda do engenheiro e agrimensor Henrique Von Reichenbach, Martinez e outros. Segundo Schierholt (2010) a quem diga que Reichenbach foi um nobre falido alemão, que conheceu os arcos do triunfo em Paris, e os aquedutos dos Arcos da Lapa no Rio de Janeiro, que teriam servido de inspiração para os arcos da Casa do Morro, inclusive na sua cor original que era a branca.

A casa encontra-se no final da Rua Juscelino Kubicheck com o prolongamento da rua São João, através da matrícula 24.789/Liv. Nº02, é em estilo colonial misto sua fachada principal conta com um conjunto de sete arcos, e possui cerca de 305,30m² de área construída, após servir de residência para a Família Azambuja. Após o falecimento do Coronel Primórdio em 15/05/1898, a casa foi alugada para Leocádia Vilanova Azambuja e seus nove filhos, sendo que a mesma comprou a casa em 1901 diante da casa ter sido posta em hasta pública, cita Schierholt em seu livro sobre Cruzeiro do Sul. Até 1914 o prédio este sob os cuidados de Rafael Fortunato de Azambuja, e depois foi ocupado por inquilinos, sem que a casa passasse por algum investimento ou melhoria.

Figura 6- Primeira imagem que se tem conhecimento da Casa do Morro.



Fonte: Arquivo municipal de Cruzeiro do Sul



Pode-se notar nesta imagem acima, a mais antiga encontrada, a presença de pinhas e estátuas acima dos arcos, que atualmente não estão mais presentes na edificação, devido a mesma já ter passado por diversas reformas, (SCHIERHOLT, 2010). A parte do arco que perante boatos teria caído ao ser atingido por um raio. No livro de Wolfgang Hoffmann Harnisch, que descreve o duelo entre Bento Gonçalves e Onofre Pires durante a Revolução Farroupilha, na Fazenda São Gabriel, foi encontrado o seguinte relato sobre a Casa do Morro (GREGORY, 2016)

E lá no topo do morro, não muito longe da citada figueira, está a “casa mal-assombrada”, hoje pertencente à família Lopes. Muitas histórias de lobisomem e fantasma correm pela boca do povo em torno dela. Essa casa dos velhos amigos de Gonçalves é de estilo colonial bem típico, dos primeiros tempos do Primeiro Império, ostentando ainda os restos de estilo arquitetônico usual naquela época. Diante da fachada principal, repartida por numerosas janelas de arco, levanta-se, a pouco mais de metro, uma fileira de colunas, cujos arcos ligam em cima com o telhado, sendo o vão embaixo, à guisa de varanda ou passeio, coberto com lajes. Obteve-se destarte uma fachada dupla. Faz anos, havia uma fileira de estátuas no topo da fachada, correspondendo ao número de colunas. Hoje há apenas uns restos. Diz o povo que o raio abateu as estátuas. (HARNISCH, Wolfgang Hoffmann, O Rio Grande do Sul, 1941. p. 380)

Figura 7- Casa do Morro sem um dos arcos. (Entre as décadas de 1920 e 1940)



Autor: Livro Cruzeiro do Sul em fotos, 2012.

Após passar por alguns inquilinos a casa do Morro foi abandonada e serviu de hospedaria para animais, o que segundo Schierholt (2010) trouxe a fama da casa de mal-assombrada, devido aos barulhos que ali faziam os animais.

No dia 7 de agosto de 1962, por meio de um decreto, a Prefeitura Municipal de Lajeado declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, a propriedade da Casa do Morro, que tinha como proprietário Armando Lopes. Este decreto foi amparado pelo decreto-lei nº 3365, de 1941, que trata das desapropriações por utilidade pública, e funciona como regulamentação para a realização das desapropriações (GREGORY, 2016).

Mesmo após a desapropriação, a casa serviu de abrigo para um restaurante, que ao adaptar a edificação ao seu uso, acabou por degradar a história com remoções e adições ao prédio. Mais tarde abrigou museu e biblioteca municipal, porém a adesão do município não foi significativa, fazendo com que o museu fosse fechado e a biblioteca voltasse para o edifício da Prefeitura Municipal, no centro da cidade. (SCHIERHOLT, 2010)

A Casa está fechada ao público desde 2003, porém é de fácil acesso para vândalos que com facilidade acessam o local ateam fogo e depredam a edificação, trazendo assim grandes riscos para a edificação. No Brasão de Armas do município destaca-se a Casa do Morro que teve seu tombamento a nível municipal em 2006, sendo assim reconhecida como patrimônio público da cidade, e de grande importância histórica. Nesse sentido, ressalta-se a importância desta proposta que tem como objetivo propor um novo uso ao local.

2.3.1 Tombamento

Conforme citado por GREGORY (2016) o pedido de patrimonialização de algum bem se dá através do “poder que a memória tem de gerar identidade dos indivíduos através de objetos e lugares, sejam eles materiais ou imateriais”. Em 1992, quando houve uma pequena reforma do prédio, o prefeito da época o Silton Erico Weiland, declarou o prédio de interesse público para fins de inscrição do Patrimônio Cultural do Município.¹⁸

A partir deste processo de identidade e reconhecimento da Casa do Morro foi vigorado em março de 2006, coordenado pela Secretaria Municipal de

¹⁸ Pedido de tombamento, disponível em
<http://www.cruzeiro.rs.gov.br/site/docs/leis/decreto_417_2006TombamentoCasaDoMorro.pdf.
> Acesso em: 20 de abril de 2019.

Educação e Cultura, o processo de tombamento da edificação, com a publicação de edital, notificação dos proprietários de imóveis lindeiros e culminando, com a publicação do decreto nº417-02/2006.

Ao solicitar o tombamento da edificação a Prefeitura Municipal argumentou o pedido com a necessidade de firmar convênios com órgãos estaduais e federais, a fim de viabilizar verbas para a realização de obras de restauro pois, o atual estado do prédio era precário e sua estrutura estava comprometida, a fim de zelar pelo patrimônio público e conseguir conservar e preservar a edificação. Além disso, com o tombamento e futura restauração a prefeitura pretendia tornar o espaço um centro de cultura vivo, aberto ao público em perfeitas condições (Pedido de Tombamento,2006).

Depois de uma sequência de mandado de notificações o IPHAE e o IPHAN, reconheceram o tombamento da edificação em parâmetros municipais, e elogiaram a iniciativa do poder público em preservar a edificação histórica para as futuras gerações do município.¹⁹

Na lei de tombamento definitiva da Casa o Então prefeito Rudimar Müller, no uso de suas atribuições, conforme a Lei Municipal nº516-01/2005 e edital de tombamento nº001/2006, fica definido os seguintes artigos:

Art. 1º - Fica tombada em nível municipal, de modo definitivo, passando a integrar o Patrimônio Histórico do Município de Cruzeiro do Sul a denominada “Casa do Morro”, cujo prédio inspirou a figura que é símbolo oficial e parte integrante do brasão de armas.

Art. 2º - O bem ora tombado deverá ser conservado e em nenhuma hipótese poderá ser demolido, destruído ou mutilado.

Art. 3º - As obras de restauração só poderão ser iniciadas mediante prévia comunicação e autorização do órgão municipal competente.

Art. 4º - No caso de perecimento do bem, deverá o responsável pela guarda, administrador, zelador, concessionário, possuidor ou detentor do mesmo comunicar o fato no prazo de 48 (quarenta e oito) horas à Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul.

Art. 5º - Verificada a urgência para a realização de obras para conservação ou restauração no bem tombado, poderá o Poder Público Municipal, enquanto legítimo proprietário, tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las.

Art. 6º - Sem prévia autorização, não poderá ser executada qualquer obra nas vizinhanças do imóvel tombado que lhe possa impedir ou reduzir a visibilidade ou ainda que, a juízo do órgão consultivo, não se harmonize com o aspecto estético ou paisagístico do bem tombado.

Art. 7º - A vedação contida no presente artigo estende-se à colocação de painéis de propaganda, tapumes ou qualquer outro objeto.

¹⁹ Pedido de tombamento, disponível em

<http://www.cruzeiro.rs.gov.br/site/docs/leis/decreto_417_2006TombamentoCasaDoMorro.pdf.

> Acesso em: 20 de abril de 2019.



Art. 8º - Para efeitos do artigo anterior, o entorno da Casa do Morro será considerado num raio de 50 (cinquenta) metros, onde não poderão ser construídas quaisquer obras que lhe prejudiquem a visibilidade e a estética arquitetônica, ou que lhes possam causar desarmonia de estilo, salvo as situações já consolidadas até a data do tombamento definitivo.

Art. 9º - Em hipótese alguma o bem imóvel objeto deste decreto de tombamento, por ser de valor inestimável para o Município, poderá ser vendido a particulares.

Art. 10º - Para efeito de imposição das sanções previstas nos artigos 165 e 166 do Código Penal Brasileiro e sua extensão a todo aquele que destruir, inutilizar ou alterar os bens tombados, o órgão competente comunicará o fato ao Ministério Público, sem prejuízo da multa aplicável nos casos de reparação, pintura ou restauração sem autorização prévia do Poder Público.

Art. 11º - Proceda-se a sua inscrição no respectivo Livro do Tombo.

Art. 12º - Promova-se a averbação do tombamento no Cartório de Registro de Imóveis, à margem de transcrição do domínio, para que se produzam os efeitos legais.

Parágrafo único - Igual providência será tomada em relação aos imóveis vizinhos do prédio tombado.

Art. 13º - Este decreto entra em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mesmo perante o pedido de tombamento para futuros repasses de verbas, a edificação passou por reformas agressivas que prejudicaram suas características históricas, e segue sem uso.

2.3.2 Tentativas de reforma da casa

Como já citado nesta monografia a Casa do Morro já abrigou um programa de necessidades semelhante a um museu, entre 1992 e 2001, os objetos expostos neste museu foram angariados através de uma gincana, que fez com que a população fosse em busca de objetos antigos para expor em um único lugar para toda a comunidade ter acesso, entre esses objetos estavam, calçados, lousa, máquina fotográfica, entre outras coisas. Por mais que não se saiba exatamente o que levou o museu a ser fechado, pode-se notar a presença de uma ação do poder público com a comunidade em prol da valorização cultural (GREGORY, 2016).

Segundo GREGORY (2016) em sua pesquisa sobre o processo de patrimonialização dos monumentos históricos, referente a Casa do Morro, ela cita²⁰:

No município de Cruzeiro do Sul nunca foi elaborado um projeto de Educação Patrimonial que envolvesse o patrimônio histórico e cultural da cidade, especialmente a Casa do Morro. O prédio, na maioria dos casos, foi aproveitado de maneira utilitarista, como nas décadas de 1960, 1970 e 1980, primeiramente servindo de moradia para algumas pessoas¹²⁷ e após, abrigando um restaurante¹²⁸. A Casa e seu entorno sempre sofreram alterações e modificações na sua estrutura com essas ocupações, seja na adição de mesas de concreto e banheiros na parte de fora do prédio, construção e alteração de paredes, e até mesmo na inserção de uma lareira em um dos cômodos. (GREGORY, 2016. Processo de patrimonialização dos monumentos históricos: A Casa do Morro, p. 59)

Após o tombamento definitivo da Casa em 2006, foi contratado em 2009 pela então administração municipal, liderada pelo prefeito Rudimar Müller, a empresa TS Mello de restaurações, para a execução de pesquisa em várias áreas visando a restauração e revitalização da Casa do Morro. O trabalho da TS Mello foi dividido em três fases: na primeira fase seriam realizadas pesquisas referente ao histórico global, diagnóstico, projetos e planilhas orçamentárias com um memorial descritivo da obra futura. Na segunda fase seria o início efetivo da restauração e ações intermediárias para a revitalização, e, por fim, na terceira fase, seria terminada a revitalização e então inaugurado o centro cultural da cidade de Cruzeiro do Sul, que visava angariar fundos através da lei Rouanet, porém o projeto de revitalização não prosseguiu, sendo executada apenas até a primeira fase.

Após a Casa ficar muitos anos sem proteção, manutenção e nenhuma ação de revitalização por meio do poder público, surgiu, em 2014, um grupo denominado “Amigos da Casa do Morro”, que veio a partir de um grupo de alunas do Ensino Médio em propor a revitalização da Casa do Morro em um trabalho da escola. Este trabalho foi apresentado pelas próprias alunas na Câmara de Vereadores em outubro de 2014, sendo muito elogiado pelos vereadores, e tomado como exemplo de propostas que os próprios vereadores deveriam tomar (GREGORY, 2016).

²⁰ GREGORY, JULIA, 2016. O processo de patrimonialização dos monumentos históricos: A casa do Morro de Cruzeiro do Sul/RS, texto digital. Monografia elaborada para conclusão de grau em História pela Universidade do Vale do Taquari, UNIVATES.



Assim que o trabalho foi apresentado, as alunas e a professora responsável, recorreram à população, a fim de reunir recursos para adquirir a verba necessária para a revitalização da casa. A partir disso surgiu a identidade do grupo denominado de Amigo da Casa do Morro, que venderam camisetas estampadas e artesanatos com o logo do grupo, a fim de angariar fundos e espalhar a identidade do movimento. A administração da época se mostrou a favor do movimento e através do projeto de Lei nº 052-03/20115, aprovado por todos os vereadores, assegurou o município a receber doações materiais e produtos de construção para a reforma da Casa do Morro, sendo que essas doações podem ser feitas por pessoas físicas ou jurídicas, perante controle e aceitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (GREGORY, 2016).

Ao longo desse processo, ocorreram vários encontros envolvendo a população voluntária e poder público, a fim de decidir os próximos passos a serem tomados referente a revitalização da Casa, mutirões de limpeza e de venda de artesanato para unir fundos foram feitas. Em 2015 foi retomada a reforma, sendo trocado telhado e paredes internas, a fim de preservar as paredes externas e principalmente os arcos foi feita uma laje do tipo vigota e tavela para assim dar sustentação para a casa que já estava muito deteriorada e corria o risco de desabamento.

Com os recursos financeiros acabando e com a troca de mandato do Poder Público da cidade de Cruzeiro do Sul no ano de 2016, a continuidade das atividades do grupo foram finalizando. A reforma parou pela metade e a Casa se encontra em total abandono e descaso até os dias atuais.

Figura 8- Casa do Morro em 2016



Fonte: GREGORY, 2016.

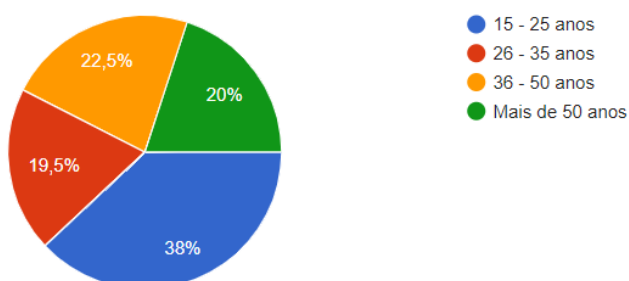
2.3.3 Importância da Casa do Morro para a população

Segundo a autora Ana Meira (2004, a memória se concretiza, muitas vezes, em artefatos que vão desde documentos escritos até os grandes monumentos arquitetônicos, estes bens patrimoniais trazem para perto o que já se passou no tempo e ajuda a criar identidade para quem o reconhece como patrimônio. Quando a memória se torna coletiva, ou seja, quando diversas pessoas a reconhecem como bem, o patrimônio ganha força e destaque. A conservação e preservação destes monumentos é importante devido ao fato da herança cultural que determinado bem pode oferecer, pela representação da história passada e continuidade da mesma.

Para verificar essa memória coletiva referente a Casa do Morro realizou-se uma pesquisa, que teve como objetivo coletar opiniões das diferentes pessoas e idades sobre a edificação e identificar as memórias que possuíam deste lugar. Como também identificar o que estas pessoas gostariam que ocorresse em termos funcionais na edificação. Para isso, realizou-se a pesquisa²¹ de maneira virtual com alguns moradores da cidade.

A pesquisa foi realizada para fins de compreensão sobre o tema junto à comunidade e apresenta, conforme gráfico abaixo que a população respondente é variável em termos de faixa etária, contudo é formada na sua maior parte por jovens de 15 a 25 anos de idade.

Gráfico 1- idade do entrevistado.



Fonte: Questionário sobre a Casa do Morro, Google.com, da autora.

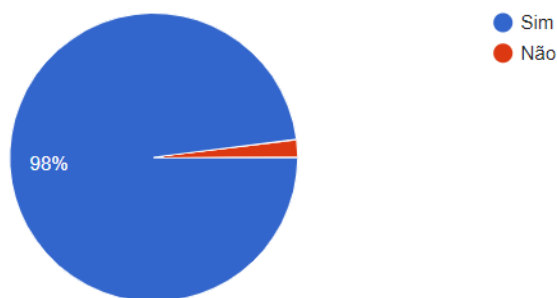
²¹ Pesquisa virtual elaborada por Marcela Marmitt Rodrigues e realizada de 27 de fev. até 06 de março de 2019. Através do Google.com e divulgado através de páginas sociais. Obteve 400 respostas de moradores da cidade e população no geral.



Ao analisar este gráfico podemos notar que mesmo a maioria dos entrevistados tendo entre 15 e 25 anos, o que se justificaria pela pesquisa ter sido divulgada em uma rede social, houve também uma grande participação da população no geral, gerando assim uma participação diversa em termos de faixa etária.

Quanto ao conhecimento sobre a existência da casa do Morro, os participantes revelam que já ouviram falar ou conhecem o local. Esta resposta permite reconhecer a importância da Casa do Morro na memória coletiva das pessoas.

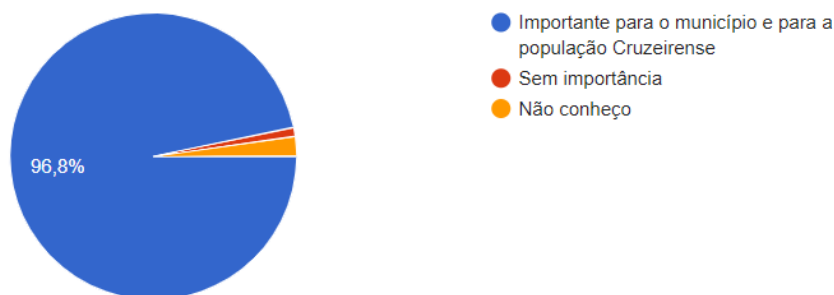
Gráfico 2- Já ouviu falar da Casado Morro?



Fonte: Questionário sobre a Casa do Morro, Google.com, da autora

Aliado a isso, quase 100% das pessoas também reconhecem o valor significativo da casa para o município e para si mesmo, como representação histórica da cidade.

Gráfico 3- Importância da Casa do Morro.



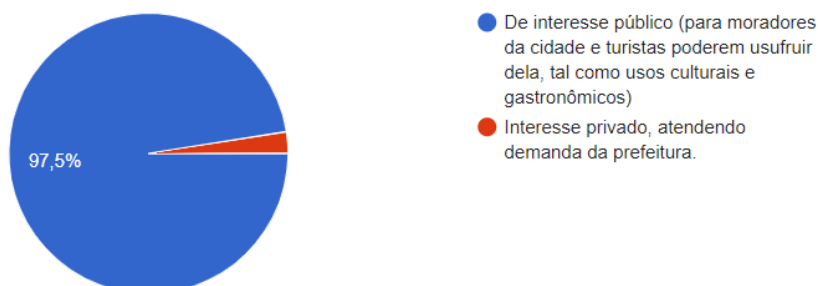
Fonte: Questionário sobre a Casa do Morro, Google.com, autoria da autora



Pode-se notar que apenas 1% (4 votos) assinalaram a alternativa em que diz que a Casa do Morro é sem importância para o entrevistado, um resultado muito pequeno diante daqueles que assinalaram a alternativa em que cita que a Casa é importante para o Município e também para a população Cruzeirense, o que comprova que a população reconhece a importância desta edificação histórica.

Um dos aspectos relevantes apontado pela entrevista refere-se ao destino possível da Casa do Morro. Atualmente a casa é do município e, conforme resultado da pesquisa, mais de 97% dos respondentes acreditam que apesar de domínio municipal, a casa deve abrigar funções de interesse público, para moradores e turistas poderem usufruir, tal como usos culturais e gastronômicos. Nesse sentido, a hipótese de abrigar usos privados da prefeitura não é de interesse da comunidade.

Gráfico 4- A casa deve ser de interesse público ou privado?



Fonte: Questionário sobre a Casa do Morro, Google.com, da autora

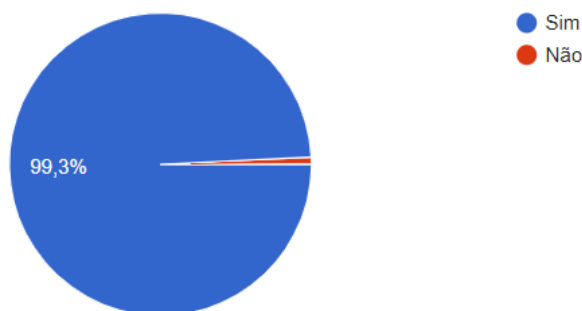
O resultado da pesquisa comprovou que a grande maioria dos entrevistados acredita que a Casa do Morro deva ser de uso de todos os moradores da cidade, e turistas, para os mesmos poderem usufruir da edificação, tendo nela usos culturais e gastronômicos.

Em outro tópico o objetivo abordado junto a população foi sobre o interesse no local. Nota-se que muitas pessoas não caminham ou se deslocam até a Casa do Morro, mesmo que, historicamente já foi alocada a biblioteca municipal naquele local, as pessoas pouco frequentavam. Dessa forma, a pesquisa buscou investigar quais funções poderiam tornar o morro mais atrativo.



Com base nos resultados, as pessoas se interessam por um local que reúna lazer e diversão para além de funções culturais.

Gráfico 5- Você subiria o morro se lá tivesse algum atrativo gastronômico e cultural?



Fonte: Questionário sobre a Casa do Morro, Google.com, da autora

Por fim, o questionário envolveu uma pergunta dissertativa, na qual os participantes puderam expressar as memórias e fatos históricos que a Casa do Morro representava para cada um. Nesta pergunta foram coletadas 238 respostas, e nota-se que notar que as lembranças eram mais ligadas aos fatos que aprenderam na escola sobre a colonização do município e a importância da Casa que pertencia a família Azambuja. Os mais jovens também comentaram sobre terem lembranças com a edificação mediante tarefas que acontecem na gincana da Escola Estadual de Ensino Médio da cidade, e ainda teve quem citou também a casa ser mal-assombrada e abrigar vândalos e drogados.

Entre os entrevistados de 26 a 35 anos foi lembrado com frequência a existência da Biblioteca e Museu da cidade que existiu durante alguns anos no prédio, entre os anos de 1992 até 2001. A lembrança deste uso está muito presente na memória desta faixa etária da população muitos lembram das idas da escola até o local, de assistirem filmes e retirarem livros.

Já os entrevistados entre 36 e 50 anos abordaram muitas lembranças referente ao restaurante que existia no local, "Tenho as melhores lembranças da minha juventude, pois passei toda ela nas dependências da Casa do Morro, na época, anos 80, funcionava lá um restaurante e nas sextas e sábados lotava, vinham pessoas de todo o vale do Taquari, foram muitas noites de diversão, rodas de conversa, comemorações, encontros, era o ponto de encontro da

região”, citou um entrevistado anônimo²². Assim como os com mais de 50 anos, que também deram ênfase aos encontros de jovens que aconteciam no local, para apreciar a vista e usufruir do restaurante.

A resposta comum entre todas as idades foi a vista, muitos lembraram dela como um ponto importante da Casa do Morro, “Uma das vistas mais bonitas da cidade”, e de antigamente verem a edificação de vários pontos da cidade, “Lembro de poder vê-la de quase todo ponto da cidade, porém fizeram um prédio ao lado que estragou a referência”, responderam alguns dos entrevistados²³. Há também quem tenha citado o fato de levar visitas a Casa do Moro, para ver a vista e apresentar o local, “Sempre que meus parentes vêm a cidade levo eles lá para reverem e conhecerem a Casa do Morro”, o que mostra que parte da população se orgulha de sua história.

Concluiu-se também que a grande maioria dos entrevistados lamentam a edificação estar abandonada, devido a sua grande importância histórica e cultural para o município, acreditando que o local tem um potencial para se desenvolver de forma positiva frente a investimentos públicos.

²² Entrevistado 04: depoimento anônimo através da pesquisa virtual elaborada por Marcela Marmitt Rodrigues, realizada de 27 de fev. até 06 de março de 2019. Através do Google.com e divulgado através de páginas sociais. Obteve 400 respostas de moradores da cidade e população no geral

²³ Depoimentos anônimos através da pesquisa virtual elaborada por Marcela Marmitt Rodrigues, realizada de 27 de fev. até 06 de março de 2019. Através do Google.com e divulgado através de páginas sociais. Obteve 400 respostas de moradores da cidade e população no geral

3



3 PROGRAMA DE NECESSIDADES

Com base nas pesquisas realizadas, já supracitadas que se referem a necessidade do município de Cruzeiro do Sul possuir um ambiente adequado para a realização de atividades culturais, e visto que o um ponto importante da cidade a “Casa do Morro”, se encontra abandonada.

Decidiu-se propor para este espaço um local de cultura, arte e gastronomia, que trará de volta a apropriação adequada do espaço.

3.1 Apresentação do programa

O programa de necessidades foi setorizado em três partes: o setor cultural, que abrange a edificação pré-existente no terreno e áreas adicionais, o setor gastronômico, e, por fim, o setor de áreas externas.

O setor cultural será dividido em duas partes, na edificação da pré-existência, será realocada a Biblioteca Municipal da cidade, pois ao analisar as entrevistas com os munícipes, notou-se que muitos trazem a recordação deste espaço servindo a este uso. Além do espaço para o acervo de quase 4.000 livros, haverá na casa sala de vídeo, um local de recepção e um anexo para alocar sanitários. Com o intuito de trazer a apropriação do espaço, será destinado também dentro desta edificação um espaço para um pequeno café, que atenderá os usuários tanto da biblioteca, quanto os que queiram apenas apreciar a vista da cidade. Todos estes usos serão postos na edificação histórica, realizando as mínimas intervenções, recuperando as, permanecendo assim com características originais.

A outra parte do setor cultural será alocada em uma edificação nova, construindo espaços de qualidade e adequando aos novos usos. A proposta contempla nesta nova edificação um auditório para aproximadamente 200 pessoa, que contará com um palco para apresentações de pequenos teatros, apresentações de dança, músicas e palestras, além de possuir isolamento acústico e salas de apoio, tais como, som e luz, foyer, camarins entre outros.

Ainda neste novo edifício no qual será o auditório será posto uma sala de aula de dança com um tamanho para ensaiar turmas grandes, um ambiente



arejado, bem iluminado, com piso de madeira, sistema interligado de som, e espelhos contínuos para assim todos os alunos se enxergarem e terem um melhor desenvolvimento nas aulas. Essas aulas de estilo de dança livre acontecerão durante todo o dia, o que irá trazer movimento contínuo para o espaço.

As aulas de música também ocorrerão em horários alternados, sendo desenvolvidos em duplas, e haverá uma sala com acústica e iluminação adequada, assim como um espaço de depósito de instrumentos e serão ministrados por dois professores, um que atua na área de sopro, e outro que atua na área de cordas, e bateria. Ao possuir aulas com horários alternados notou-se que uma sala de aula atenderia a necessidade da escola de Música, e que os ensaios em grupos aconteceriam no auditório deste espaço cultural ou na sala multiuso.

Além das salas citadas, também haverá salas multiuso que serão capazes de abrigar em torno 30 pessoas para exercerem diferentes atividades, como reuniões, oficinas e encontros, visto que o município não possui atualmente uma sala de qualidade para oferecer estes encontros.

Outro setor contemplado no programa de necessidades é o gastronômico, visto a grande força que a cidade possui em relação a sua gastronomia e a já consolidação deste tema, que, por meio dos diferentes restaurantes, atrai muitos turistas. Na nova proposta o restaurante irá abranger cerca de 100 pessoas e será posto na mesma edificação que estará o auditório, salas de dança, música e salas multiuso, para dar apoio ao setor cultural e fomentar o turismo. O restaurante irá possuir uma cozinha equipada e estruturada para receber eventos, além de uma vista panorâmica da cidade.

As áreas externas serão também exploradas no projeto, visto que o terreno se encontra em um ponto alto da cidade, o que gera uma visual panorâmica do Rio Taquari. Essas áreas, além de contemplar a vista, irão integrar o novo edifício com o seu entorno, que é de encosta de morro e possui uma bela vegetação. A explanada de entrada do Espaço Cultural também será remodelada e readequada, fazendo com que a edificação histórica seja valorizada e se integre ao novo edifício.



3.1.1 Tabela de áreas

Tabela 01 - Dimensionamento do setor cultural, na pré-existência

Cultural	Atividades	Descrição	m²	Total por setor
	Recepção	Área para recepcionar as pessoas que chegarem na biblioteca	20,00	210,00
	Biblioteca Municipal	Biblioteca com Acervo de 4.000 livros	90,00	
	Café	Pequeno café na pré existência, sem cozinha, irá servir lanches rápidos feitos na cozinha do restaurante principal.	30,00	
	Sala de vídeo	Sala existente na pré-existência, onde passara vídeos e servirá para uma parceria entre escolas e biblioteca	40,00	
	Sanitários	Sanitários femininos e masculinos, anexos a edificação histórica	30,00	

Fonte: Autor



Tabela 02 - Dimensionamento do novo setor cultural

	Atividades	Descrição	m²	Total por setor
Cultural	Sala de dança em grupo	Sala com piso de madeira, espelho contínuo e sistema integrado de som, para aulas de dança em grupo	90,00	500,00
	Sala de música	Sala com proteção acústica para ensaios em dupla de diversos instrumentos	30,00	
	Auditório	Auditório com plateia de 200 pessoas, área de palco para pequenas apresentações	250,00	
	Foyer	Espaço para recepcionar quem irá frequentar o espaço cultural e possuirá guarda volumes	70,00	
	Sala multiuso	Sala para reuniões e oficinas para cerca de 30 pessoas	60,00	
	Apoio Sala de Dança	Depósito de acessórios utilizado durante as aulas de dança	30,00	245,00
	Apoio salas de Música	Depósito de instrumentos utilizado durante as aulas de música	30,00	
	Vestiário/ sanitário feminino	Vestiário próximo a sala de dança	30,00	
	Vestiário/ sanitário masculino	Vestiário próximo a sala de dança	30,00	
	Camarim e apoio para palco	Pequeno apoio de palco	10,00	
	Sanitário feminino	Próximo ao auditório	30,00	
	Sanitário masculino	Próximo ao auditório	20,00	
	Espaço para ar condicionado	Área técnica	20,00	
	Copa	Para funcionários do espaço	15,00	
	Máquina de ar condicionado	Área técnica - subsolo	30,00	

Fonte: Autor

Tabela 03 - Dimensionamento do setor gastronômico

	Atividades	Descrição	m²	Total por setor
Gastronômico	Restaurante	Área para receber em torno de 100 pessoas	280	430
	Área externa restaurante	Área de contemplação da vista	150	
	Sanitário feminino	Sanitários para clientes do restaurante	15,00	120,00
	Sanitário masculino	Sanitários para clientes do restaurante	15,00	
	Cozinha	Preparo de alimentos	90,00	

Fonte: Autor



Tabela 04 - Dimensionamento do setor administrativo

Administrativo	Sala integrada de uso administrativo	Sala de uso integrado para alocar o setor administrativo do edifício, que ficará responsável por administrar o espaço e os eventos que ocorrerão neste espaço.	30m ²
----------------	--------------------------------------	--	------------------

Fonte: Autor

Tabela 05 - Dimensionamento do setor de áreas externas

	Atividades	Descrição	m ²
Externo	Tratamento de entorno do acesso ao terreno	Revitalizar acesso ao terreno	—
	Revitalização de área de contemplação da vista	Área em frente a pré-existência	190m ²
	Estacionamento para cerca de 30 veículos – sendo 02 vagas para PNE	—	—

Fonte: Autor

Tabela 06 - Dimensionamento total das edificações

Área	m ²
Área total construída	1535,00
Externo	Mais de 190m ²

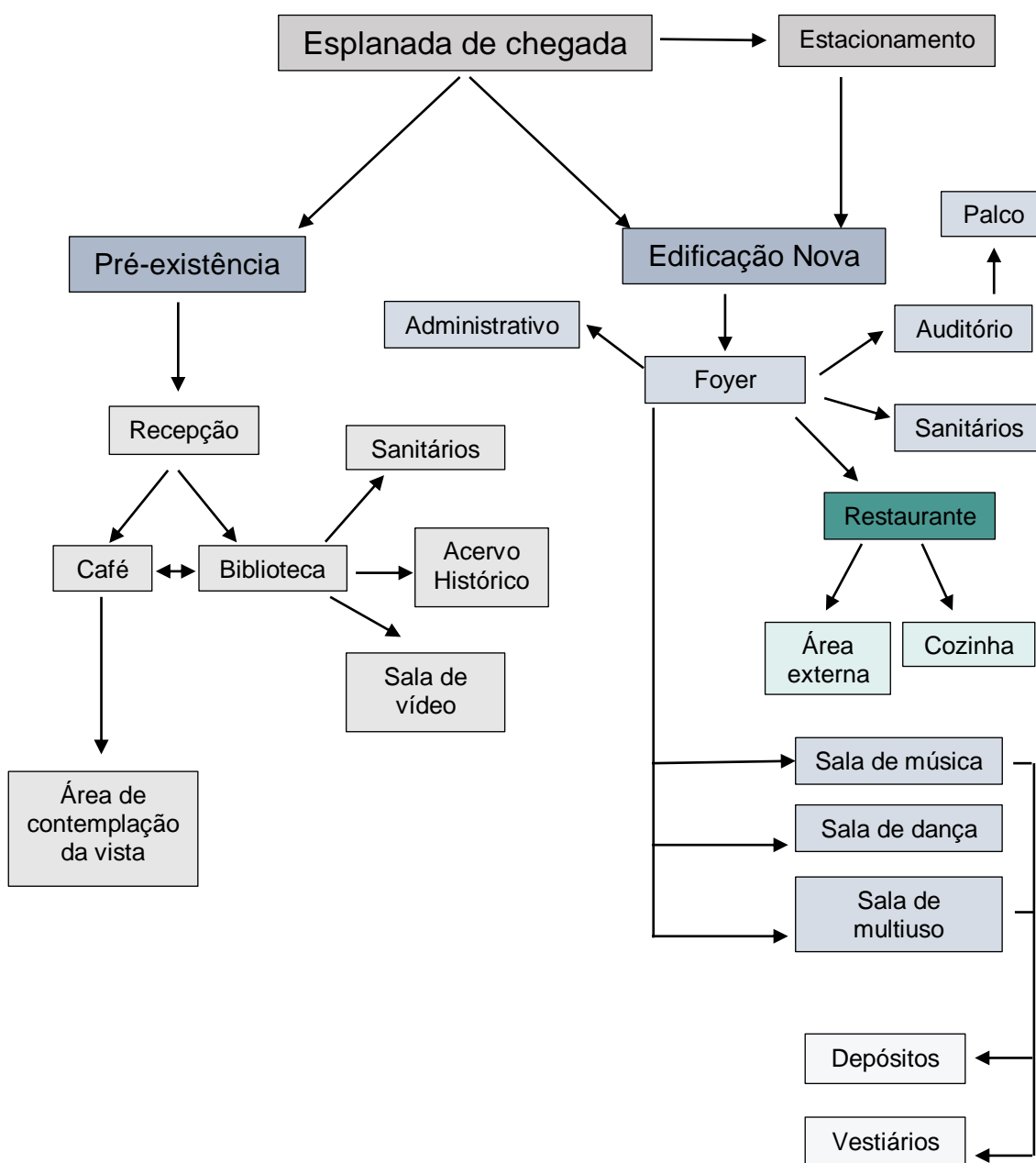
Fonte: Autor

Salienta-se que no total de área construída encontra-se o somatório de áreas da edificação pré-existente, em torno de 280m², deste modo o total de área nova a ser construída será de 1.255 m².



3.1.2 Fluxograma

Este fluxograma tem como objetivo abordar o funcionamento interno do prédio e a ligação entre cada uso.



4



4 ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1 A cidade

A cidade de Cruzeiro do Sul originou-se a partir da doação de sesmarias para a família Azambuja, que pertencia à elite social da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, vindos de estancieiros e militares. Uma política até então adotada pela Coroa Portuguesa, a fim de ocupar o território e explorá-lo para fins econômicos (GREGORY, 2016).

João e Laura de Azambuja foram os primeiros moradores locais, os que receberam as sesmarias e tiveram onze filhos. O tenente coronel João Xavier de Azambuja faleceu na década de 1860, o que fez com que parte de seus filhos fossem seguir carreira militar. A primeira casa da família a se ter conhecimento, ficava na então nomeada São Gabriel da Estrela, e se chamava “Casa da Fazenda”, que hoje, após sucessivas reformas e de já ter sido uma ervateira, abriga a Prefeitura Municipal.

Quando os filhos de Dona Laura Centeno de Azambuja e João Xavier Azambuja voltaram da Guerra do Paraguai (1864-1870), a matriarca da família fez doação de um terreno para nele ser construído a capela de São Gabriel, o que deu origem ao primeiro núcleo de colonização do município²⁴. Dona Laura faleceu em 27 de junho de 1887, sendo sepultada na capela que havia mandado construir.

Os descendentes de Dona Laura continuaram a povoar a fazenda, quando em 1892, doaram terras ao município de Lajeado, para então receberem praças e logradouros públicos. Já em 1889, o agrimensor H. Rochett fez o levantamento definitivo do povoado, obedecendo um planejamento já organizado pelos fundadores, o que ainda reflete na disposição e malha urbana da cidade.

Antes de ter o atual nome, o município de Cruzeiro do Sul passou por sucessivas mudanças de nome, em 1922 pelo ato nº1006 de 12 de agosto, foi criado o 6º distrito de Lajeado, tendo por sede o povoado de São Gabriel da

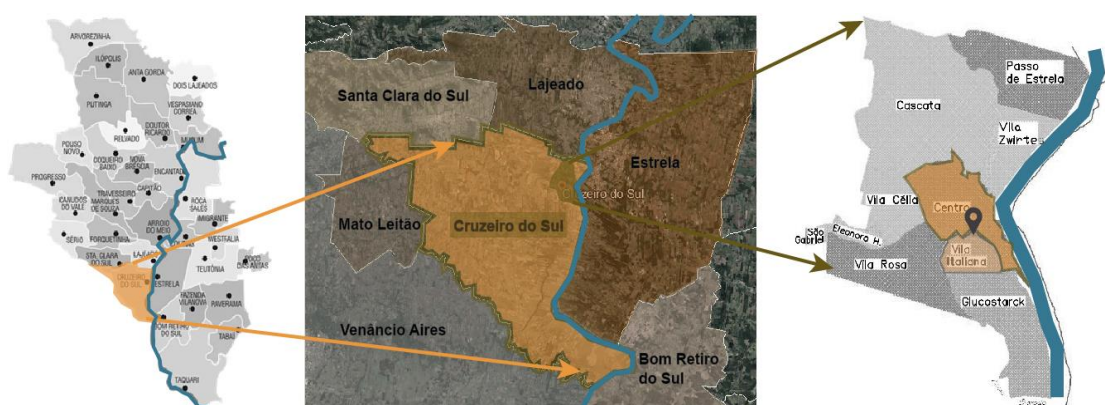
²⁴ Dados históricos do município, disponível em <http://www.cruzeiro.rs.gov.br/dados-historicos/> acesso em 03 de abril de 2019.

Estrela, após a denominação criar confusão com a cidade de São Gabriel, também situada no Rio Grande do Sul, então em 1940 foi proposto por um grupo de cidadãos do município que o nome do distrito fosse trocado para Cruzeiro do Sul. Houve um período em que o governo substituiu o nome de alguns distritos, sendo assim imposto para Cruzeiro do Sul o nome de Setembrina, que não caiu no gosto da população, que ao aclamar pela mudança do nome, conseguiu reverter a decisão de mudar o nome do distrito, que em 16 de abril de 1949, pela lei Municipal nº 99 voltou a se chamar Cruzeiro do Sul, agora definitivamente.

Em novembro de 1963, após a junção de documentos legais que justificassem a emancipação do Município, Cruzeiro do Sul se tornou uma cidade emancipada de Lajeado²⁵.

Cruzeiro do Sul possui suas terras entre o Arroio Sampaio e o Arroio Moinhos, e ao lado direita o Rio Taquari, na região do Baixo Vale do Taquari, com uma população de 12.320 (IBGE, 2010) habitantes, e extensão territorial de 155.2km². Limita-se ao norte com Lajeado e Santa Clara do Sul, ao leste, com Estrela e Bom Retiro do Sul, ao Sul, com Venâncio Aires e a oeste, com Mato Leitão²⁶.

Figura 9- Inserção do município no Vale do Taquari, nos municípios vizinhos e o terreno no perímetro urbano da cidade.



Fonte: Google maps (adaptado pela autora)

²⁵ Dados históricos do município, disponível em <http://www.cruzeiro.rs.gov.br/dados-historicos/> acesso em 03 de abril de 2019. A eleição juntou 1.959 eleitores, tendo 1.628 votos para “sim” e 331 para “não”.

²⁶ Dados históricos do município, disponível em <http://www.cruzeiro.rs.gov.br/dados-historicos/> acesso em 03 de abril de 2019.



SCHIERHOLT (2010), destaca que as fases de urbanização do município podem ser descritas em quatro estágios: povoado e capela, sede de distrito, freguesia ou paróquia e, por fim, sede do município. Nesta evolução da urbanização é notável o crescimento da cidade, edificações, vias e população.

Apesar de possuir uma grande extensão territorial, Cruzeiro do Sul possui sua maior população na área urbana, cerca de 7.476 pessoas o que equivale a 60,68%, já o restante da população se encontra em área rural, cerca de 4.844 pessoas, ou 39,32%, o que resulta em uma densidade demográfica de 79,20 hab/km². A taxa de escolarização da cidade é de 97% nos jovens entre 6 e 14 anos (IBGE, 2010), sendo que a cidade possui quatorze escolas de ensino fundamental e duas de ensino médio e um total de 1623 alunos matriculados, no ensino pré-escolar, fundamental e médio (IBGE, 2010).²⁷

4.1.1 Importância da cidade para o Vale do Taquari

O município sempre teve uma produção agrícola muito forte, os dados mais antigos de 1910, que citam os gêneros exportados no município de Lajeado, aparece com grandes valores o porto de São Gabriel, que ajudava a gerara economia do vale. Em 1988 a agropecuária continua sendo a atividade mais expressiva do município sendo o milho a principal produção, seguido pela soja e a mandioca (SCHIERHOLT, 2010).

A produção pecuária também é expressiva com a criação bovina, leiteira, suína, de frangos, galinhas e ovos, o que gera grande exportação e valores significativos de arrecadação de impostos para o município. O setor industrial ganha força no município em 1972 foi incentivado a implantação no município de indústrias do setor calçadista, e em 2007 o Ministério do Desenvolvimento, indústria e comércio exterior destacou as seguintes empresas: Faros Indústria de Farinha de Ossos Ltda., Haenssger S.A Industria e Comércio, Base indústria e Comércio de Óleos e Proteínas.

²⁷ IBGE, 2010.

Em 2009 foi criado o distrito industrial em Cruzeiro do Sul, no Bairro São Rafael, às margens da RSC-453, que recebeu infraestrutura de água potável apenas em 2013, e segundo dados desta época já possuía cerca de 10 lotes doados para indústrias com interesses de implantar suas sedes neste local.²⁸

Cruzeiro do Sul destaca-se por ser um município com poucas importações, assim o balanço comercial de janeiro a julho de 2008 acusou o total de US\$ 3.864.304 em exportações. O município possui um PIB per capita de 25.941,86 (IBGE 2016), e um índice de desenvolvimento humano (IDHM) 0,723 (IBGE, 2010).

4.2 Apresentação do terreno

O terreno encontra-se na parte urbana e central da cidade de Cruzeiro do Sul no bairro Vila Italiana, na Rua Juscelino Kubitschek prolongamento da Rua São João. A ligação entre essas duas ruas apesar de constar nos mapas da cidade ainda é inexistente, e não possui previsão para ser feita, a gleba do terreno possui 6.852,50m², e 26 metros de desnível total.

Está situado em um dos pontos mais altos da cidade, na encosta do morro de maior destaque, e fica próximo de escolas municipais e estaduais de ensino fundamental, médio e anos iniciais, o que permite justificar a iniciativa do Poder Público, por meio da presença de um espaço cultural com o uso das escolas.

Próximo ao terreno também se encontram pontos importantes do município, como sede administrativa, o hospital e a igreja.

²⁸ Distrito industrial recebe rede de água, disponível em <<http://www.cruzeiro.rs.gov.br/distrito-industrial-recebe-rede-de-agua/>> Acesso em: 04 de abril de 2019.



Figura 10- Terreno com entorno imediato e os principais pontos de influência.



Fonte: Google maps (adaptado pela autora)

4.3 Justificativa do terreno

A escolha do terreno foi realizada tendo em vista a importância que a Casa do Morro tem para a cultura, identidade e fundação da cidade de Cruzeiro do Sul. Além disso, é um local que representa a memória social coletiva dos cruzeirenses e, atualmente, este local encontra-se em abandono e degradado. Destaca-se também que a área é de grande potencial, devido a sua vista panorâmica do Rio Taquari e as cidades vizinhas como Lajeado e Estrela.

Figura 11- Vista da Casa do Morro.



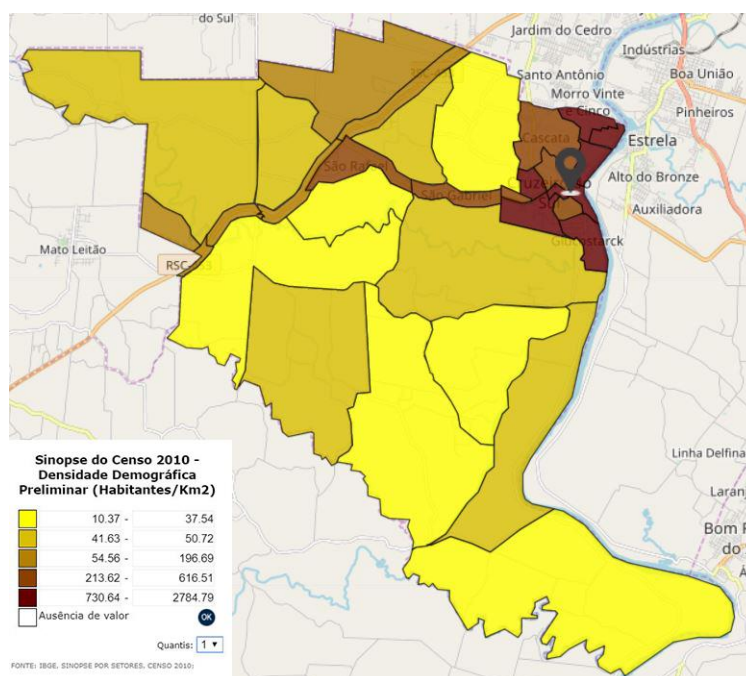
Fonte: autora, 2018.



Ele é localizado no perímetro urbano, próximo ao trevo de acesso a cidade, o que faz com que seja de fácil acesso para todas as pessoas inclusive as que venham de cidades próximas, além de possuir uma vizinhança consolidada por atrair pessoas de outras cidades, através dos restaurantes situados no local.

Outra justificativa para a escolha do terreno é por esta ser a área mais densificada do município, com maior população, e consequentemente maiores adeptos, viabilizando assim o espaço cultural.

Figura 12- Densidade demográfica preliminar.



Fonte: IBGE, censo 2010, sinopse por setores

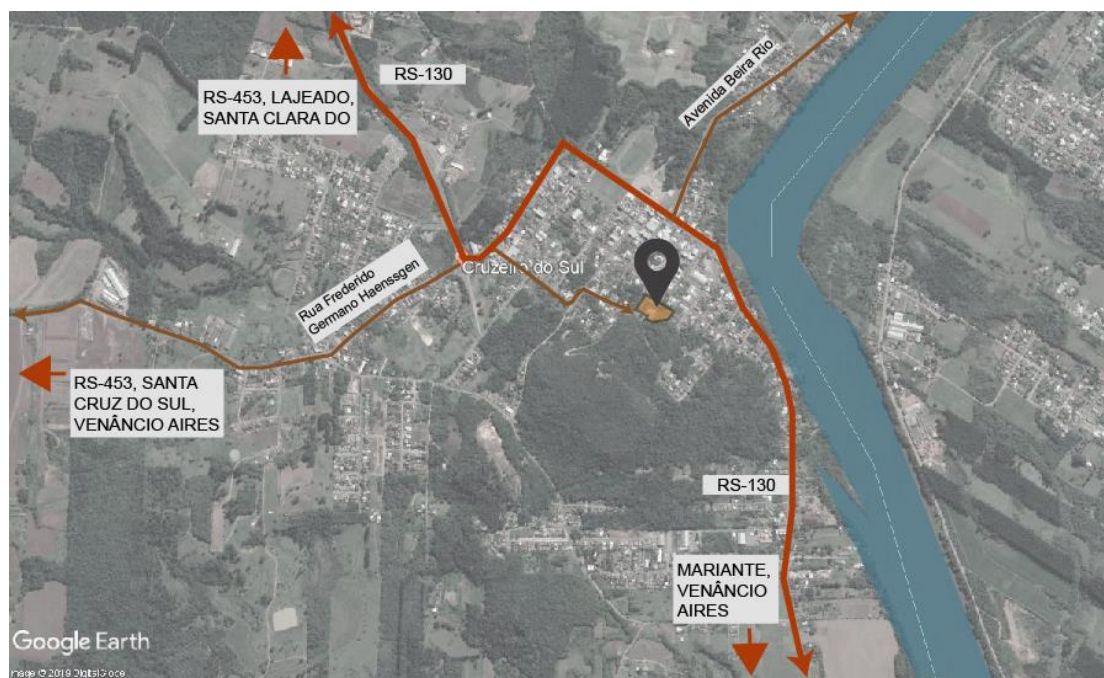
4.4 Localização do terreno

O terreno está localizado no perímetro urbano da cidade, o que o torna de fácil acesso para todos que forem frequentar o espaço cultural proposto. A RS-130 que passa pelo centro do município, é o principal meio de ligação da cidade com os municípios vizinhos e com a BR-386, outras ruas secundárias, como a Avenida Beira Rio que liga Cruzeiro do Sul á Lajeado, por mais que seja um acesso secundário, é muito utilizado e deve-se ser levado em conta. Isso



também ocorre com a Rua Frederico Germano Haenssger, que liga a cidade ao distrito industrial e a RS-453. Na rua em frente ao terreno não passa a rota de ônibus do município, pois o mesmo passa na RS-130 e em outras ruas do município, não subindo até o topo do morro.

Figura 13- Identificação de acessos para o terreno.



Fonte: Google maps (adaptado pela autora)

4.5 Levantamento fotográfico e do entorno

O entorno imediato do terreno por se tratar de um morro, possui bastante vegetação, e áreas de APP, o que consequente faz com que não tenha muitas áreas construídas, possuindo assim lotes maiores e com maior parte de vegetação.

O uso predominante das edificações próximas é de uso residencial, possuindo alguns pontos de uso comercial, mais especialmente de restaurantes. É importante destacar a proximidade da Escola Estadual João de Deus, e a igreja católica, que podem agregar no desenvolvimento do novo uso que será colocado no terreno.



Figura 14- Usos do entorno da edificação.



Fonte: autora, 2019.

Figura 15- Mapa fundo figura.



Fonte: autora, 2019.



No terreno nota-se a pré-existência Casa do Morro e o atual prédio do restaurante Casa do Morro, que apresenta má qualidade de inserção no lote e má estrutura, que será substituído.

Figura 16-Vista do terreno



Fonte: autora, 2019.

Figura 17- Vista terreno.



Fonte: autora, 2019.



Figura 18- Vista do terreno a partir da frente da pré existência.

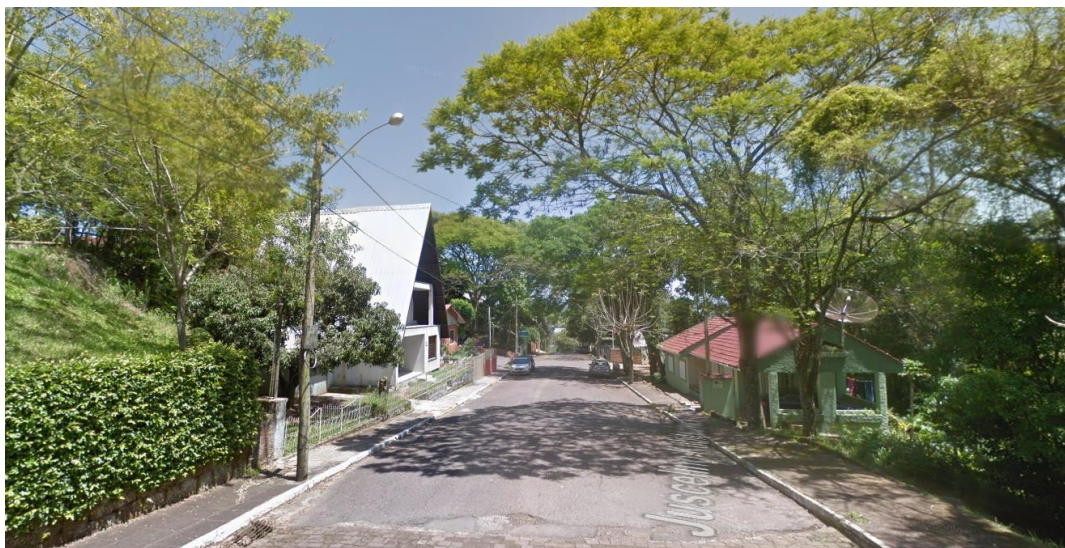


Fonte: autora, 2019.

O entorno imediato do terreno é formado por bastante vegetação de grande porte, e residências unifamiliares com altura de dois pavimentos, o que é permitido pela lei municipal em vigor. Possui pavimentação na rua, calçada, porém em alguns pontos ela é deteriorada e pontos de iluminação pública.



Figura 19- Entorno imediato do terreno.



Fonte: Google maps.

Figura 20- Área próxima ao terreno de APP, com grande massa de vegetação.



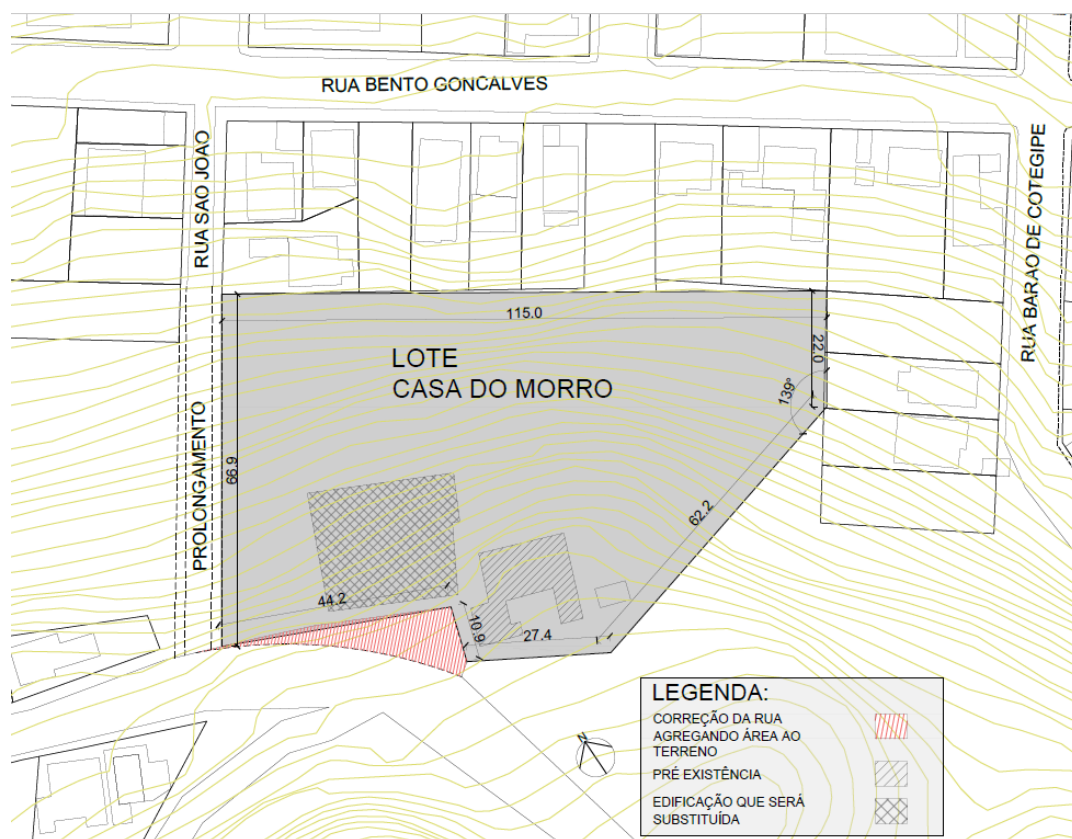
Fonte: Google maps.

4.6 Levantamento Planialtimétrico

O terreno original possui 6.852,50m², e 27 curvas de níveis, entre a cotas 56 e 83, diluídas em 77,8 metros de comprimento. Possui uma edificação tombada pelo IPHAN, que será revitalizada e um restaurante, para o qual será proposto um novo espaço inserido na nova edificação, cuja proposta pretende

estabelecer um diálogo mais adequado com a pré-existência, em relação ao que se encontra atualmente.

Figura 21- Levantamento planialtimétrico do terreno.



Fonte: autora

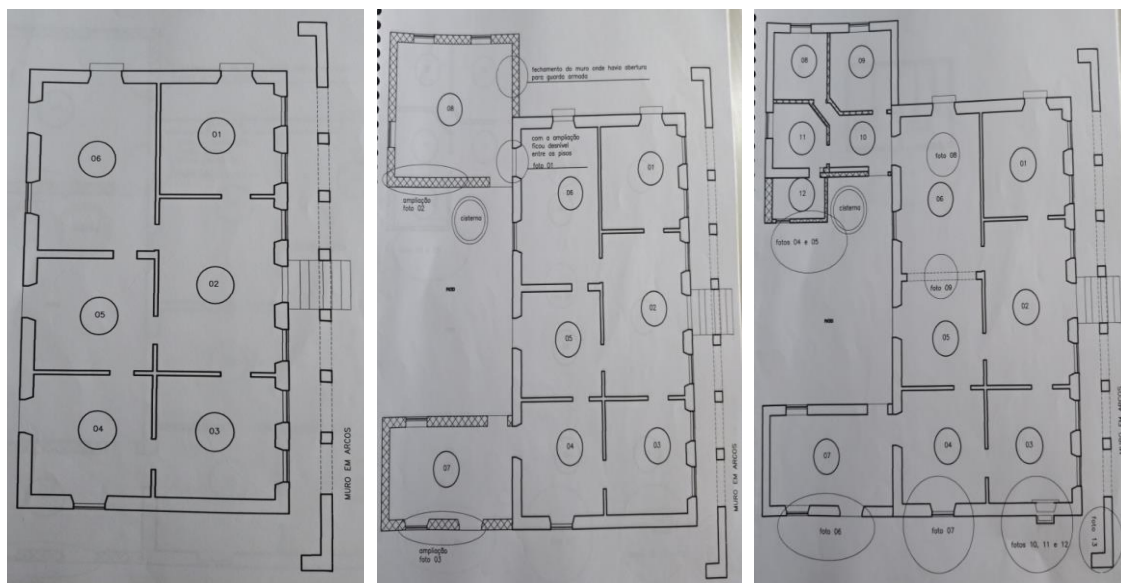
4.7 Levantamento da pré existência

A pré existência a ser analisada é conhecida como “Casa do Morro”, encontra-se na cidade de Cruzeiro do Sul, Rio Grande do sul, no terreno em que será utilizado para desenvolver a segunda etapa do trabalho de conclusão. A moradia sofreu diversas intervenções durante seus 146 anos, incluindo acréscimos por volta de 1920 e 1970.²⁹

²⁹ Projeto de restauração, recuperação e revitalização da Casado morro – TS Mello Centro de restauração, cedido pela Prefeitura Municipal.



Figura 22- Evolução construtiva da Casa do Morro, em ordem 1878, 1920 e 2010.



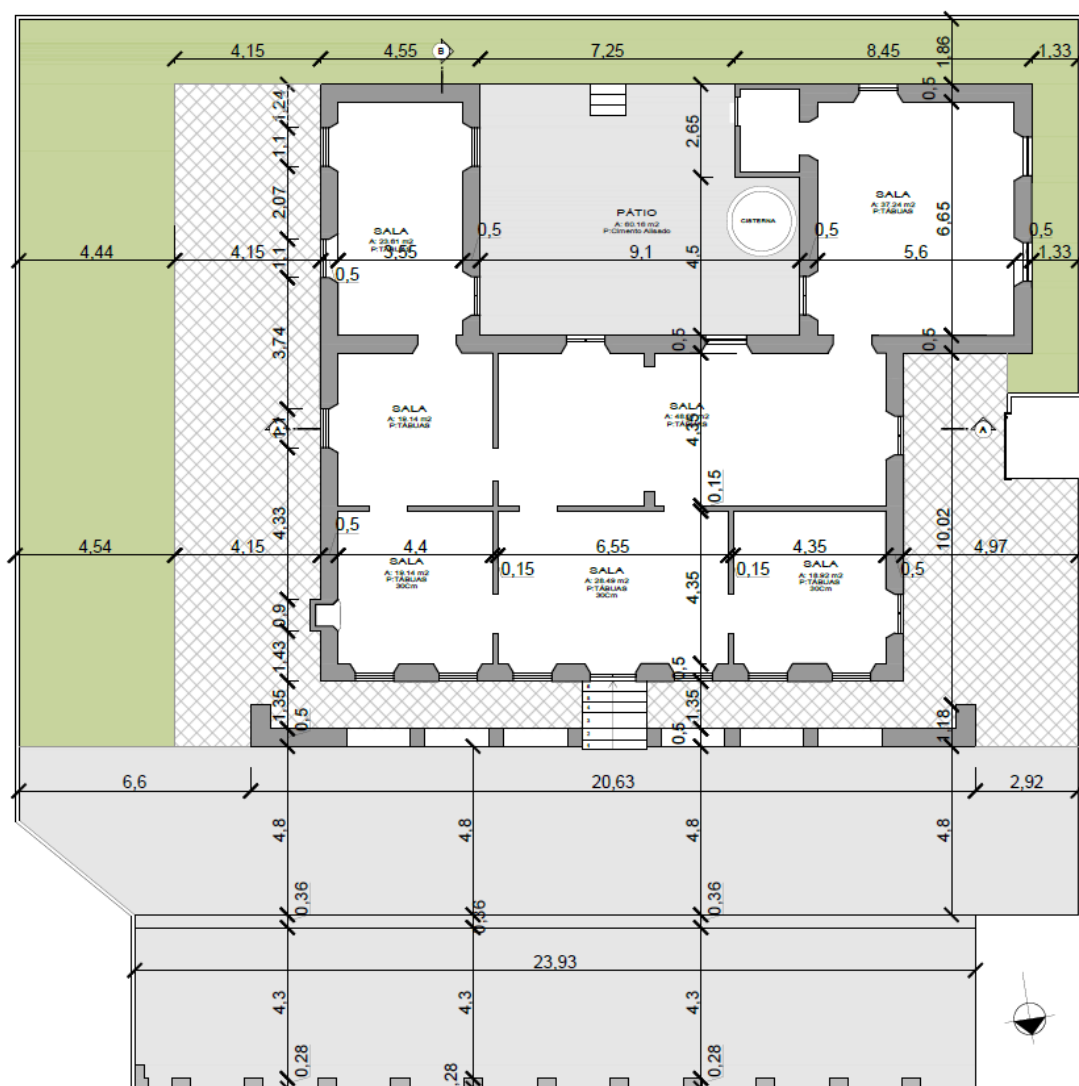
Fonte: Projeto de restauração, recuperação e revitalização Casa do Morro, TS Mello.

Cedido pela prefeitura municipal de Cruzeiro do Sul.

Suas paredes externas são de “taipa de pilão” e as internas eram de “pau-a-pique”, revestidas com barro amassado, areia fina e cal, porém, as paredes internas foram substituídas por tijolos cerâmicos, em uma reforma que a edificação passou em 2016, assim apenas as externas continuam originais da edificação. Em frente a edificação existe uma esplanada, em dois níveis, que é utilizado para apreciar a vista do Rio Taquari.



Figura 23- Levantamento em planta baixa da edificação Casa do Morro.



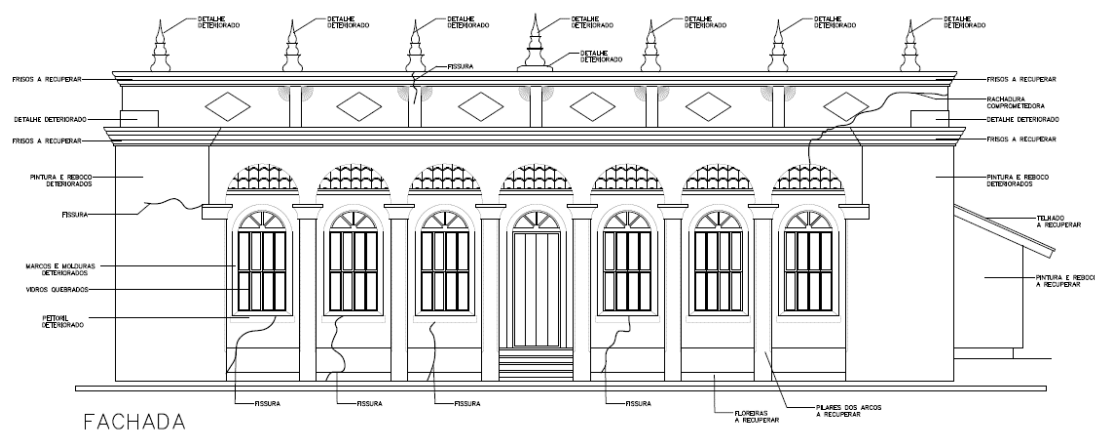
Fonte: Prefeitura municipal de Cruzeiro do Sul

O estilo edificação é colonial do primeiro império, e possui traços portugueses, como os arcos frontais, que possuíam elementos decorativos, “estátuas de meninas” em cada vão do arco, porém estas estátuas não existem mais e foram substituídos por pinhas. A fachada principal possui uma rigorosa simetria, com três janelas uma porta central, e mais três janelas, influência barroca e neoclássica, o que caracterizava que o proprietário da edificação possuía posse ou poder. As vergas das portas e janelas são em forma de arco



pleno, característico da colonização açoriana e a pintura externa e interna a base de cal.³⁰

Figura 24- Fachada principal da edificação.



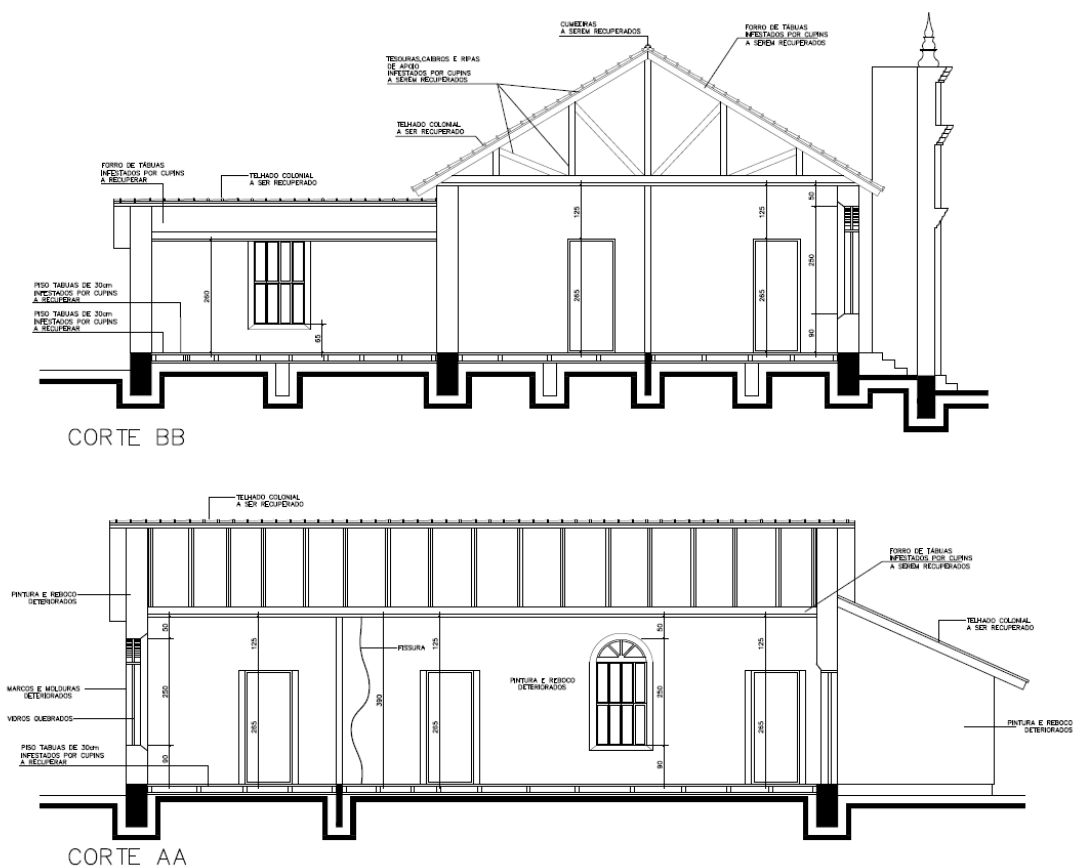
Fonte: Prefeitura municipal de Cruzeiro do Sul

A fundação da edificação é de pedras de arenito, e o entrepiso de barrotes de madeira de lei, característico das construções de alto nível daquele tempo. A estrutura original do telhado era de madeira rústica, falquejadas e cobertura em duas águas com telha de barro tipo capa e canal, porém, durante uma reforma feita na casa em 2016 a estrutura do telhado teve que ser reformulada, pois a original apresentava grande risco de desmoronamento, então foi feito uma laje do tipo “vigota e tavela”, onde se concretou junto tirantes que seguram os arcos, que também apresentavam perigo de cair. As telhas utilizadas foram as mais próximas com as originais para não descaracterizar a parte externa do telhado.

³⁰ Projeto de restauração, recuperação e revitalização da Casado morro – TS Mello Centro de restauração, cedido pela Prefeitura Municipal.



Figura 25- Corte AA e corte BB



Fonte: Prefeitura municipal de Cruzeiro do Sul

A edificação apresenta hoje em dia muitas patologias, sendo a maioria fissura, próximos as janelas, má conservação das esquadrias, que muitas vezes estão ausentes no espaço, devido ao mau uso da edificação que é frequentado por vândalos, que depredam e ateiam fogo no local.



Figura 26- Casa do Morro, fachada principal.



Fonte: autora, 2018.

Figura 27- Casa do Morro, fachadas secundárias.



Fonte: autora, 2018.

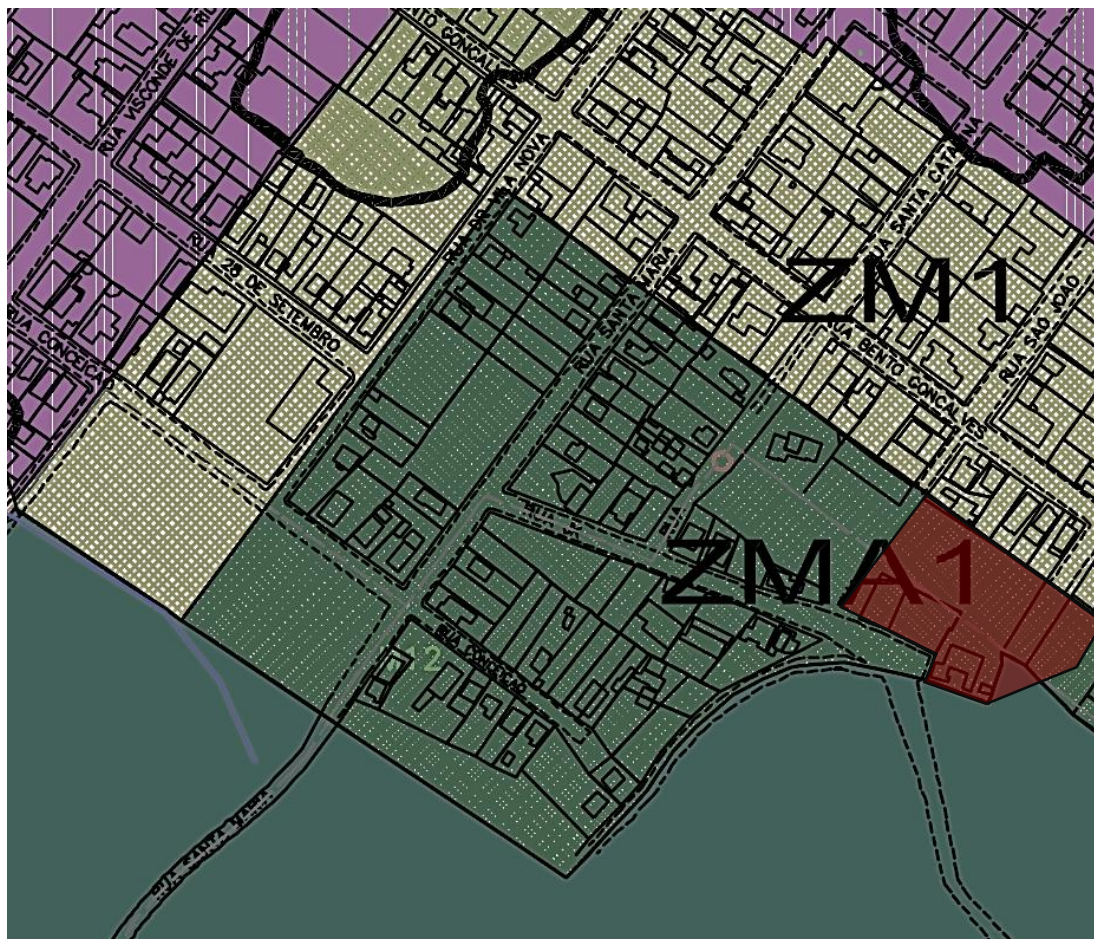
4.8 Condicionantes legais do terreno e entorno

O terreno está localizado na Zona de Monitoramento Ambiental I, conforme o plano diretor municipal, essas áreas localizadas no terço médio e na base do Morro de Cruzeiro, onde deverão ser monitorados permanentemente os elementos geomorfológicos, com a permissão de atividades somente com confirmação do órgão ambiental municipal. Deverá ser realizado estudo



geológico dessa área, afim de prevenir problemas decorridos da ocupação ou mesmo das condições naturais do terreno.³¹

Figura 28- Inserção do lote na zona ZMA 1.



Fonte: Prefeitura municipal de Cruzeiro do Sul

Legenda:

	ZPA – Zona de proteção ambiental		ZM 1 – Zona mista 1
	ZMA 1 – Zona de monitoramento ambiental 1		PC 1 – Polo comercial 1
	Terreno		

No terreno podem ser desenvolvidas diversas atividades, porém, como se trata de um terreno de interesse da prefeitura e de uso cultural e histórico,

³¹ Plano Diretor de Cruzeiro do Sul, disponível em:
<<http://www.cruzeiro.rs.gov.br/site/docs/planodiretor/LEI-1114-dez2012-Plano-Diretor-CRUZEIRO-DO-SUL-RS.pdf>>, acesso em: 24 de abril de 2019.

qualquer intervenção feita nele deverá passar primeiramente pela aprovação da câmara de vereadores.³²

O regime urbanístico do município disponível no anexo 7 do plano diretor, prevê para a área onde está inserida o terreno um índice de aproveitamento de 1,5, taxa de ocupação do solo de 60%, recuo de frente de 2,00 metros e altura máxima de dois pavimentos.

Tabela 1- Regime urbanístico de Cruzeiro do Sul.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO URBANO RURAL E AMBIENTAL DE CRUZEIRO DO SUL / RS						
ANEXO 07 REGIME URBANISTICO						
ZONA	I. A.	T. O.	R. FRENTE	ALTURA	TPC REC.	TPC CED.
			metros	pavimentos	m2	m2
ZONAS RESIDENCIAIS	1,50	70,00%	4,00	4		
POLO COMERCIAL 1	3,00	90,00%	isento	6	0,50	0,50
POLO COMERCIAL 2	2,50	75,00%	2,00	4		0,50
ZONA MISTA 1	2	75,00%	2,00	4		0,50
ZONA MISTA 2	1,5	70,00%	4,00	4		
ZONA MISTA 3	1	60,00%	4,00	3		
CORREDORES ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	2,50	80,00%	4,00	4	0,50	1,00
EIXO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO	1,00	60,00%	6,00	4	1,00	1,00
ZONAS INDUSTRIAIS	1,00	60,00%	6,00	2		
ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL	1,00	60,00%	2,00	2		
ZONA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL 1	1,50	60,00%	2,00	2		1,00
ZONA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL 2	1,50	60,00%	4,00	2		1,00
ZONA DE TRANSIÇÃO AMBIENTAL	1,00	50,00%	4,00	2		1,00
ZONA ESPECIAL DE INTERESSE AMBIENTAL	0,50	50,00%	4,00	2		1,00
1ª ZONA DE EXPANSÃO URBANA	1,00	50,00%	4,00	3		
2ª ZONA DE EXPANSÃO URBANA	1,00	50,00%	6,00	2		
ZONA RURAL			10,00	2		
Observações:						
1. TODOS OS RECUOS SÃO ESTABELECIDOS A PARTIR DA LARGURA DA VIA PROPOSTA NO PLANO DE ESTRUTURAÇÃO VIÁRIA.						

Fonte: Anexo 7, plano diretor do município de Cruzeiro do Sul.

As vagas de estacionamento exigidos pela prefeitura está disponível no anexo 8 do plano diretor do qual pode-se retirar os seguintes itens específicos para o projeto, listado na tabela abaixo, além das vagas para restaurante, que é exigido 1 vaga a cada 100m².

Tabela 2- Vaga de estacionamento.

USO CULTURAL / LAZER / DIVERSÃO / ESTABELECIMENTOS RELIGIOSOS	
CINEMA / TEATRO / AUDITORIO / USO SIMILAR	1 VAGA PARA 15 LUGARES
CTGs, ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS E SIMILARES	1 VAGA PARA CADA 100,00m²
ESTÁDIO E GINÁSIO DE ESPORTES	1 VAGA PARA 15 LUGARES
PAVILHÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES / CIRCO / PARQUE DE DIVERSÕES	ANÁLISE ESPECIAL
IGREJAS, TEMPLOS E LOCAIS DE CULTO	1 VAGA PARA CADA 200,00m²
MUSEUS / CENTROS CULTURAIS / CAPELAS MORTUÁRIAS / USO SIMILAR	1 VAGA PARA CADA 200,00m²

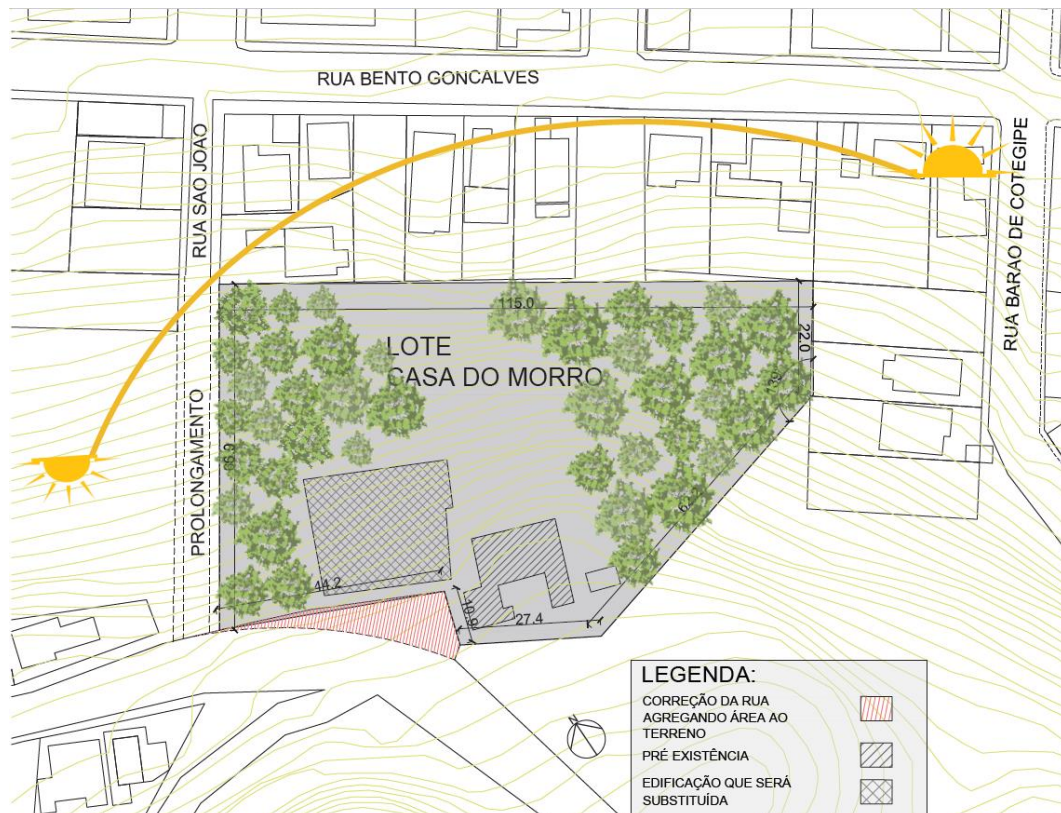
Fonte: Anexo 8, plano diretor do município de Cruzeiro do Sul.

³² Entrevistado 02: depoimento [13 mar. 2019]. Entrevistador: Marcela Marmitt Rodrigues, Cruzeiro do Sul/RS: 2019. Via e-mail.



O terreno possui uma grande massa de vegetação de porte alto e rasteira, porém nenhuma é imune ao corte, esta vegetação será ao máximo preservada, a fim de alterar o mínimo possível da paisagem natural do terreno.

Figura 29- Vegetação existente e orientação solar no terreno.



Fonte: Autora, 2019.

5



5 CONDICIONANTES LEGAIS DE TEMA E PROGRAMA

5.1 Diretrizes para patrimônio

Neste item serão abordadas as leis específicas sobre diretrizes para intervenção em patrimônios históricos, que auxiliarão na elaboração da segunda etapa do Trabalho de Conclusão de Curso.

5.1.1 Carta de Veneza

A carta de Veneza se trata de um plano internacional criado em maio de 1964, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS, com princípios de conservação e restauração dos monumentos históricos, de modo com que cada nação possa aplicá-lo no contexto de sua própria cultura e tradições (Carta de Veneza, IPHAN).

O documento antecessor da Carta de Veneza, foi a Carta de Atenas, de 1931, que contribuiu para um amplo movimento internacional, criando documentos nacionais, como o ICOM e da UNESCO e na criação do Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de bens culturais, porém a Carta de Veneza vem com o intuito de reexaminar a Carta de Atenas criando assim um documento de alcance maior (Carta de Veneza, IPHAN).

Da reunião deste Congresso e reexaminação da Carta anterior, saíram os artigos citados abaixo, que são de extrema importância para o projeto que será desenvolvido na etapa II do Trabalho de Conclusão de curso, visto a presença de uma edificação histórica no terreno.

Art. 1º: A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Art. 2º: A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.

Estes artigos citados acima têm como finalidade o Artigo 3º, que fala sobre a conservação e a restauração dos monumentos que visam salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.



Sobre o modo de conservação existem os seguintes artigos:

Art. 4º: A conservação dos monumentos exige, antes de tudo manutenção permanente.

Art. 5º: A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Art. 6º: A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda a construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e cores serão proibidas,

Art. 7º: O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Art. 8º: Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação.

Restauração

Art. 9º: A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem como objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Art. 10: Quando as técnicas se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento, pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Art. 11º: As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

Art. 12º Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte histórica.

Art. 13º: Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.

A Carta de Veneza cita também no artigo 16º, que os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa, sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrado com desenhos, figuras e fotografias, a fim de elaborar um diagnóstico da área de intervenção. Esta documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e à disposição de pesquisadores (Carta de Veneza, IPHAN).

5.1.2 Carta Brasília

A carta de Brasília é um documento regional do Cone Sul feito em 1995, com o intuito de colocar a questão da autenticidade a partir da peculiaridade de cada região do Brasil, que difere dos países asiáticos e europeus que possuem longa tradição como nação, o Brasil teve sua identidade submetida por mudanças, transformações e imposições, que geram dois processos: a configuração de uma cultura sincretista e outra de uma cultura de resistência (Carta de Brasília, IPHAN).

O documento defende que cada vez mais a realidade de uma sociedade é expressa através de bens tangíveis e intangíveis, e que neste processo as pessoas funcionam em duas dimensões básicas, a identidade e a diferença, através disso vamos ordenando e interpretando nossas intervenções sobre a natureza e a sociedade.

Para cada intervenção atribuímos um valor e um significado, e assim moldamos nossa cultura, compreendida como o conjunto de ações criativas de uma sociedade, desta forma criando vínculos com nosso patrimônio cultural (Carta de Brasília, IPHAN).

No Brasil, e nos países latino-americanos, devido a mistura de diversos povos colonizadores, muitas vezes é possível perceber várias heranças de estilos em uma mesma edificação e é importante aprender a conhecê-las e aceitá-las, pois, essas heranças contam sobre quem somos e da onde viemos.

A carta de Brasília, cita que devemos reconhecer a composição diversificada da identidade do nosso país, que não é inferior a outros países,



apenas diferente, que devemos reconhecer os diversos valores que ajudaram a construir o local em que vivemos, sejam das forças maiores, quanto das menores, e que preservar essas histórias e legados é uma maneira de resistir a perda da cultura do nosso país.

Toda essa mistura de povos e culturas geram muitas vezes uma dúvida de autenticidade de algum elemento, porém a Carta relata que no Brasil essa mistura faz parte da sua concepção, e que as identidades nacionais continuam e processo de formação, o que dificulta essa percepção de “autenticidade”.

Outro item destacado pela Carta de Brasília, e sobre autenticidade e mensagem, onde citam que para a preservação da memória e de suas referências culturais, é importante que o objeto abrigue uma função que preste enriquecimento para o homem, além do material e que a mensagem original do bem deve ser conservada.

É imprescindível que o edifício faça equilíbrio com o seu entorno, tanto na paisagem urbana quanto na rural, e que qualquer ruptura contra isso seria um atentado a sua autenticidade. Uma solução dita pela Carta, que minimiza esse efeito da urbanização seria criar leis que assegurem a manutenção deste entorno.

A arquitetura vernáculo e tradicional do nosso país, é construída muitas vezes com materiais efêmeros por natureza, como a terra, os elementos vegetais, a madeira, entre outros. E para reconstituir alguns desses elementos são necessários técnicas tradicionais, que deem uma resposta autêntica. É importante saber classificar algum elemento, a fim de encontrar sua autenticidade, saber diferenciar quando o mesmo é, decorativo, espacial, edílico, funcional, etc. e em cada estilo arquitetônico esses elementos serão diferentes.

Por fim é importante levar em conta a identificação das tradições culturais locais, para assim montar uma estratégia de conservação da autenticidade do bem histórico através do reconhecimento e valorização, e o estudo aprofundado das técnicas mais apropriadas para a preservação deste bem.

Por fim, ao se fazer uma intervenção contemporânea deve-se resgatar o caráter do edifício, sem transformar sua essência e equilíbrio e enaltecendo o local. A adição de novos usos é possível sempre que exista reconhecimento formal do edifício e diagnóstico preciso das intervenções, a fim de saber quais

são aceitas e suportadas. É imprescindível que as adições sejam de qualidade e que os novos elementos serem introduzidos sejam de caráter reversível e se harmonizem com o conjunto.

5.1.3 Diretrizes do IPHAN

O IPHAN disponibiliza de várias diretrizes de como preservar a cultura e a história de determinado bem, seja ele material ou imaterial. O bem imaterial que se refere a cultura, crenças e algo que não podemos tocar, tem uma maneira específica de ser preservada, como apresentado nas diretrizes do IPHAN, que orienta que sejam feitas ações que busquem promover e reconhecer a diversidade étnica e cultural do País, e que essas ações não sejam feitos, apenas em determinada classe etária, mas sim em todas as classes, para assim atingir o maior número de pessoas. Orienta-se também que essas ações sejam sustentadas ao longo do tempo, a fim de promover o desenvolvimento social³³.

Os instrumentos de proteção do patrimônio material, adotados pelo IPHAN, consistem em várias alternativas e leis que dependem da natureza do bem, essas alternativas têm como objetivo garantir legalmente a preservação dos patrimônios de interesses cultural do país.

O tombamento foi instaurado através do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, é a lei mais antiga do IPHAN e proíbe a destruição de bens culturais que tenham sido tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto. Para receber o título de patrimônio tombado, um bem passa por um processo administrativo, no qual é analisada a sua importância histórica e cultural. Após a comprovação de tal valor, o bem é inscrito no Livro do Tombo.

Outros dois decretos que visam assegurar a proteção dos patrimônios culturais matérias são os: Valoração do Patrimônio Cultural ferroviário, para extintas Redes Ferroviárias Federais (RFFSA) e a Chancela da Paisagem Cultural, que reconhece a importância cultural de proporções peculiares do território nacional através da interação do homem com o meio natural, este decreto pressupõe o estabelecimento de um pacto entre poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada.

³³ Diretrizes básicas. <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/682/>> Acesso em: 10 de abril de 2019.



5.2 Código Florestal

O código florestal é um documento pertinente a este estudo, pois o terreno está localizado em uma encosta de morro e é importante o conhecimento das leis. Neste sentido, o artigo 4º trata das áreas consideradas de preservação permanente, em zonas rurais ou urbanas, e destaca-se as seguintes cláusulas:

V - As encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive.

IX - No topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo está definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação.

X - As áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação; (LEI 12651-12 NOVO CÓDIGO FLORESTAL-2012, CAPÍTULO II)

Figura 30- Inserção do lote no morro de Cruzeiro do Sul.

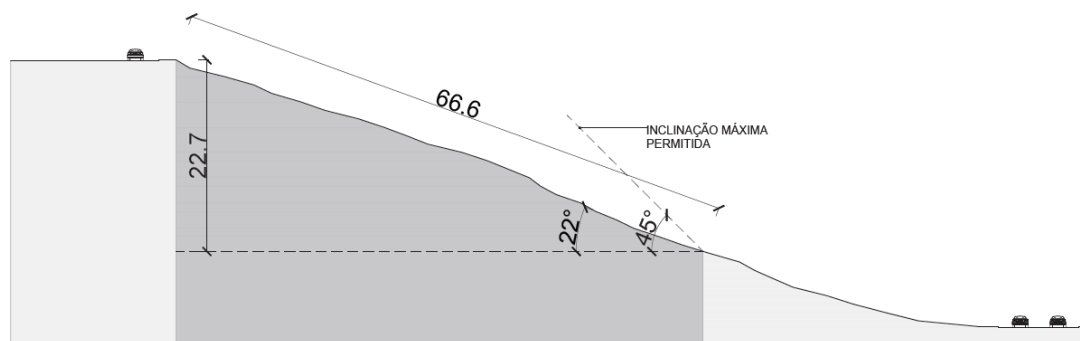


Fonte: VAZ, Daiton, 2019.

Ao analisar a inserção no terreno no morro de Cruzeiro do Sul, nota-se que o mesmo possui mais de 2/3 de sua área destinada para APP (área de preservação permanente), assegurada pelo plano diretor local, que localiza-se no topo do morro e nas bordas mais inclinadas.



Figura 31- Corte transversal do terreno.



Fonte: autora.

No corte acima onde está demarcada a área do terreno onde será implantada a nova edificação, nota-se que o mesmo possui sua inclinação de ângulo em aproximadamente 22° o que faz com que o mesmo não se enquadre na clausula V e nem na IX do Novo Código Florestal de 2012, sendo possível viabilizar uma nova edificação no local.

5.3 Código de obras de Cruzeiro do Sul

O código de obras do município está sob a lei Nº 129-02/90, de 1990 e é o código vigente municipal até o momento. Retirou-se do código assuntos pertinentes para a execução da etapa II do Trabalho de Conclusão de Curso, que serão abordados nos próximos parágrafos.

O capítulo VII fala das condições gerais relativas as edificações e sobre o terreno, onde pode-se retirar o artigo abaixo.

Art. 36 – Em terrenos de declive acentuado, que por sua natureza estão sujeitos à ação das águas de chuva e que pela sua localização, possam ocasionar problemas à segurança de edificações próximas, bem como à limpeza e livre trânsito dos passeios e logradouros, é obrigatório a execução de obras visando á proteção, segundo os processos usuais de conservação do solo. As medidas de proteção, a que se refere este artigo, serão estabelecidas, em cada caso, pelo órgão técnico da Prefeitura.

(CÓDIGO DE OBRAS DE CRUZEIRO DO SUL, P. 13)

Sobre as fachadas pertinentes ao projeto, se tem os seguintes artigos.

Art. 77 – É livre a composição das fachadas, excetuando-se as localizadas em zonas históricas tombada, devendo nestas zonas serem ouvidas as autoridades que regulamentam a matéria a respeito.

Art. 79- As fachadas situadas no alinhamento, não poderão ter, até a altura de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) saliências maiores que 0,20m (vinte centímetros) nem poderão abrir para fora, persianas, gelosias ou qualquer tipo de vedação, abaixo desta altura.

Art. 80- Não serão permitidos, sobre o passeio público beirais, gárgulas, pingadeiras ou escoadouros de águas pluviais ou de águas servidas. (CÓDIGO DE OBRAS DE CRUZEIRO DO SUL, P. 19)

Sobre alinhamentos e afastamentos pode-se retirar da lei os seguintes aspectos que serão pertinentes para o desenvolvimento do edifício na etapa II do trabalho de conclusão de curso.

Art. 101- Os prédios comerciais, construídos em zona comerciais ou permissíveis em zona residencial, que ocuparem a testada do lote, deverão obedecer às seguintes condições:

O caimento da cobertura deverá sempre ser no sentido oposto ao passeio ou paralelo a este.

No caso de se fazer passagem lateral, em prédios comerciais, esta nunca será inferior a 1,00 m (um metro).

A passagem que tiver como fim acesso público para o atendimento de mais de três estabelecimentos comerciais, será considerada galeria e obedecera ao seguinte:

Largura mínima de 3,00 (três metros)

Pé direito 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros)

Quando tiver um só acesso para uma via pública e for em linha reta, a profundidade máxima de 25,00 (vinte e cinco metros)

Quando tiver dois acessos para logradouros diferentes, a profundidade máxima será de 50,00m (cinquenta metros), para as dimensões mínimas estabelecidas nos itens (a) e (b). (CÓDIGO DE OBRAS DE CRUZEIRO DO SUL, P. 24)

O código não prevê nada destinado especificamente para espaços culturais, porém, possui o capítulo XIX, na seção II, referente a edificações destinadas a escritórios e outros fins não residenciais, do qual pode-se extrair os artigos abaixo.

Art 130- Além das disposições do presente código que lhes forem aplicáveis, as edificações destinadas a escritórios, consultórios, laboratórios de análise clínica e estúdios de caráter profissional, devendo obedecer ainda, as disposições deste artigo:

I- As aberturas de ventilação e iluminação deverão perfazer, pelo mínimo, 1/6 (um sexto) da área da dependência;

II- Os corredores do edifício deverão ter uma largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), sendo que para o corredor principal de entrada, haverá mais 0,10m (dez centímetros) de largura para cada pavimento além do terceiro.

IV- Deverão ser dotados de reservatório de água, de acordo com as exigências do órgão da empresa encarregada do abastecimento.

X- O pé-direito mínimo, para os locais de trabalho será de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) e de 2,30m (dois metros e trinta centímetros) para os sanitários e corredores (CÓDIGO DE OBRAS DE CRUZEIRO DO SUL, P. 31).

No capítulo XIX, seção IV, refere-se a edificações com usos de bares, cafés, churrascarias, restaurante e estabelecimentos congêneres e como no projeto que será desenvolvido para a etapa II, contara com um café e restaurante, deve ser levado em conta os artigos abaixo.

Art. 132- Além das disposições que lhe forem aplicáveis deverão obedecer mais às seguintes:

I- O pé-direito será o mesmo exigido para as lojas; (3,50 metros no pavimento térreo e 2,80 metros nos outros pavimentos.

II- A paredes e pisos da cozinha, despensa, copas e adegas deverão ser revestidas com material liso, impermeável, lavável e resistentes. Quando for usado azulejo, será tolerado o revestimento as paredes até a altura de 2,00m (dois metros).

III- Deverão ter instalação sanitária com mictórios, lavatórios, vasos sanitários para ambos os sexos, independentes para uso público e dos funcionários.

IV- As cozinhas deverão ter uma área mínima de 10,00m² (dez metros quadrados), largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) e pé-direito de mínimo de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros).

V- As janelas das cozinhas, copas e despensas deverão ser obrigatoriamente protegidas com telas milimétricas.

VI- Deverão ter câmaras frigoríficas ou refrigeradores adequados às finalidades a que se destinam (CÓDIGO DE OBRAS DE CRUZEIRO DO SUL, P. 32 e 33).

Considerando que a edificação contara com um espaço para estacionamento deverá ser levado em conta a seção XII do capítulo XIX, que fala sobre garagens de estacionamento.

Art. 144- Além das exigências que lhes couberem, no presente código, as garagens de estacionamento deverão obedecer mais às seguintes:

I- Serem construídas inteiramente de material incombustível salvo o madeiramento de cobertura e esquadrias.

II- Terem pé direito mínimo de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros).

III- Terem a área mínima de 12,00m² (doze metros quadrados) para cada veículo a estacionar.

IV- Terem assegurada a circulação livre, de entrada e saída quando estacionado os carros nos respectivos boxes.

V- Terem as rampas a largura mínima de 3,00m (três metros) e declividade máxima de 20% (vinte por cento).

VI- Terem acesso por meio de dois ou mais vãos com largura mínima de 3,00m (três metros) cada um. Admitir-se á um vão único com largura mínima de 6,00m (seis metros).

VII- Terem sinalização de alarme e aviso de saída junto ao logradouro.

VIII- Terem assegurada a ventilação permanente, na proporção de 1/20 (um vigésimo) da área construída.

IX- Terem instalações de aparelhamento preventivo contra incêndio. (CÓDIGO DE OBRAS DE CRUZEIRO DO SUL, P. 37).

Cruzeiro do Sul não possui em seu código de obras uma seção sobre auditório, que será um dos usos desenvolvidos na etapa II do projeto, então consultou-se o código de edificações de Lajeado, Lei nº 5.848/96, a fim de

encontrar especificações para este uso, do qual se retirou a seção VIII – cinemas teatros, auditórios, ginásios e semelhantes.

Art. 125 - As edificações destinadas a cinemas, teatros, auditórios e assemelhados, além das disposições que lhe forem aplicáveis, satisfazer as seguintes condições:

I - ter parede de material incombustível;

II - ter as galerias, quando existentes, um pé-direito, no ponto mais desfavorável, um mínimo de 2,60 m e ocupando, no máximo, 1/4 da área da sala de projeção ou sala dos espectadores;

III - ter vãos que permitam a ventilação permanente através de pelo menos 1/10 de sua superfície;

IV - ter instalações sanitárias para uso de ambos os sexos, devidamente separados, com fácil acesso, obedecendo as seguintes proporções mínimas, para a metade da lotação:

a) Homens: um vaso sanitário para cada 300 pessoas; um lavatório para cada 250 pessoas; um mictório para cada 150 pessoas;

b) Mulheres: um vaso sanitário para cada 250 pessoas; um lavatório para cada 250 pessoas ;

V - ter os corredores completa independência, relativamente às economias contíguas e superpostas;

VI - quando teatro, ter sala de espera contígua de fácil acesso à sala de espetáculos com área mínima de 0,20 m² por pessoa, calculada sobre a capacidade total ;

VII - ser equipados, no mínimo, com renovação mecânica de ar;

VIII - ter instalação de energia elétrica de emergência;

IX - ter isolamento acústico;

X - ter acessibilidade em 2% das acomodações e dos sanitários para portadores de deficiência física.

Parágrafo 1º - Em auditórios de estabelecimentos de ensino, poderá ser dispensada a exigência dos incisos I, II, IV e VI, devendo haver possibilidade de uso dos sanitários existentes em outras dependências do prédio.

Parágrafo 2º - Em ginásios para prática de esportes, ter vestiários com vasos, lavatórios, mictórios e chuveiros, separados por sexo, de uso exclusivo para os atletas.

(CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DE LAJEADO, TEXTO DIGITAL, P. 22).

Como o projeto terá o uso de salas de aula para dança e música, além das salas multiuso que servirão como locais de usos para oficinas, também se retirou do código de edificações de Lajeado/RS, os artigos pertinentes, da seção VI, sobre escolas.

Art. 119 - As edificações destinadas a escolas, além das disposições da Seção I deste Capítulo, deverão:

I - Ter instalações sanitárias obedecendo às seguintes proporções:

a) masculino: um vaso sanitário e um lavatório para cada 50 alunos; um mictório para cada 25 alunos;

b) feminino: um vaso sanitário para cada 25 alunas; um lavatório para cada 50 alunas;

II - Garantir fácil acesso para portadores de deficiência física às dependências de uso coletivo, administração e das salas de aula e sanitários, com no mínimo 1.

Art. 122 - As salas de aula deverão satisfazer as seguintes condições:

I - pé-direito mínimo de 3,00 m;

II - nas escolas de 1º e 2º graus ;

a) comprimento máximo de 8,00 m;

- b) largura não excedente a 2,5 vezes a distância do piso à verga das janelas principais;
- c) área calculada à razão de 1,20 m² no mínimo por aluno, não podendo ter área inferior a 15,00 m² (CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DE LAJEADO, TEXTO DIGITAL, P. 22).

5.4 Normas e dimensionamentos para restaurante

Um dos usos utilizados no projeto será o de restaurante, pois o espaço cultural irá abrigar este uso que já possui demanda no local. Com o intuito de realizar um espaço adequado para a disposição deste ambiente pesquisou-se em normas e cartilhas questões a serem consideradas.

Na resolução nº 216 de 2014 da ANVISA, no item 4.1 que trata da edificação, instalação, equipamentos, móveis e utensílios pode-se retirar os seguintes itens:

- 4.1.1 A edificação e as instalações devem ser projetadas de forma a possibilitar um fluxo ordenado e sem cruzamentos em todas as etapas da preparação de alimentos e a facilitar as operações de manutenção, limpeza e, quando for o caso, desinfecção. O acesso às instalações deve ser controlado e independente, não comum a outros usos.
- 4.1.2 O dimensionamento da edificação e das instalações deve ser compatível com todas as operações. Deve existir separação entre as diferentes atividades por meios físicos ou por outros meios eficazes de forma a evitar a contaminação cruzada.
- 4.1.3 As instalações físicas como piso, parede e teto devem possuir revestimento liso, impermeável e lavável. Devem ser mantidos íntegros, conservados, livres de rachaduras, trincas, goteiras, vazamentos, infiltrações, bolores, descascamentos, dentre outros e não devem transmitir contaminantes aos alimentos.
- 4.1.4 As portas e as janelas devem ser mantidas ajustadas aos batentes. As portas da área de preparação e armazenamento de alimentos devem ser dotadas de fechamento automático. As aberturas externas das áreas de armazenamento e preparação de alimentos, inclusive o sistema de exaustão, devem ser providas de telas milimetradas para impedir o acesso de vetores e pragas urbanas. As telas devem ser removíveis para facilitar a limpeza periódica.
- 4.1.5 As instalações devem ser abastecidas de água corrente e dispor de conexões com rede de esgoto ou fossa séptica. Quando presentes, os ralos devem ser sifonados e as grelhas devem possuir dispositivo que permitam seu fechamento.
- 4.1.6 As caixas de gordura e de esgoto devem possuir dimensão compatível ao volume de resíduos, devendo estar localizadas fora da área de preparação e armazenamento de alimentos e apresentar adequado estado de conservação e funcionamento.
- 4.1.8 A iluminação da área de preparação deve proporcionar a visualização de forma que as atividades sejam realizadas sem comprometer a higiene e as características sensoriais dos alimentos. As luminárias localizadas sobre a área de preparação dos alimentos devem ser apropriadas e estar protegidas contra explosão e quedas acidentais.



4.1.9 As instalações elétricas devem estar embutidas ou protegidas em tubulações externas e íntegras de tal forma a permitir a higienização dos ambientes. 4.1.10 A ventilação deve garantir a renovação do ar e a manutenção do ambiente livre de fungos, gases, fumaça, pós, partículas em suspensão, condensação de vapores dentre outros que possam comprometer a qualidade higiênico-sanitária do alimento. O fluxo de ar não deve incidir diretamente sobre os alimentos.

4.1.12 As instalações sanitárias e os vestiários não devem se comunicar diretamente com a área de preparação e armazenamento de alimentos ou refeitórios, devendo ser mantidos organizados e em adequado estado de conservação. As portas externas devem ser dotadas de fechamento automático.

4.1.14 Devem existir lavatórios exclusivos para a higiene das mãos na área de manipulação, em posições estratégicas em relação ao fluxo de preparo dos alimentos e em número suficiente de modo a atender toda a área de preparação. Os lavatórios devem possuir sabonete líquido inodoro anti-séptico ou sabonete líquido inodoro e produto anti-séptico, toalhas de papel não reciclado ou outro sistema higiênico e seguro de secagem das mãos e coletor de papel, acionado sem contato manual. (RESOLUÇÃO Nº2016, 2014, ANVISA, P. 6 E 7)

O manual de programa de restaurantes populares, do ministério de desenvolvimento social e combate à fome, de 2004, apresenta um fluxograma das etapas básicas operacionais, que são primordiais para a garantia de qualidade higiênico-sanitário do alimento, mesmo que o uso do restaurante não será de uso popular e sim “à la carte”³⁴, é importante os itens abaixo principalmente para o funcionamento da cozinha.

Recebimento – etapa onde se recebe o material ou gênero entregue por um fornecedor, devendo ser avaliados tanto quanto a quantidade como quanto a qualidade;

Armazenamento – Esta etapa envolve três processos básicos: alimento armazenado sob congelamento, sob refrigeração ou estoque seco. Os gêneros alimentícios, não devem ser misturados aos produtos de limpeza, além de não deverem entrar em contato com pisos e paredes;

Pré-Preparo/ Preparação – esta etapa envolve a modificação dos gêneros alimentícios através de higienização, tempero, corte, porcionamento, seleção, escolha, moagem e/ou adição de outros ingredientes;

Cocção – etapa posterior ao pré-preparo, destinada ao processamento térmico ou não dos alimentos com a finalidade de obtenção da preparação final;

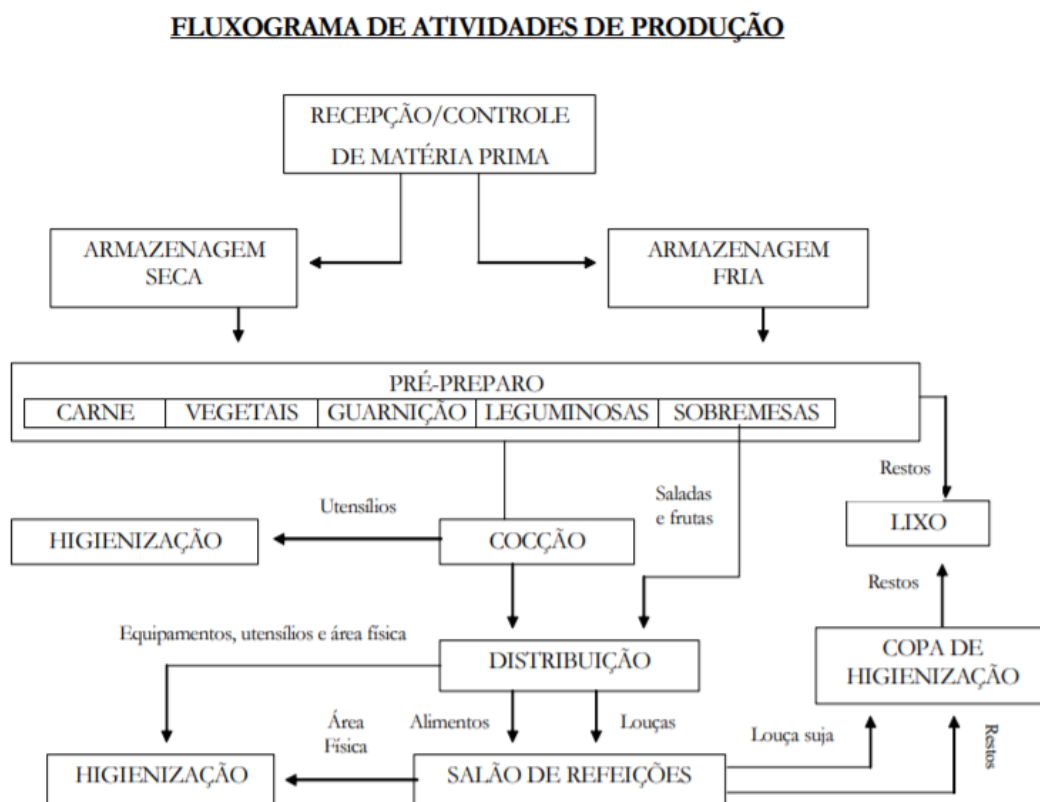
Distribuição – os alimentos são expostos para consumo, sob controle de tempo e temperatura para não ocorrer multiplicação microbiana, e armazenado em balcões térmicos e cubas tampadas, para proteger de contaminações;

Higienização – esta etapa envolve todo o processo de limpeza, sanitização e desinfecção de equipamentos, utensílios, louças e área física do restaurante, garantindo um bom controle higiênico-sanitário em todas as etapas dos fluxos operacionais. (MANUAL PROGRAMA RESTAURANTE POPULAR, 2004, P. 43)

³⁴ À la carte – é uma expressão típica francês que significa “como está no cardápio”, bastante utilizado na gastronomia, principalmente em restaurantes. < <https://www.significados.com.br/a-la-carte/> > Acesso em: 30 de abril de 2019.



Figura 32- fluxograma de atividades sugerido pelo manual de programa de restaurante popular.



Autor: Manual programa de restaurante popular, 2004.

5.5 NBR 9077 – Saídas de emergência

A NBR 9077 (2001) regulamenta as saídas de emergência das edificações, de várias tipologias, através do cálculo de população feito a partir da metragem quadrada do maior pavimento de um determinado edifício, se obtém o número de saídas de emergência, e sua dimensão.

Conforme imagem a seguir o primeiro passo é verificar em qual classificação a nova edificação irá ser enquadrada, no caso do projeto a ser elaborado na etapa II que conta com restaurante, biblioteca, na edificação pré-existente, salas de ensaio de dança, música e um auditório. Será marcado mais de um uso, para fins desse estudo, destacam-se dois pontos importantes da NBR.



Tabela 3- Uso da edificação, NBR-9077

E	Educacional e cultura física	E-1	Escolas em geral	Escolas de primeiro, segundo e terceiro graus, cursos supletivos e pré-universitários e outros
		E-2	Escolas especiais	Escolas de artes e artesanatos, de línguas, de cultura geral, de cultura estrangeira
		E-3	Espaço para cultura física	Locais de ensino e/ou práticas de artes marciais, ginástica (artística, dança, musculação e outros) esportes coletivos (tênis, futebol e outros não incluídos em F-3), sauna, casas de fisioterapias e outros
		E-4	Centros de treinamento profissional	Escolas profissionais em geral
		E-5	Pré-escolas	Creches, escolas maternas, jardins-de-infância
		E-6	Escolas para portadores de deficiências	Escolas para excepcionais, deficientes visuais e auditivos e outros
F	Locais de reunião de público	F-1	Locais onde há objetos de valor inestimável	Museus, galerias de arte, arquivos, bibliotecas e assemelhados
		F-2	Templos e auditórios	Igrejas, sinagogas, templos e auditórios em geral

Grupo	Ocupação/Uso	Divisão	Descrição	Exemplos
F	Locais de reunião de público	F-3	Centros esportivos	Estádios, ginásios e piscinas cobertas com arquibancadas, arenas em geral
		F-4	Estações e terminais de passageiros	Estações rodoferroviárias, aeroportos, estações de transbordo e outros
		F-5	Locais para produção e apresentação de artes cênicas	Teatros em geral, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão e outros
		F-6	Clubes sociais	Boates e clubes noturnos em geral, salões de baile, restaurantes dançantes, clubes sociais e assemelhados
		F-7	Construções provisórias	Circos e assemelhados
		F-8	Locais para refeições	Restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, refeitórios, cantinas e outros

Fonte: NBR 9077 (2001)

O próximo passo é classificar a edificação quanto a sua altura, conforme visto no plano de zoneamento da cidade de altura permitido para o local, e conforme a área total da edificação, o projeto ficará com dois pavimentos.



Tabela 4- Classificação da edificação quanto à altura, NBR-9077

Tabela 2 - Classificação das edificações quanto à altura

	Tipo de edificação		Alturas contadas da soleira de entrada ao piso do último pavimento, não consideradas edículas no ático destinadas a casas de máquinas e terraços descobertos (H)
Código	Denominação		
K	Edificações térreas		Altura contada entre o terreno circundante e o piso da entrada igual ou inferior a 1,00 m
L	Edificações baixas		$H \leq 6,00 \text{ m}$
M	Edificações de média altura		$6,00 \text{ m} < H \leq 12,00 \text{ m}$
N	Edificações medianamente altas		$12,00 \text{ m} < H < 30,00 \text{ m}$
O	Edificações altas	0 - 1	$H > 30,00 \text{ m}$ ou
		0 - 2	Edificações dotadas de pavimentos recuados em relação aos pavimentos inferiores, de tal forma que as escadas dos bombeiros não possam atingi-las, ou situadas em locais onde é impossível o acesso de viaturas de bombeiros, desde que sua altura seja $H > 12,00 \text{ m}$

Fonte: NBR 9077 (2001)

Logo depois deve-se classificar a edificação quanto a dimensão de planta e quanto as suas características construtivas, porém esses dados ainda não podem ser afirmados, pois serão desenvolvidos na etapa II do Trabalho de Conclusão de Curso.

Tabela 5- Classificação da edificação quanto às suas dimensões em planta, NBR-9077

Tabela 3 - Classificação das edificações quanto às suas dimensões em planta

Natureza do enfoque		Código	Classe da edificação	Parâmetros de área
α	Quanto à área do maior pavimento (s_p)	P	De pequeno pavimento	$s_p < 750 \text{ m}^2$
		Q	De grande pavimento	$s_p \geq 750 \text{ m}^2$
β	Quanto à área dos pavimentos atuados abaixo da soleira de entrada (s_s)	R	Com pequeno subsolo	$s_s < 500 \text{ m}^2$
		S	Com grande subsolo	$s_s \geq 500 \text{ m}^2$
γ	Quanto à área total S_t (soma das áreas de todos os pavimentos da edificação)	T	Edificações pequenas	$S_t < 750 \text{ m}^2$
		U	Edificações médias	$750 \text{ m}^2 \leq S_t < 1500 \text{ m}^2$
		V	Edificações grandes	$1500 \text{ m}^2 \leq S_t < 5000 \text{ m}^2$
		W	Edificações muito grandes	$A_t > 5000 \text{ m}^2$

Fonte: NBR 9077 (2001)



Tabela 6- Classificação das edificações quanto às suas características construtivas, NBR-9077

Tabela 4 - Classificação das edificações quanto às suas características construtivas

Código	Tipo	Especificação	Exemplos
X	Edificações em que a propagação do fogo é fácil	Edificações com estrutura e entrepisos combustíveis	Prédios estruturados em madeira, prédios com entrepisos de ferro e madeira, pavilhões em arcos de madeira laminada e outros
Y	Edificações com mediana resistência ao fogo	Edificações com estrutura resistente ao fogo, mas com fácil propagação de fogo entre os pavimentos	Edificações com paredes-cortinas de vidro ("cristaleiras"); edificações com janelas sem peitoris (distância entre vergas e peitoris das aberturas do andar seguinte menor que 1,00 m); lojas com galerias elevadas e vãos abertos e outros
Z	Edificações em que a propagação do fogo é difícil	Prédios com estrutura resistente ao fogo e isolamento entre pavimentos	Prédios com concreto armado calculado para resistir ao fogo, com divisórias incombustíveis, sem divisórias leves, com parapeitos de alvenaria sob as janelas ou com abas prolongando os entrepisos e outros

Fonte: NBR 9077 (2001)

Depois a norma apresenta uma tabela que orienta a dimensão das saídas de emergência com base na unidade de passagem de cada tipo de ocupação, selecionados na primeira figura deste item.



Tabela 7- Dados para dimensionamento das saídas, NBR-9077.

Tabela 5 - Dados para o dimensionamento das saídas

Ocupação		População ^(A)	Capacidade da U. de passagem		
Grupo	Divisão		Acessos e descargas	Escadas ^(B) e rampas	Portas
A	A-1, A-2	Duas pessoas por dormitório ^(C)	60	45	100
	A-3	Duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4 m ² de área de alojamento ^(D)			
B	-	Uma pessoa por 15,00 m ² de área ^{(E) (G)}			
C	-	Uma pessoa por 3,00 m ² de área ^{(E) (J)}	100	60	100
D	-	Uma pessoa por 7,00 m ² de área			
E	E-1 a E-4	Uma pessoa por 1,50 m ² de área ^(F)			
	E-5, E-6	Uma pessoa por 1,50 m ² de área ^(F)	30	22	30
F	F-1	Uma pessoa por 3,00 m ² de área	100	75	100
	F-2, F-5, F-8	Uma pessoa por m ² de área ^{(E) (G)}			
	F-3, F-6, F-7	Duas pessoas por m ² de área ^(G) (1:0,5 m ²)			
	F-4	† ^(I)			
G	G-1, G-2, G-3	Uma pessoa por 40 vagas de veículo	100	60	100
	G-4, G-5	Uma pessoa por 20 m ² de área ^(E)			
H	H-1	Uma pessoa por 7 m ² de área ^(E)	60	45	100
	H-2	Duas pessoas por dormitório ^(C) e uma pessoa por 4 m ² de área de alojamento ^(E)	30	22	30
	H-3	Uma pessoa e meia por leito + uma pessoa por 7,00 m ² de área de ambulatório ^(H)			
	H-4, H-5	† ^(I)	60	45	100
I	-	Uma pessoa por 10,00 m ² de área	100	60	100
J	-	Uma pessoa por 30,00 m ² de área ^(J)			

Fonte: NBR 9077 (2001)

Ao extrair os dados citados na figura acima, primeiro se faz o cálculo da população de acordo com a metragem quadrada da área correspondente a cada uso, sendo uma pessoa a cada 3,00m² para a biblioteca, uma pessoa a cada 1,0m² para auditório e restaurante, e uma pessoa a cada 1,5m² nas salas de dança e música.

Depois de calcular a população se calcula a unidade de passagem e como o edifício abrigará mais de um grupo de ocupação, se escolhe o pior caso, ou seja, aquele que utilizará mais espaço nas saídas de emergência, sendo considerada uma unidade de passagem 0,55 metros e o seguinte cálculo:

$$N = \frac{P}{C}$$



N= número de unidade de passagem, arredondando para número inteiro.

P= população, conforme coeficiente da tabela 5

C= capacidade da unidade de passagem, conforme tabela 5

Outro dado importante a ser extraído da NBR 9077 (2001) é quanto a distância máxima a ser percorrida até a escada de emergência mais próxima, e leva em conta os seguintes aspectos:

Tabela 8- Distância máxima a serem percorridas, NBR-9077

Tabela 6 - Distâncias máximas a serem percorridas

Tipo de edificação	Grupo e divisão de ocupação	Sem chuveiros automáticos		Com chuveiros automáticos	
		Saída única	Mais de uma saída	Saída única	Mais de uma saída
X	Qualquer	10,00 m	20,00 m	25,00 m	35,00 m
Y	Qualquer	20,00 m	30,00 m	35,00 m	45,00 m
Z	C, D, E, F, G-3, G-4, G-5, H, I	30,00 m	40,00 m	45,00 m	55,00 m
	A, B, G-1, G-2, J	40,00 m	50,00 m	55,00 m	65,00 m

Fonte: NBR 9077 (2001)

Esta tabela poderá ser marcada apenas quando o trabalho possuir uma planta baixa definitiva, no desenvolvimento da etapa II.

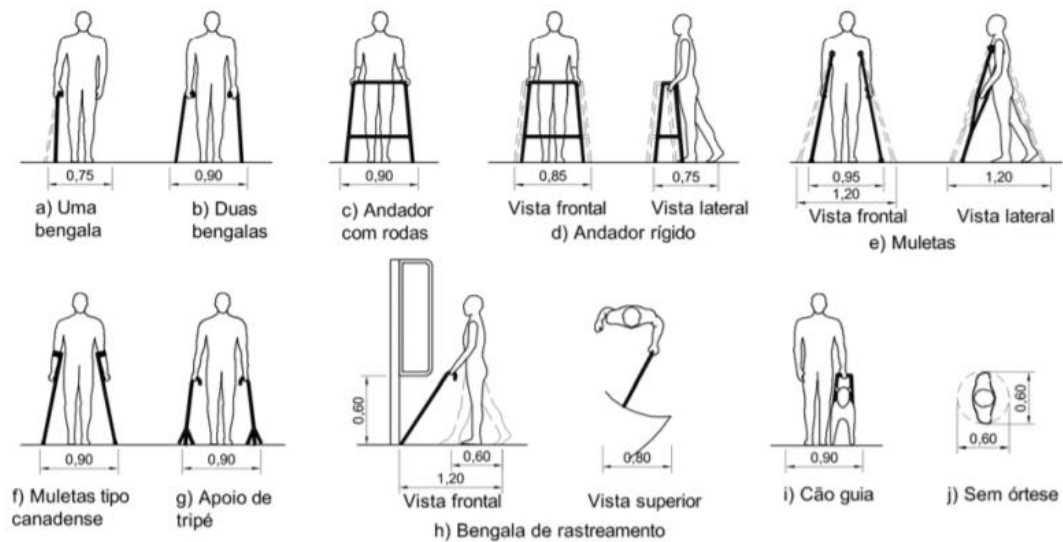
5.6 NBR 9050 - Norma de acessibilidade

A norma NBR 9050 (2004) diz respeito aos cuidados que se deve ter ao projetar os locais, fazendo com que os espaços sejam facilmente acessados trazendo mais inclusão e qualidade de vida para quem os frequenta, tanto para a população no geral, quanto para quem possui mobilidade reduzida e deficiências físicas.

Alguns parâmetros de ocupação de pessoas com mobilidade reduzida são importantes, para se deixar na etapa II do Trabalho de Conclusão de Curso espaços pensados e acessíveis para todos.



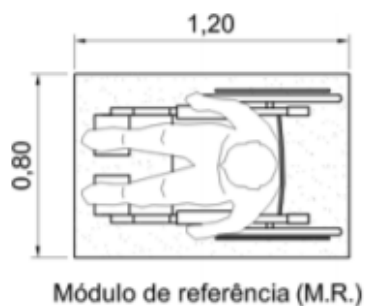
Figura 33- Dimensionamento referenciais de deslocamento de pessoas em pé



Fonte: NBR 9055 (2004)

Para pessoas que utilizam cadeira de rodas é considerável utilizar conforme a norma, um módulo de 0,80 por 1,20 metros.

Figura 34- Módulo de referência de pessoa com cadeira de rodas

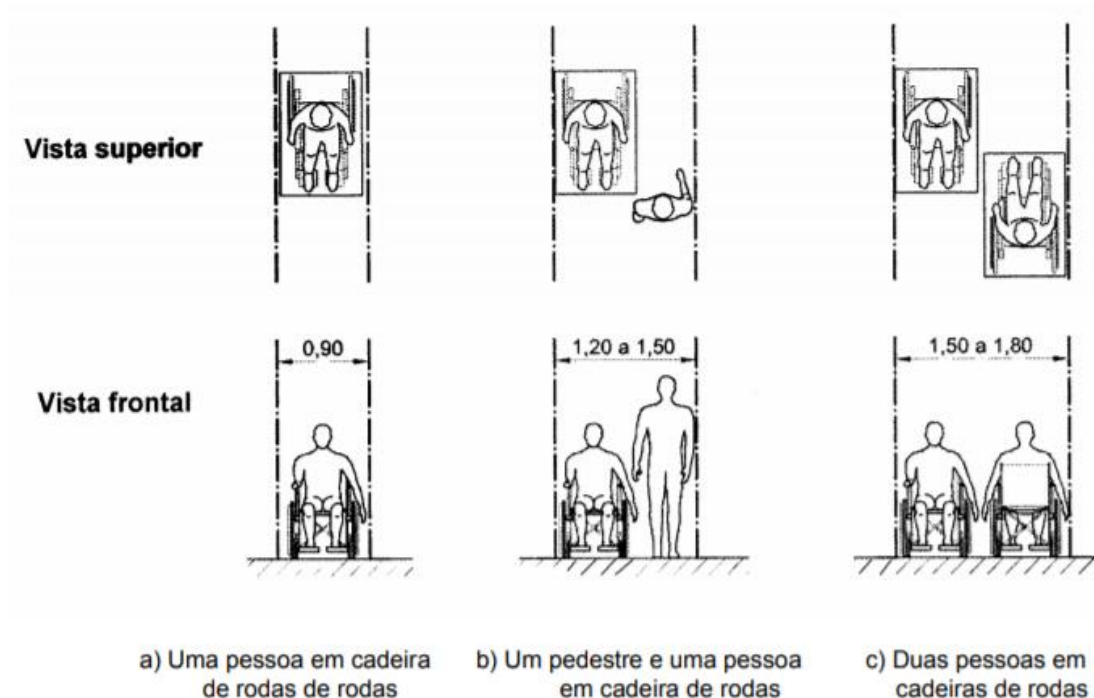


Fonte: NBR 9055 (2004)

E as seguintes dimensões para eventuais corredores a serem postos no projeto.



Figura 35- Medida de circulações adotadas para cadeira de rodas



Fonte: NBR 9055 (2004)

As medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento, são as seguintes:

- a) para rotação de 90° = 1,20 m x 1,20 m;
- b) para rotação de 180° = 1,50 m x 1,20 m;
- c) para rotação de 360° = diâmetro de 1,50 m.

Em caso de haver rampas, é necessário seguir a seguinte equação.

$$i = \frac{h \times 100}{c}$$

i= inclinação em porcentagem

h= altura do desnível

c= é o comprimento da projeção horizontal

Para inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso. (NBR-9050, 2004)

As portas, inclusive de elevadores, devem ter um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m, e os puxadores devem estar instalados a uma altura de 0,90 há 1,10 metros.

Outro item a ser cuidado é referente é referente as dimensões e sinalizações das vagas de estacionamento para pessoas com deficiência.

- a) ter sinalização horizontal;
 - b) contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastada da faixa de travessia de pedestres. Esse espaço pode ser compartilhado por duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, ou perpendicular ao meio fio, não sendo recomendável o compartilhamento em estacionamentos oblíquos;
 - c) ter sinalização vertical para vagas em via pública e para vagas fora da via pública;
 - d) quando afastadas da faixa de travessia de pedestres, conter espaço adicional para circulação de cadeira de rodas e estar associadas à rampa de acesso à calçada;
 - e) estar vinculadas a rota acessível que as interligue aos polos de atração;
 - f) estar localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos.
- (NBR 9050, 2004, p.61)

Figura 36- Dimensões para vaga de estacionamento PNE

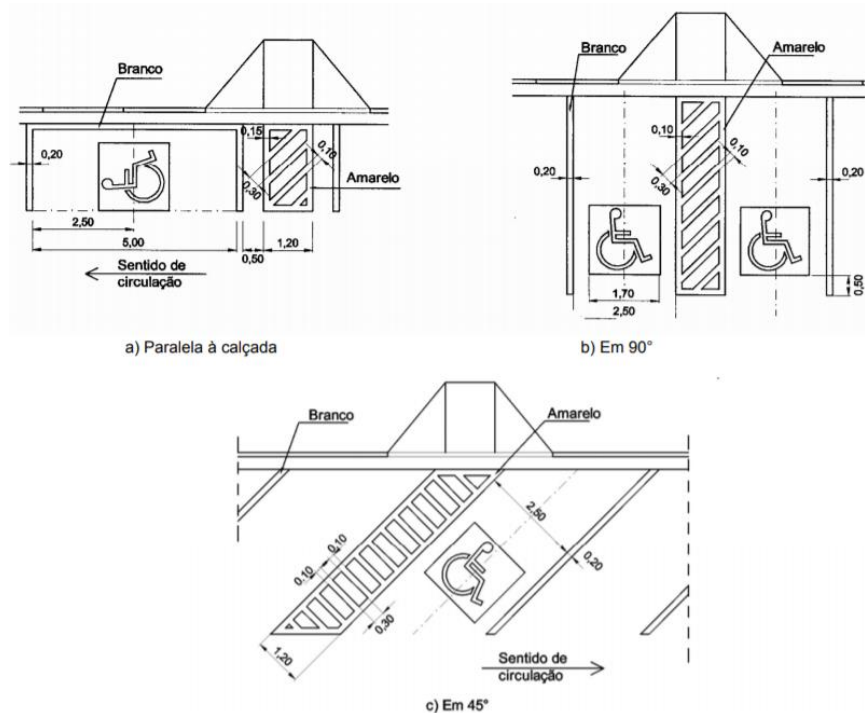


Figura 108 — Sinalização horizontal de vagas

Fonte: NBR 9055 (2004)

As vagas de estacionamento para pessoas com deficiência estão asseguradas pela figura abaixo, e caso o município não apresente lei própria para a quantidade de vagas, deve ser respeitada a seguinte tabela:



Figura 37- Vagas de estacionamento, para PNE.

Número total de vagas	Vagas reservadas
Até 10	-
De 11 a 100	1
Acima de 100	1%

Fonte: NBR 9055 (2004)

Os sanitários e vestiário de uso público devem atender as medidas da figura abaixo:

Figura 38- Dimensionamento para sanitários

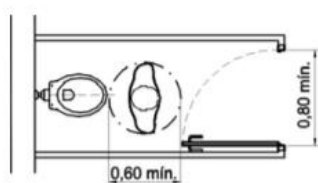


Figura 123 — Boxe com porta abrindo para o interior

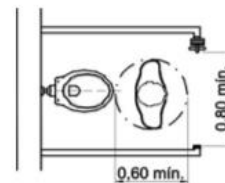
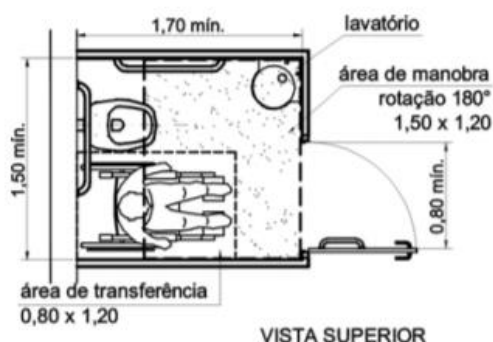


Figura 124 —Boxe com porta sanfonada

Fonte: NBR 9055 (2004)

E os boxes para sanitários acessíveis devem seguir as seguintes dimensões:

Figura 39- Dimensionamento para sanitários de pessoas com necessidades especiais



Fonte: NBR 9055 (2004)

Para ambientes de locais de reunião como cinemas, teatros, auditórios e similares, que é o que mais se aproxima dos usos que existirão no projeto, são citadas as seguintes regras na norma NBR-9050:

Os cinemas, teatros, auditórios e similares devem possuir, na área destinada ao público, espaços reservados para P.C.R., assentos para P.M.R. e assentos para P.O., atendendo às seguintes condições:

- a) estar localizados em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga;
- b) estar distribuídos pelo recinto, recomendando-se que seja nos diferentes setores e com as mesmas condições de serviços;
- c) estar localizados junto de assento para acompanhante, sendo no mínimo um assento e recomendável dois assentos de acompanhante;
- d) garantir conforto, segurança, boa visibilidade e acústica;
- e) estar instalados em local de piso plano horizontal;
- f) ser identificados por sinalização no local e na bilheteria, conforme 5.4.1;
- g) estar preferencialmente instalados ao lado de cadeiras removíveis e articuladas para permitir ampliação da área de uso por acompanhantes ou outros usuários (P.C.R. ou P.M.R.) (NBR 9050, 2004, p.80)

Tabela referente a quantidade de espaços e assentos destinados para P.C.R (pessoa em cadeira de rodas), P.M.R (pessoa com mobilidade reduzida) e P.O (pessoa obesa).

Tabela 9- Espaços para pessoas em cadeiras de rodas, assentos para P.M.R e P.O

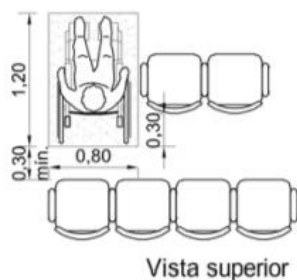
Capacidade total de assentos	Espaços para P.C.R	Assento para P.M.R	Assento P.O.
Até 25	1	1	1
De 26 a 50	2	1	1
De 51 a 100	3	1	1
De 101 a 200	4	1	1
De 201 a 500	2% do total	1%	1%
De 501 a 1 000	10 espaços, mais 1% do que exceder 500	1%	1%
Acima de 1 000	15 espaços, mais 0,1% do que exceder 1 000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1 000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1 000

Fonte: NBR 9055 (2004)

A tabela acima mostra a quantidade destinada a portadores de deficiências físicas que devem ser postas em locais como auditórios, e respeitar as dimensões de circulação entre as cadeiras da figura abaixo:

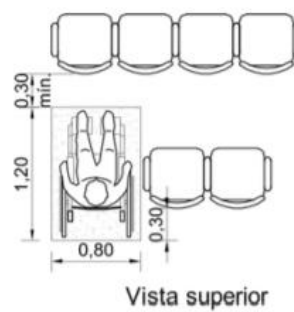


Figura 40- Dimensionamento de arquibancadas e plateias



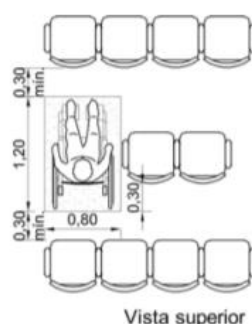
Vista superior

Figura 149 — Espaços para P.C.R. na primeira fileira — Exemplo



Vista superior

Figura 150 — Espaços para P.C.R. na última fileira — Exemplo



Vista superior

Figura 151 — Espaços para P.C.R. em fileira intermediária — Exemplo

Fonte: NBR 9055 (2004)

A lei cita também que pelo menos um camarim para cada sexo deve ser acessível. Quando somente existir um camarim de uso unissex, este deve ser acessível.

Outro uso que terá no espaço cultural é o restaurante, sobre isto a lei afirma:

Os restaurantes, refeitórios e bares devem possuir pelo menos 5% do total de mesas, com no mínimo uma, acessíveis a P.C.R., conforme 9.3.

a) as mesas devem ser distribuídas de forma a estar integradas às demais e em locais onde sejam oferecidos todas as comodidades e serviços disponíveis no estabelecimento.

b) nos locais em que as refeições sejam feitas em balcões, estes devem atender a 9.5.

c) nos locais em que são previstos balcões de autosserviço, deve-se atender a 9.5.3.

d) quando o local possuir cardápio, recomenda-se que pelo menos um exemplar esteja em Braille.

9.5.2.1 - Uma parte da superfície do balcão, com extensão de no mínimo 0,90 m, deve ter altura de no máximo 0,90 m do piso. Deve ser garantido um M.R. posicionado para a aproximação frontal ao balcão, conforme figura 163.



9.5.2.2 - Quando for prevista a aproximação frontal, o balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m. Deve ser garantido um M.R., posicionado para a aproximação frontal ao balcão, podendo avançar sob o balcão até no máximo 0,30 m, conforme figura 163. (NBR 9050, 2004, p.93)

Figura 41- Altura para mesas e balcão de atendimento destinado a cadeirantes

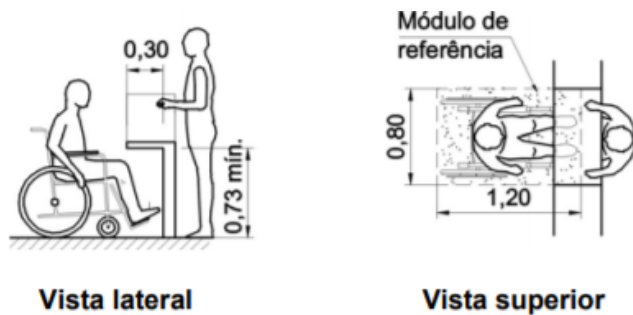


Figura 163 — Balcão — Exemplo

Fonte: NBR 9055 (2004)

6



6 REFERENCIA DE ARQUITETURA E MATERIALIDADE

6.1 Materiais de desempenho acústico

O projeto abordado neste trabalho, contará com usos culturais, mais especificamente salas de dança, música e auditório, que necessitam de materiais específicos para a acústica do ambiente, visto que um não pode interferir no andamento do outro e que muitas atividades ocorrerão simultaneamente nestes espaços. Será abordado algumas soluções acústicas e materiais para melhorar o desempenho destes ambientes.

Segundo o site portal acústica³⁵, quando o som atinge uma superfície, uma parte da energia sonora é absorvida pelo material que está nas paredes, a outra é refletida de volta para o ambiente e a terceira passa para o outro ambiente, atravessando a parede de divisão. Em ambientes como o auditório é importante o uso de materiais que possuem a característica de reflexão, que tem por objetivo ampliar o som preenchendo o ambiente, porém o uso de matérias que absorvam o som para equilibrar as ondas sonoras e o tempo de reverberação no ambiente não importantes, como cortinas grossas e poltronas estofadas.³⁶

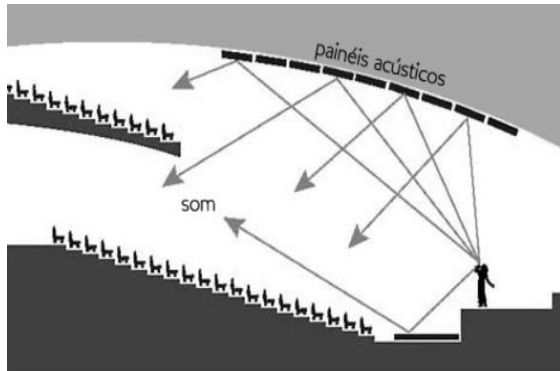
Outra alternativa citada por Barreto (2012) para um auditório e ambientes que possuem música, como características eficientes na acústica é recomendado a utilização de “difuso absorvedores” nas paredes, a uma altura de 0,60 metros e 2,50 metros de altura. Eles têm a função de refletir parte do som ao mesmo tempo que absorvem outras, proporcionando assim um som de melhor qualidade que deve ser ouvido de maneira mais uniforme. Os desenhos no teto de auditórios por exemplo também ajudam a refletir o som, fazendo assim com que o mesmo se espalhe melhor pelo ambiente.

³⁵ Portal acústica, site voltado para conhecimentos gerais sobre acústica <<http://portalacustica.info/>>

³⁶ Materiais acústicos o que são? <<http://portalacustica.info/materiais-acusticos-o-que-sao/>>
Acesso em: 28 de abril de 2019.



Figura 42- Paineis difusores.



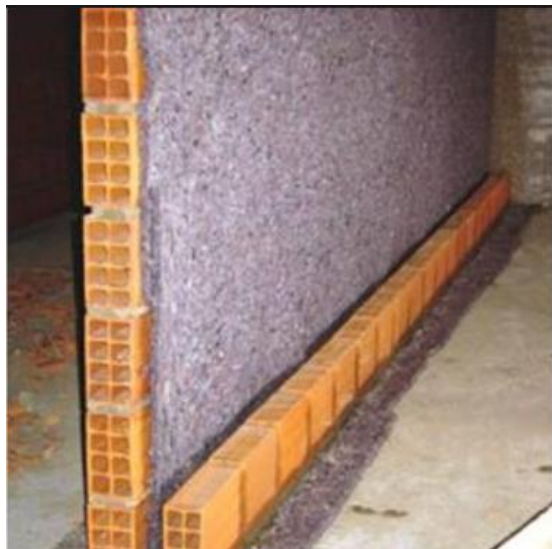
Fonte imagem 01: Site Áudio Difusores



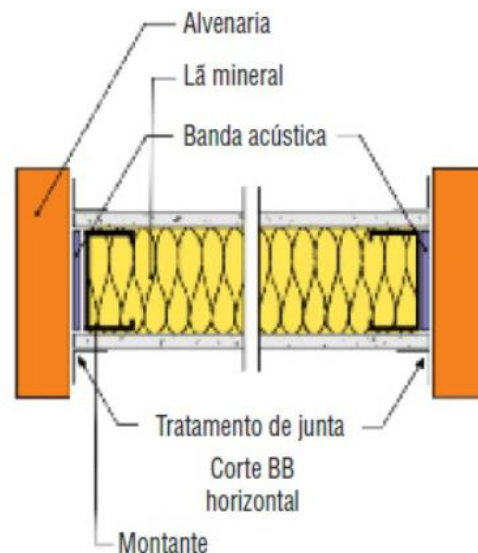
Fonte imagem 02: site Portal Acústica

Já na intensão de fazer com que o som permaneça apenas no ambiente em que está sendo utilizado é importante além dos materiais de reflexão, o uso de materiais porosos e fibrosos, que possuem melhor absorção sonora do ambiente, que faz com que o som se perca lá dentro e é importante que estes materiais sejam postos abaixo dos materiais reflexivos, em paredes, divisórias e forros, como lã mineral, lã de rocha, espuma acústica, lã de PET e borrachas sintéticas.

Figura 43- Isolamento acústico de paredes.



Fonte imagem 01: Site isolamentos



Fonte imagem 02: Blog artesana



Nas salas de dança assim como nas salas de música e auditório é importante o isolamento acústico das paredes do ambiente através dos materiais já citados acima. No forro é importante o uso de materiais que tenham a característica de refletir o som no ambiente, a fim de se ouvir melhor as músicas, algumas alternativas são forros de gesso acartonado, forros minerais ou de painéis de madeira. No piso é recomendado o uso de materiais que amenizem o impacto dos bailarinos, porém não podem ser duros demais, para assim evitar lesões, não pode ser liso demais e nem limitar o movimento dos dançarinos e deve também ser de fácil limpeza, o piso mais apropriado é o flutuante que é postos em cima do concreto por um sistema de clique e os vinílicos.³⁷

Figura 44- Sala de dança com piso apropriado.



Fonte: Site escola paulista de dança.

É importante destacar também que a vedação das janelas e portas devem ser de boa qualidade acústica, a fim de evitar que barulhos externos entrem nas salas, o uso de vidro duplo nas janelas também contribui para este isolamento acústico.

³⁷ Melhor tipo de piso para escola de dança. < <https://www.amseva.com.br/melhor-piso-escola-danca/> > Acesso em: 28 de abril de 2019.



Segundo o site da revista AU, o piso elevado é uma solução eficaz tanto para ambientes internos como externos. Nos ambientes internos, o piso elevado facilita a instalação e manuseio das instalações técnicas, permite a incorporação de saídas de ar-condicionado, além de permitir uma rapidez e flexibilidade na montagem e mudanças de layout da sala. Podem ser formados por placas removíveis com acabamento de porcelanato, madeira, vinílico, entre outros.

Em espaços externos o sistema facilita a passagem de sistema de irrigação, água e esgoto que passam pelo vão formado entre o piso e a laje, dispensa também o uso de ralo aparente, já que a água escorre pelas juntas de dilatação entre os pisos que devem possuir cerca de 0,4mm.

Ao especificar o tipo de piso é importante saber quais as tubulações e instalações que irão passar pelo vão, a fim de escolher a altura ideal do pedestal que ele o piso. Estes suportes ou pedestais têm a altura variável de 4cm a 50cm e podem ser ajustáveis conforme necessidade. Em função das cargas sobre o piso, os pedestais podem possuir travessas que os ligam, para assim fazer uma melhor distribuição da carga.

Figura 45- Piso elevado.



Fonte: Site au17.pini.com.br

Segundo o site AECWeb, que tem como objetivo fornecer conteúdo, serviços e ferramentas digitais do setor de construção civil, os vidros acústicos são uma boa solução para quem precisa manter o som do espaço apenas dentro da sala, para que nem sons externos atrapalhem e nem para o som da sala se espalhar pelo restante do prédio.

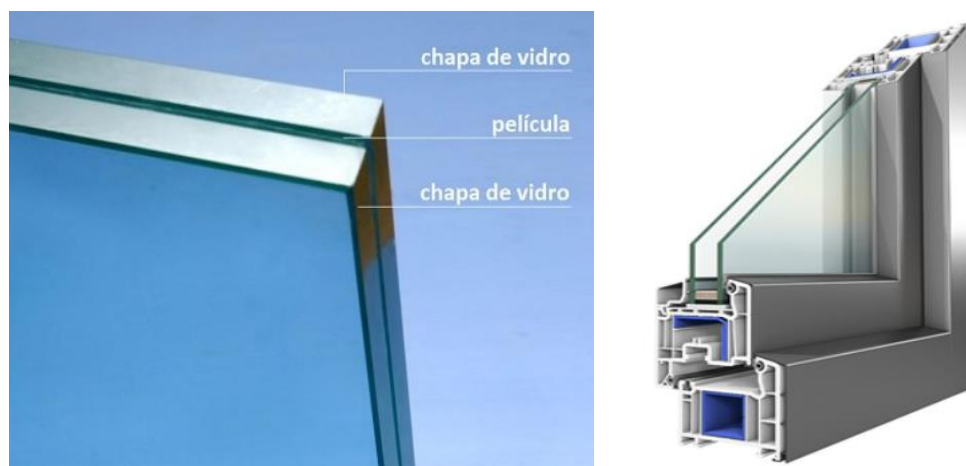


No mercado existem vários tipos de vidros acústicos, entre eles estão os laminados, que possuem uma película em seu interior, entre duas chapas de vidro. Este é também um vidro de segurança, pois a película segura os pedaços de vidro caso o mesmo se quebre, porém o vidro laminado só é considerado acústico quando a película tiver no mínimo 78mm, abaixo disso ele é apenas um vidro de segurança, pois daí a película não cumpre com a função de bloquear os sons. O vidro laminado tem a característica de bloquear melhor os sons de frequência mais baixa, ou seja, os sons mais graves.

Outro vidro que também possui um bom desempenho acústico e térmico é o vidro duplo ou vidro insulado, que também possui duas chapas de vidro, porém, ao invés de ficarem grudadas essas chapas são separadas por um vazio que pode ser de ar ou um gás especial e deve possuir no mínimo 9mm. Se agregar ao vidro duplo o uso de um vidro laminado a eficiência acústica deste vidro será aumentada e ele passa a se chamar de vidro triplo. O vidro duplo tem característica de obter um melhor desempenho com sons de alta frequência, os sons mais agudos.

Além do vidro é importante que o caixilho que prende o vidro também seja bem vedado, para evitar a passagem de som. E para a escolha correta do vidro acústico é importante primeiro analisar qual a frequência do som que se deseja bloquear.

Figura 46- Vidro Lâminado e vidro duplo.



Fonte imagem 01: Site dicasdearquitetura.com.br

Fonte imagem 02: Site novoprojecto.pt/janelas

6.2 Diretrizes projetuais para baixo impacto ambiental

Por se tratar de um terreno com características ambientais e de paisagem que devem ser respeitadas e preservadas, será abordado neste item possíveis soluções para serem utilizadas no desenvolvimento da etapa II, onde o projeto ganhara forma.

Um sistema construtivo que deve ser levado em conta, a fim de amenizar os impactos da edificação no terreno, e com o intuito de permanecer com a área de absorção das águas da chuva, é o telhado verde, que também irá ajudar no isolamento térmico da edificação. Ele pode ser instalado em lajes ou até mesmo sobre telhados convencionais e consiste em camadas de impermeabilização e de drenagem, as quais recebem o solo e a vegetação indicada para o projeto.³⁸

Segundo a International Green Roof Association (Igra), os telhados verdes podem ser de três tipos, extensivo, que possui a configuração de um jardim, com plantas rasteiras e de pequeno porte, a altura desta estrutura vai de 6cm a 20cm e o seu peso fica em torno de 60 kg/m² e 150 kg/m². Já a categoria Intensivo, comporta plantas de níveis médios a grandes e necessita de uma estrutura de 15cm a 40cm, e a carga varia entre 180 kg/m² a 500 kg/m². O semi-intensivo, é um sistema intermediário, que possui vegetação de médio porte em uma altura de 12cm a 25cm e uma carga de 120kg/m² a 200 kg/m².

Os sistemas empregados a coberturas verdes podem variar bastante, mas entre elas estão a camada impermeabilizante, normalmente feita com mantas sintéticas, ela protege a laje contra infiltrações, em seguida a camada drenante, serve para drenar a água e também como filtro. Pode ser feita de brita, seixos, argila expandida ou com mantas drenantes de poliestireno, depois a camada filtrante, serve para reter partículas e pode ser feita com um geotêxtil, seguido pela membrana de proteção contra raízes: serve para controlar o crescimento de raízes da vegetação, e por último o solo e vegetação.

³⁸ Telhado verde. < <http://infraestruturaurbana17.pini.com.br/solucoes-tecnicas/16/1-telhado-verde-cobertura-de-edificacoes-com-vegetacao-requer-260593-1.aspx>> Acesso em: 28 de abril de 2019.



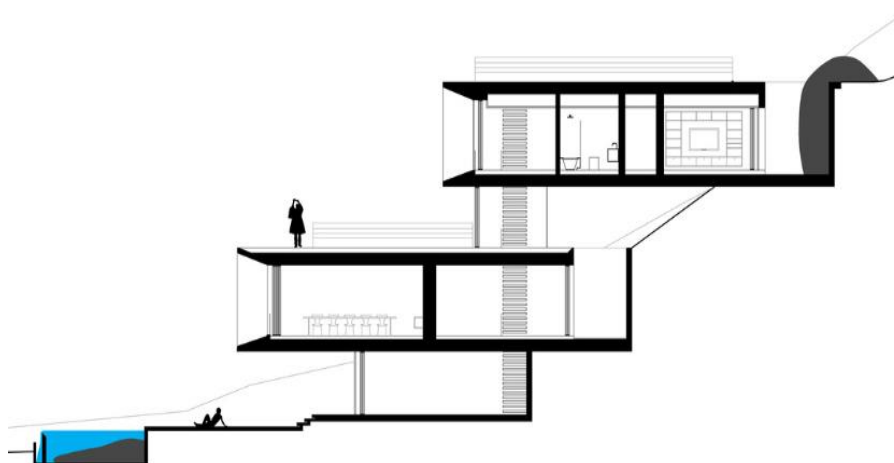
Figura 47- Telhado verde.



Fonte imagem 01: Site infraestrutura urbana. Fonte imagem 02: Site Ugreen

A fim de utilizar o desnível do terreno a favor da construção, com a intensão de interferir o mínimo possível no ambiente natural do terreno e assim consequentemente menor remoção e deslocamento de terra, a tipologia de construção escalonada pode ser uma alternativa, pois ela utiliza o terreno ao seu favor, e já traz um bom isolamento natural e térmico para a edificação. Outra questão que pode ser levada em conta, é a captação da água da chuva e da que vem do topo do morro de Cruzeiro do Sul e escorre pelo terreno, a captação desta água pode ser feita através de drenos nos muros de arrimo do terreno e pode ser utilizada em diversos locais do espaço cultural.

Figura 48- Referencial de edificação escalonada, Casa Paraty, Studio MK27.



Fonte: Site, Archdaily.

Com a opção de tipologia de implantação escalonada, depara-se com a falta de iluminação e ventilação que pode prejudicar alguns ambientes, para



solucionar este problema é indicado o uso de jardins internos, que podem trazer essa iluminação necessária para o ambiente, e consequentemente a ligação entre o externo do terreno que se caracteriza por possuir grande vegetação, e o interno.

Figura 49- Luz natural e vegetação, projeto Spa Querétaro, Ambrosi/Etchegaray.



Fonte: Site, Archdaily.

Por se tratar de um ponto alto da cidade em uma encosta de morro que possui uma boa iluminação solar, é importante a edificação utilizar painéis solares, para assim produzir uma energia que poderá ser utilizada nos ambientes do espaço cultural de uma forma mais sustentável. Segundo o site Portal Solar, o painel solar fotovoltaico é composto por uma moldura de alumínio, vidro especial, duas camadas de película encapsulante EVA que envolvem as células fotovoltaicas, backsheet (fundo protetor) e uma caixa de junção. Os painéis fotovoltaicos possuem diversas variações mais a maioria possui aproximadamente 1,65m² e pesa pouco mais de 12 KG, e é feito e 60 células solares capazes de produzir cerca de 38 volts e corrente contínua numa potência de até 260 watts.

O minimalismo da edificação também é importante, com materiais neutros, que integrem a edificação com o entorno. É importante considerar a



edificação histórica e tombada que se localiza no terreno, deixar ela em evidência, pois é de caráter especial para a cidade, buscar nela alinhamentos, para criar a nova edificação e respeitar sua altura, a fim de não prejudicar o visual que a casa possui de diversos ângulos da cidade.

Figura 50- Edificação integrada com seu entorno, Residências da Mata, Gui Mattos.



Fonte: Site, Archdaily.

Apesar de utilizada a técnica de escalonamento no edifício, que faz com que o prédio se situa na encosta do morro, trazendo assim um maior conforto térmico para a edificação. É indispensável o uso de sistemas de climatização artificial, como por exemplo o VRV e o sistema de ar condicionado central.

O sistema VRV (Volume de refrigerante variável) ou VRF (variable refrigerant flow) é caracterizado por possuir um sistema de ar condicionado centralizado do tipo multi-split. Este sistema possui uma unidade condensadora externa ligada a várias internas, que operam individualmente em cada ambiente. Seu uso é recomendado para edifícios de médio e grande porte, com salas que não possuam ventilação natural. Além de ser versátil e flexível este sistema possui expansão modular e de grande facilidade para adaptações, podendo chegar a 64 máquina de acordo com o site Wikipédia.



Este sistema traz economia de energia, maior conforto ao usuário e facilidade de operação e manutenção. Este sistema é composto por uma unidade externa (Condensadora) que permite o controle individual de várias unidades internas (Evaporadoras), que possui diversos modelos.

O sistema de ar condicionado central é composto basicamente por um equipamento de ar condicionado, podendo ser Chiller de Condensação a Ar ou Água, Splitão Modular ou Fancoil, este mesmo equipamento atende simultaneamente várias áreas de um mesmo ambiente, através de uma rede de dutos responsável pela distribuição do ar em todos os ambientes, este tipo de sistema é recomendado para grandes áreas.

Normalmente, as torres de refrigeração são instaladas no alto ou ao lado do edifício, segundo o site Arcoweb o investimento inicial nesse sistema é mais alto, porém seu custo operacional é o mais vantajoso. Devido ao tamanho dos equipamentos, deve-se reservar espaço para sua acomodação, operação e manutenção; o peso das máquinas e dos tanques também deve ser considerado, pois é dado importante para o projeto estrutural da edificação. Isso significa que o sistema central deve ser previsto na fase inicial do projeto de arquitetura.

Por possui um condensador este sistema exige menos energia para comprimir o gás refrigerante quente, trazendo menor consumo de energia, gerando economia para o edifício comercial.

Em uma comparação entre o sistema de ar condicionado central, com chiller ou o sistema VRV, feito pelo site Guia do ar condicionado, se pode tirar as seguintes conclusões. O VRV possui um custo cerca de 15% menor que o chiller e é mais fácil de operar, já o chiller além de ser um sistema mais complexo, possui o custo (chiller + bomba + torre + bomba). A vida útil do sistema de chiller é de 25 anos, enquanto do VRV é de 15 anos, o que deve ser levado em conta visto que o edifício proposto é de interesse público.

O sistema de chiller é mais utilizado no Brasil, por isso é mais fácil encontrar peças caso alguma delas apresente falhas, já no sistema de VRV as peças são geralmente importadas, e a grande quantidade de máquinas pode fazer com que o sistema apresente mais problemas.

6.3 Referencial linguagem – Museu Rodin Bahia / Brasil Arquitetura

O Museu Rodin Bahia, do escritório Brasil Arquitetura, liderado por Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz, Cícero Ferraz Cruz. O projeto é do ano de 2002 e a obra de 2003 a 2006, possui um terreno de 4850m² e 1575m² do edifício existente e 1480m² do novo edifício. Segundo o site Archdaily Brasil, esta foi a primeira filial do Museu Rodan fora da França, o que acarretou em uma série de exigências, uma delas é que a sede tivesse um significado cultural para a cidade e que tivesse espaço para expor as peças originais em gesso, parte do acervo do museu de Paris.

O museu localiza-se no bairro Glória em Salvador, Bahia – Brasil, cerca de 5Km do centro da cidade e próximo ao mar em um terreno de meio de quadra. Este bairro em que está inserido o museu trata-se de uma área residencial, com comércios locais e de pequeno porte, a altura das edificações vizinhas variam entre dois e oito pavimentos.

Figura 51- Localização e entorno do Museu Rodin



Fonte: Google Maps.com

Como citado no site Arco web, da revista Projeto Design, o palacete que se localiza no terreno, trata-se de uma casa do início do século 20, construído em 1912 pelo comendador Bernardo Martins Catharino, com desenho do



arquiteto italiano Baptista Rossi, o palacete é protegido pelo tombamento estadual desde a década de 1980. No total o edifício conta com quatro pavimentos, e apresentava forte poder econômico de algumas famílias baiana, o Palacete já abrigou a Secretaria Estadual da Educação e Cultura e os Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura, até ser destinado a sediar o Palacete das Artes, em 2003.

Figura 52- O Palacete das Artes.



Fonte: Site Brasil Arquitetura

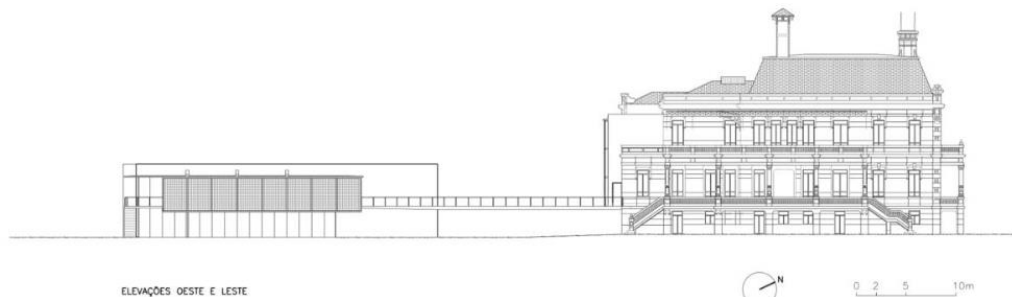
A escolha de análise deste referencial se dá principalmente pela inserção de um novo edifício próximo a um prédio tombado e de caráter histórico, respeitando e preservando a imagem deste edifício, assim será analisado essas conexões e diretrizes de projeto que acarretaram em uma boa interação entre o novo e o existente.

Como os 1,5 mil metros quadrados da casa eram insuficientes para abrigar o programa do museu, foi proposto um novo volume, no fundo da gleba, com área edificada semelhante, para assim formar uma relação entre os dois edifícios e não formar uma leitura isolada de cada um. A implantação do anexo



foi feita de forma simétrica à construção existente, o que traz de volta esse objetivo de relação e unificação entre os dois edifícios.

Figura 53- Relação entre o existente e o novo.



Fonte: Site ArchDaily, Brasil.

Outra diretriz utilizada, a fim de preservar a edificação histórica, foi a altura da nova edificação, que possui menos da metade da altura do edifício existente, assim o palacete continua em evidência na paisagem. Uma passarela liga as duas construções, e permite uma circulação horizontal, que chega em um anexo contemporâneo a edificação, onde se localiza o elevador de acesso a outros pavimentos. Este anexo embora seja colado na edificação histórica não há agride, pois é feito o uso de outro material, assim pode-se distinguir o que é novo.

A diferença de materialidade entre as edificações também caracteriza a intensão dos arquitetos de diferenciar as duas construções, deixando cada uma no seu período de criação, sem criar um falso estilo, assim a edificação histórica permanece com suas características originais, com pintura externa branca e o edifício novo em concreto aparente, e a utilização de muxarabis, material feito com madeira. O formato simples e puro da nova edificação também agrega na diferenciação entre os dois edifícios, e o deixa em segundo plano perante o Palacete.

6.4 Referencial de linguagem e programa – Restaurante das Lapas / Correia / Ragazzi Architectos

O restaurante das Lapas do escritório de arquitetura Correia/Ragazzi Architectos se localiza em Vila Meã em Portugal, possui uma área de 623m², o ano do projeto foi de 2014, sendo finalizado em 2017.

Neste projeto será analisado o terreno em que o restaurante está inserido e os recursos que foram utilizados na edificação para conseguir tirar partido de uma declividade acentuada, assim como a conversação entre o novo e a edificação já existente no terreno e o uso interno a partir do restaurante.

Segundo o site Arch Daily, a requalificação arquitetônica do conjunto para a restauração pauta-se por uma clara distinção entre o corpo existente que corresponde à reconstrução, e o corpo novo que corresponde à ampliação deste edifício, sendo o existente feito em pedra granítica e o novo em madeira, fazendo assim com que se perceba claramente sua distinção. Ao se conectar com a edificação existente o edifício novo se torna em um formato de “L” que emoldura e se abre para a paisagem, definindo assim uma agradável zona de estar no seu exterior. O novo e o existente se conectam por meio de uma circulação horizontal envidraçada e que passa praticamente despercebida pela sua fachada.

Na fachada de acesso ao restaurante pode-se perceber a diferença entre o novo e o existente. O existente possui janelas e portas em madeira que formam um ritmo na fachada, e um volume de pedra. Já o edifício novo apresenta um volume puro em madeira, sem apresentar aberturas.



Figura 54- Fachada de acesso do Restaurante das Lapas



Fonte: Site ArchDaily, Brasil.

O terreno da edificação apresenta uma declividade e a solução dos arquitetos foi erguer uma barra com pilares de madeira em uma estrutura modular deixando abaixo um volume sólido que se integra ao terreno, com janelas que refletem a paisagem onde estão inseridos. Este volume de madeira abriga em seu redor uma varanda extensa para serem feitas refeições apreciando a vista local.

Como a edificação é acessada por um mesmo nível o interno do restaurante não apresenta escada, apenas a área externa possui escadas, muros de contenção e taludes para vencer todos os níveis de declividade do terreno.



Figura 55- Fachada Sul Restaurante das Lapas



Fonte: SiteArch Daily, Brasil.

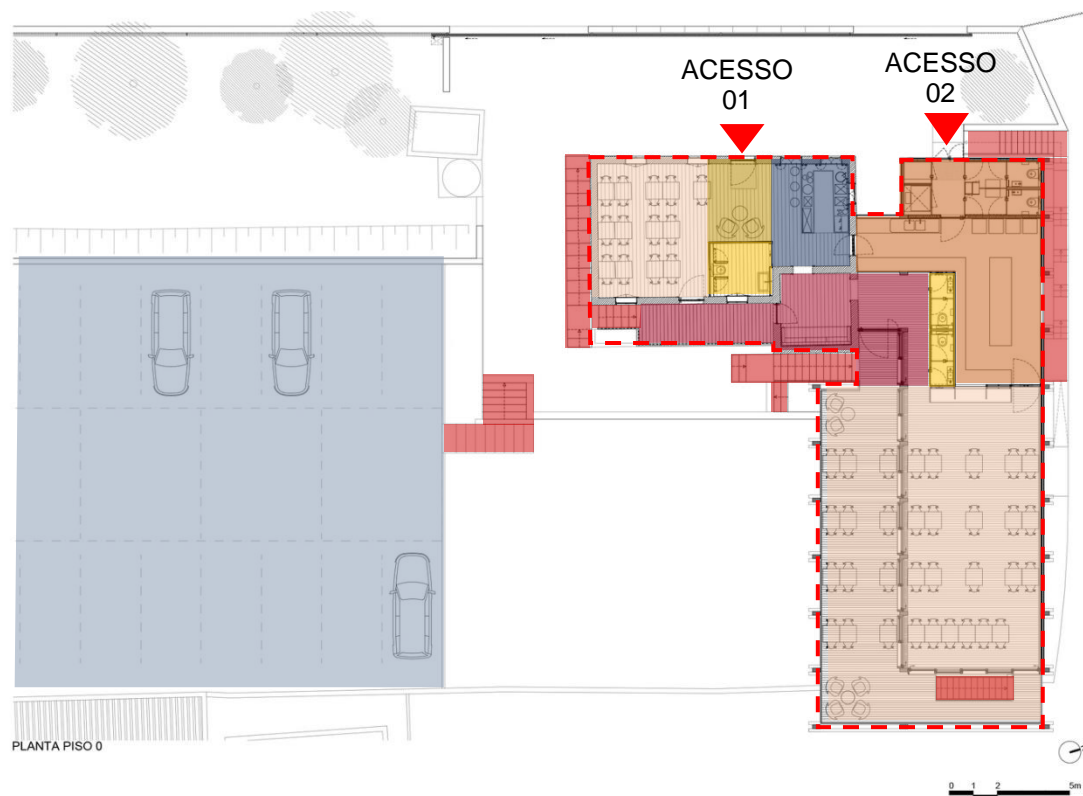
O acesso da edificação é dividido em duas entradas principais, em um mesmo nível, uma para clientes, através da edificação existente e outra para acesso de funcionários e serviços na edificação nova, além da escada que dá acesso para quem utiliza o estacionamento.

Ao entrar na edificação pelo acesso 01 o cliente se depara com um hall de chegada. Ao lado encontra-se o bar do restaurante, no restante desta edificação histórica encontram AS mesas de refeições e um sanitário. Ao passar por uma sala que conecta os dois prédios o usuário tem acesso a edificação nova, onde se encontra mais um pequeno conjunto de sanitários e mesas para refeições alocadas tanto na varanda quanto no ambiente interno.

A cozinha do restaurante localiza-se na junção do “L” que une as duas edificações, e possui um acesso de serviço para funcionários (2), com um conjunto de sanitários e vestiários na entrada. A cozinha dá acesso para as duas áreas de refeição do restaurante e possui áreas mais lineares pois como os pratos deste restaurante são “à lá carte” o desenvolvimento dos mesmos é por etapa, e assim o restaurante não possui uma área de buffet.



Figura 56- Planta baixa do Restaurante las Lapas



Fonte: Site ArchDaily, Brasil.

LEGENDA:

Estacionamento	Circulação vertical	Circulação horizontal
Hall de entrada	Sanitários	Bar
Cozinha e área de serviço	Área de refeição	

Fonte: Autora, 2019.

6.5 Referencial de linguagem – Arquiteto Eduardo Souto de Moura

Eduardo Souto de Moura é um arquiteto Português nascido em Porto em 1952, e diplomado em Arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes em 1980, da sua geração é o mais divulgado no ambiente da cultura arquitetônica internacional, suas obras podem ser lidas exteriormente como um fenômeno tipicamente regional, pois transmite uma linguagem simples e de materiais naturais que são muito utilizados em suas obras (EDUARDO SOUTO DE MOURA, 1996).

Apresentam-se duas obras específicas do arquiteto, a Casa em Baião de 1990-1993 e a Casa em Moledo de 1998, ambas as edificações se introduzem na paisagem onde estão inseridas, de modo que a edificação não fica em evidência. Os materiais utilizados e as técnicas de iluminação e ventilação natural também serão abordados, de modo a fazer com que estes referenciais ajudem a desenvolver o projeto de trabalho de conclusão de curso da etapa II.

A casa em Baião foi finalizada em 1993, o arquiteto recuperou uma ruína existente para ali fazer um jardim fechado, e construiu ao lado uma casa de final de semana com dimensões mínimas. A edificação é uma caixa de concreto, envolvida por terra com uma cobertura vegetal, que se encaixa no perfil natural do terreno. Possui uma abertura para o lado do rio, através de um plano de vidro. A edificação possui um formato simples, com raízes nas obras vernaculares, onde o arquiteto se preocupou com que a casa se relacionasse com a natureza.

A edificação nova é mais baixa que a ruína, para assim deixá-la em evidência na paisagem, o arquiteto preocupou-se também em alinhar as edificações no que se diz respeito a planta baixa. A cobertura da edificação feita com vegetação neste projeto é a continuidade do terreno e serve para camuflagem. Esta solução construtiva também traz benefícios nas características térmicas, permitindo que o solo conserve a temperatura do ambiente de forma natural.

Na parte frontal da fachada existe um terraço com algumas árvores, que oferecem conforto e proteção natural, protegendo assim a fachada de algum



excesso de luz solar, além de camuflar a mesma a fim de “esconder” a intervenção humana na sua implantação.

Figura 57- Vistas da Casa em Baião.



Fonte: casaembraio.blogspot.com, acesso em 16/05/2019.

Observa-se no terraço da edificação além da presença da vegetação rasteira, claraboias que se projetam além da cobertura e tem como função trazer iluminação e ventilação para os ambientes internos, que são compostos por uma planta mais livre, tendo apenas os dormitórios e sanitários como ambientes fixos.

A casa em Baião serviu de modelo para o arquiteto na sua outra obra, feita de 1991-1996, a casa em Moledo, pois ambas têm programas parecidos e se localizam em terrenos altos em encostas de morro. A principal diferença entre as duas construções é que a Casa Moledo não possui terraço com vegetação, e sim um concreto com uma camada isolante formada por um material impermeabilizante, a casa também apresenta claraboias, que trazem a iluminação para dentro dos ambientes.

Diferente da Casa em Baião, a casa Moledo não possui contenção de terra em sua fachada de fundos, e sim um afastamento da edificação, por onde entra iluminação natural e se avista uma parede de rochas, que pertencem ao local, e fazem com que o externo faça parte dos ambientes internos, sendo separado por um plano de vidro. A fachada frontal que se abre através de um plano de vidro para a vista da cidade, conta com duas paredes cegas de pedra local e muros de contenção, também revestidos com pedras, que traz a incorporação da edificação com o ambiente que está inserido, tornando-o assim minimalista e em um formato puro.



Figura 58- Vistas da Casa em Moledo



Fonte: www.subtilitas.site, acesso em 16/05/2019

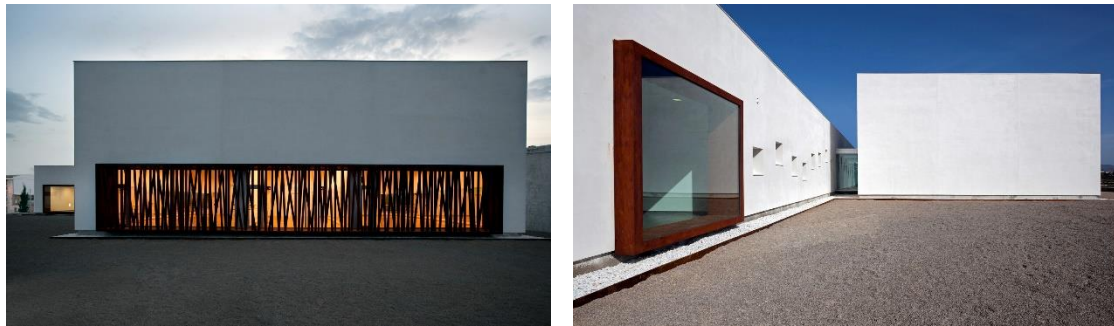
6.6 Referencial uso interno - Salas de dança e música

A escola de Dança Llíria, dos arquitetos *hidalgomora arquitectura* localiza-se em Valencia na Espanha, possui 664 m² e o ano de projeto é de 2011. O projeto é de pavimento térreo e possui dois formatos, uma barra onde localizam-se o setor administrativo e áreas de serviço, como vestiários e sanitários e ao fundo um cubo separado, que possui maior pé direito, onde encontram-se as salas de dança. As conexões entre os dois blocos são feitas através de passarelas envidraçadas que conectam o ambiente interno com o externo. O o edifício não possui a presença de elevadores ou escadas, o que facilita a locomoção dos alunos.

A fachada externa do edifício mostra claramente a diferença entre os dois volumes e apresenta grandes planos de abertura, tanto no corredor de entrada, como nas salas de dança. Esta abertura é fechada com barras de ferro fazendo assim com que a luz entre nos ambientes, mas sem tirar a privacidade local, principalmente nas salas de dança.



Figura 59- Fachadas da escola de dança.



Fonte: ArchDaily Brasil, acesso em 21/05/2019

Na planta baixa pode-se notar uma separação clara dos usos, os vestiários possuem 3 cabines fechadas de sanitário, 5 cabines com chuveiro e um espaço com armários. As salas de dança são divididas em três unidades, sendo a I e a III do mesmo tamanho, e a número II um pouco menor.

Figura 60- Planta baixa Escola de Dança Llíria



Fonte: ArchDaily Brasil, acesso em 21/05/2019

LEGENDA:

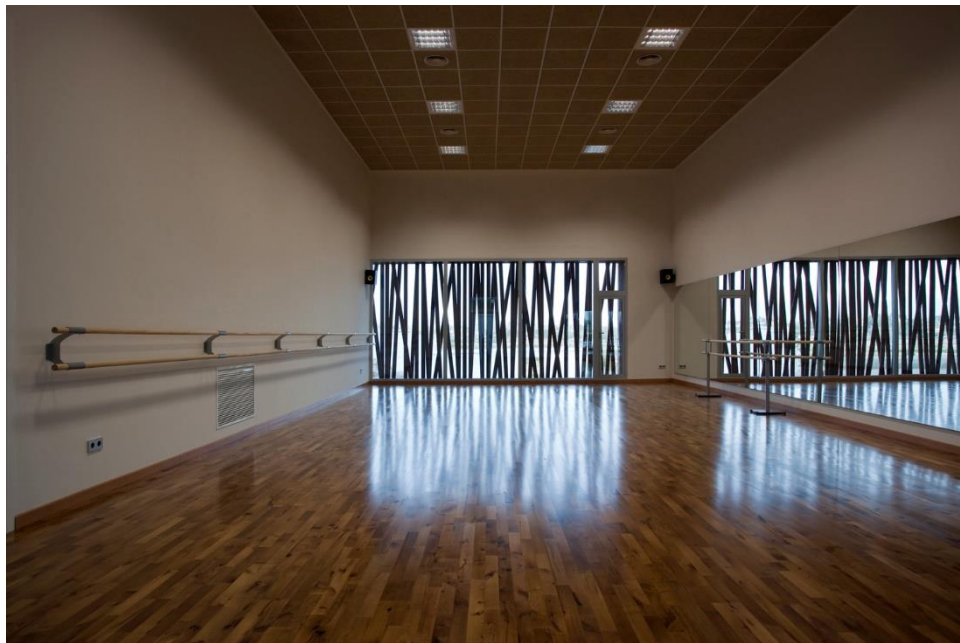
 Sala de dança I e III	 Sala de dança II	 Circulação horizontal
 Hall de entrada	 Vestiário e serviços	 Setor administrativo

Fonte: Autora, 2019.



A sala de dança possui forro mineral e modular, que intercala com luminárias de grelha e caixas de som, o piso é de madeira e o pé-direito é alto de aproximadamente 3,5 metros. Os tons da parede são claros e possui um espelho contínuo em uma das laterais, com barras de apoio preso na parede o que ajuda no desenvolvimento de algumas modalidades de dança.

Figura 61- Sala de dança.



Fonte: ArchDaily Brasil, acesso em 21/05/2019

As salas de música podem ter diversos tamanhos, sendo as maiores para aulas em grupos e menores para ensaios individuais, a Escola de Música *Tohogakuen* dos arquitetos Nikken Sekkei que foi finalizada em 2014 e localiza-se no Japão, possui 1943 m² e conta com uma grande diversidade quanto ao tamanho das salas, permitindo assim que diversos grupos e alunos individuais ensaiam ao mesmo tempo. A escola possui um estilo contemporâneo com a utilização de concreto aparente, madeira e vidro, fazendo assim com que a visão das salas fique permeável.



Figura 62- Sala de música.



Fonte: ArchDaily Brasil, acesso em 21/05/2019

Como o tamanho das salas é relativo ao programa, é importante destacar que elas necessitam ter grande isolamento acústico, e materiais que permitem a clareza do som. No referencial da Escola de música Tohogakuen as salas variam entre 15m² e 70m e possuem revestimento acústico de madeira ou tecido.

Figura 63- Planta baixa da Escola de Música Tohogakuen.



Fonte: Arch Daily Brasil, acesso em 21/05/2019



REFERÊNCIAS

Arquivos municipais

CRUZEIRO DO SUL (Município). Edital de Tombamento nº 001, de 27 de março de 2006. Cruzeiro do Sul, RS, 27 mar. 2006.

CRUZEIRO DO SUL (Município). Decreto nº 417-02, de 27 de dezembro de 2006. Cruzeiro do Sul, RS, 27 dez. 2006.

CRUZEIRO DO SUL (Município). Projeto de restauração, recuperação e revitalização da Casa do Morro Cruzeiro do Sul/RS – Brasil. TS Mello Centro de Restaurações. Cedido pela prefeitura, sem data de publicação.

Bibliográficas

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira. **Estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil**. XII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Sto. Domingo, Rep. Dominicana, 30 oct. - 2 nov. 2007

CHEMIN, Beatris F. **Manual de trabalhos acadêmicos**: planejamento, elaboração e apresentação. 3 ed. Lajeado: Univates, 2015.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado – São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNSP, 2001.

GREGORY, Julia Leite. **O processo de patrimonialização dos monumentos históricos**: a casa do morro de Cruzeiro do Sul/RS, 2016. Monografia (Trabalho de conclusão de curso II, curso de história) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, nov. 2011.

GUARATO, Rafael. **Dança de rua: corpos para além do movimento** (Uberlândia 1970-2007). Uberlândia: EDUFU, 2008.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **História e música: história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PIRES, Maria C. Simões. **A proteção do patrimônio cultural**. Artigo publicado no caderno Direito & Justiça do jornal Estado de Minas, edição de 26 de setembro de 2011.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Cruzeiro do Sul e sua história**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

VOLKMER, Márcia Solange; GREGORY, Júlia Leite. A Casa do Morro: um lugar de memória em Cruzeiro do Sul/RS. **História Unicap**, v. 4 , n. 7, jan./jun. de 2017.

Fontes orais

E1- Entrevistado 01: depoimento [01 abr. 2019]. Entrevistador: Marcela Marmitt Rodrigues, Cruzeiro do Sul/RS: 2019. Via Whatsapp.

E2- Entrevistado 02: depoimento [13 mar. 2019]. Entrevistador: Marcela Marmitt Rodrigues, Cruzeiro do Sul/RS: 2019. Via e-mail.

E3- Entrevistado 03: depoimento [25 fev. 2019]. Entrevistador: Marcela Marmitt Rodrigues, Cruzeiro do Sul/RS: 2019. Nas dependências do ginásio municipal Orlando Eckert, Cruzeiro do Sul/RS.



Entrevistado 03: depoimento [31 mar. 2019]. Entrevistador: Marcela Marmitt Rodrigues, Cruzeiro do Sul/RS: 2019. Via whatsapp.

Pesquisa virtual: elaborada por Marcela Marmitt Rodrigues e realizada de 27 de fev. até 06 de março de 2019. Através do Google.com e divulgado através de páginas sociais. Obteve 400 respostas de moradores da cidade e população no geral.